

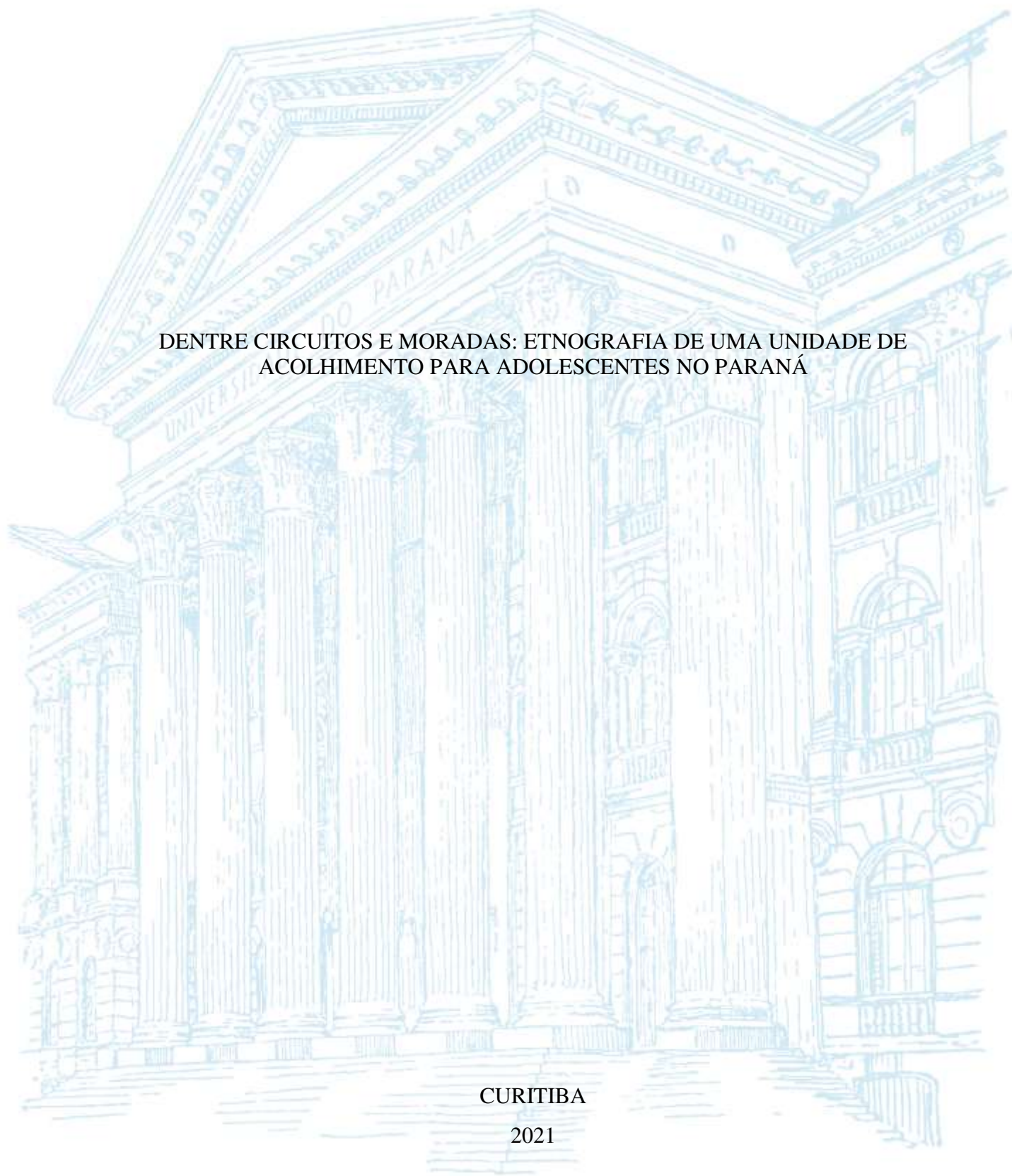
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE MOISÉS BONFÁ

DENTRE CIRCUITOS E MORADAS: ETNOGRAFIA DE UMA UNIDADE DE
ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES NO PARANÁ

CURITIBA

2021



ALINE MOISÉS BONFÁ

DENTRE CIRCUITOS E MORADAS: ETNOGRAFIA DE UMA UNIDADE DE
ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia e Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eva Lenita Scheliga.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Bonfá, Aline Moisés

Dentre circuitos e moradas : etnografia de uma unidade de acolhimento para
adolescentes no Paraná. / Aline Moisés Bonfá. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Eva Lenita Scheliga

1. Crianças – Assistência em instituições. 2. Adolescentes – Condição social.
3. Abrigos para jovens - Paraná. 4. Juventude. I. Scheliga, Eva Lenita, 1975-
II. Título.

CDD – 362. 7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ALINE MOISÉS BONFÁ** intitulada: **Dentre circuitos e moradas: etnografia de uma unidade de acolhimento para adolescentes no Paraná**, sob orientação da Profa. Dra. EVA LENITA SCHELIGA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Abril de 2021.

Assinatura Eletrônica

01/05/2021 09:14:18.0

EVA LENITA SCHELIGA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/05/2021 15:48:57.0

FERNANDA BITTENCOURT RIBEIRO

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

10/05/2021 15:07:25.0

JULIANE BAZZO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

Dedico esse trabalho à minha tão querida mãe

AGRADECIMENTOS

Entrei no abrigo e me vi diferente quando sai. Uma pessoa que, ao abrir-se, pode experienciar um mundo novo. Meu primeiro agradecimento não poderia deixar de ser para todos vocês que me receberam em seus cotidianos e fizeram de tudo para que eu me sentisse parte do lugar. Tudo aquilo com que me envolvi no abrigo, teve um grande peso para a construção desse trabalho. Ele não existiria sem vocês, meninos e cuidadores, se não tivessem me deixado ter contato com os fragmentos que compõem suas vidas. Desse material tão rico, saiu esses meus escritos e serei sempre grata por tudo o que passamos juntos naqueles meses que estive com vocês. Infelizmente não posso citar nomes nesse agradecimento, devido ao sigilo desse estudo, mas quero que entendam que não somente sou grata pelo nosso tempo juntos, como sinto muitas saudades de viver com vocês.

Meu especial agradecimento para duas irmãs, bem antigas no lugar, e um educador noturno que carregava sempre um sorriso no rosto. Se pude transitar dentre diversas relações e espaços no abrigo, vocês foram aqueles que me abriram muitos desses caminhos. Agradeço imensamente a todos os meninos pelo lindo espaço que abriram em suas vidas para mim. Sou grata também a atual coordenadora do abrigo que me deixou confortável para trafegar dentre as diferentes atividades cotidianas que eram parte da vida dos meninos.

Essa pesquisa não seria possível sem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em tempos de crise do investimento público na ciência brasileira, é ainda mais importante lembrarmos os meios que nos proporcionam elaborar nossas pesquisas. Agradeço imensamente à instituição.

Meu muito obrigada a todos os professorxs que fizeram parte da minha formação no mestrado em Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Agradeço a seriedade e comprometimento de todos com a nossa formação como pesquisadores. Agradeço também as trocas com todos aqueles com quem pude vivenciar o mestrado, a organização da semana de antropologia e o meu grupo de estudos. Minha gratidão a: Eduardo, Luana, Filipe, Beatriz, Flor, Pedro, Gian, Leandro, Bruna, Titi, Zé Roberto, Eber, Judit, Sara, Aline, Giovanna, Virgínia e André.

Agradeço a Eva Scheliga, minha orientadora. Uma mulher querida, admirável e com um comprometimento imenso com a produção acadêmica de excelência. Aprendi muito nesse movimento de permitirmos nos conhecer e enfrentarmos juntas os desafios que emergiram nesse “fazer e refazer” da pesquisa. Aos passos curtos, fui me percebendo como pesquisadora. Como você me disse, temos que entender a pesquisa como um processo e mergulharmos em

suas etapas, sem nos apegarmos tanto àquilo que será seu final. Acho que nessa parceira, nós duas podemos aprender muito juntas. Meu sincero obrigada por todo o carinho e dedicação.

Agradeço também a Juliane Bazzo, Fernanda Ribeiro e João Rickli por aceitarem o convite de participação da banca de defesa e, no caso de Juliane e João, estendo meus agradecimentos pelas contribuições no exame de qualificação e fico grata por poder compartilhar com vocês os avanços e desafios dessa pesquisa. Agradeço à banca por disponibilizarem tempo para a leitura desse material e de antemão adianto que será muito valioso escutar seus comentários, percepções e críticas.

Meu eterno amor e gratidão a minha mãe querida, a quem dediquei essa dissertação. Sem essa sua “risada gostosa e esse seu jeito de achar que a vida pode ser maravilhosa”, com certeza eu não estaria aqui nesse momento. Todo o seu apoio foi imprescindível para que eu chegasse a terminar essa pesquisa. Meu muito obrigada por aguentar meus estresses, por me acolher quando tive medo, por mostrar o quão forte eu posso ser e por ser tão amorosa, gentil e generosa comigo.

Pai, te agradeço pelo imenso carinho e apoio nos momentos difíceis de escrita dessa pesquisa. Te agradeço infinitamente por acreditar nos novos caminhos que tomei em minha vida e por sempre mostrar-se preocupado, amoroso e disposto a me ajudar. Rê, meu irmão lindo. Sou grata pela sua simplicidade e tranquilidade em lidar meus sentimentos mais profundos. Te agradeço por sempre me apoiar nesses longos anos de pesquisa e por mostrar-se feliz em cada pequena conquista que tenho. Meu muito obrigada a Tami também, por todo o apoio e infinito carinho. Meu eterno amor e carinho para o meu irmão caçula Matheus, que ilumina a vida de todos nós.

Ao meu amor, Matheus. Obrigada por, desde a feitura de meu projeto de pesquisa, estar ao meu lado. Nunca conheci uma pessoa com tamanha sensibilidade como você. Todo esse jeito sincero, e cheio de amor, foi o que me ajudou a sair das várias crises que tive durante o desenvolver dessa pesquisa. Te agradeço profundamente pela paciência e por, em meio as minhas vulnerabilidades, sempre me elogiar e mostrar admiração pelas coisas que faço. Sua presença me dá força e seu sorriso me traz leveza. Obrigada por toda a sua tão linda cumplicidade.

Célia e Alfredo, meus sogros. Sempre amáveis, queridos e dispostos a nos apoiar. Ter duas pessoas fazendo pesquisa ao mesmo tempo exige um acolhimento grande daqueles que nos cercam. Vocês sempre solícitos e prontos para nos dar a mão. Obrigada pelo carinho e delicadeza. Sarah, minha, primeiramente, amiga e também cunhada. Não tenho como agradecer como, por diversas vezes, você conseguiu me fazer focar nas coisas boas que logrei

ao longo do caminho. Por meio de suas palavras sempre muito sensíveis e cheias de amor, pude sempre escolher prosseguir.

Lívião, minha grande amiga e fiel corretora dos meus textos. Não sei como te agradecer por todo o apoio que você me deu com suas leituras sempre tão generosas. Meu muito obrigada por toda sua ajuda e carinho, amiga. Te agradeço também por suas lindas visitas aqui em Curitiba. Meu tempo aqui não seria o mesmo sem a sua presença por essas bandas.

Meus querides, Luana e Du. Encontrei minha família em vocês. Muito lindo passar esses anos pertinho do aconchego de vocês amigas e confesso que me dói o peito saber que em algum momento iremos cada um para um lado. Essa experiência de mestrado me trouxe muitas pessoas maravilhosas, mas meus maiores presentes foram vocês dois. Com a Lu veio o Pipo, Léo e Fi que encham de risadas meus dias por aqui.

Meus agradecimentos as minhas amigas de longa data, Livia, Carol e Nayara. Fico feliz em poder chegar até aqui e ter vocês ao meu lado. Vocês, mais do que ninguém, sabem o que esse mestrado significa para mim. Vocês puderam acompanhar detalhe por detalhe, onde toda essa inquietação começou e, agora, como terminou. Obrigada pela paciência, pelas nossas conversas amorosas, pelo apoio, consolo e por mostrarem-se sempre acolhedoras diante das minhas dificuldades.

Agradeço também a Motta, Mariana, Paloma e Joseane, meus amigos lindes. Sinto que a cada passo que dou, vocês também ficam felizes junto comigo. Agradeço pela cumplicidade, generosidade e também pelas eternas risadas.

RESUMO

Esse estudo visa refletir sobre a produção de experiências de acolhimento em um abrigo institucional para adolescentes do sexo masculino localizado na Região Metropolitana de Curitiba (PR). O Rancho dos Meninos faz cumprir uma medida protetiva de tipo especial (ECA, art.101) que gera o afastamento temporário desses adolescentes de suas famílias, devido a situações enquadradas como violência física, psicológica, abuso, exploração sexual ou abandono. O trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica elaborada de fevereiro a junho de 2019. Para tratar dessa temática, proponho uma reflexão sobre como se dão os emaranhados socioassistenciais a nível nacional e aponto para especificidades do sistema de acolhimento curitibano, sendo o internamento psiquiátrico de adolescentes um de seus mecanismos. Ao partir de um olhar de dentro do abrigo, exploro as nuances de alguns dos arranjos relacionais que produzem acolhimento tanto por meio de percepções dos meninos, quanto de cuidadores. Em vista dos conteúdos que emergem dessas vidas em movimento, analiso as múltiplas agências dos sujeitos, gradações de sentimentos, ressonâncias institucionais, noções de acolhimento, controles dos corpos, percepções de tempo, produções de atendimento, diferentes formas de compartilhamento de histórias e memórias e, não menos importante, como o não movimento também é parte intrínseca dessas circulações.

Palavras-chave: Circulação de crianças. Acolhimento Institucional. Juventude. Sistema Sociassistencial. Fugas.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the production of foster care experiences in a shelter for male teenagers located in the Metropolitan Region of Curitiba (PR). Rancho dos Meninos enforces a special protective measure (ECA, art.101) that generates the temporary removal of these adolescents from their families, due to situations such as physical and psychological violence, abuse, sexual exploitation or abandonment. This work is the result of an ethnographic research prepared from February to June 2019. To address this issue, I propose a reflection on how the social assistance strands take place at the national level and I point to specificities of the Curitiba foster care, with the psychiatric hospitalization of adolescents being one of its mechanisms. From a look inside the shelter, I explore the nuances of some of the relational arrangements that produce foster care both through the perceptions of the teenagers and the caregivers. In view of the contents that emerge from these moving lives, I point to multiple subject agencies, gradations of feelings, institutional resonances, notions of care, body controls, perceptions of time, production of assistance services, different ways of sharing stories and memories and, not least, as non-movement is also an intrinsic part of these circulations.

Keywords: Children Circulation. Foster care. Youth. Social Assistance System. Escapes.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: O PÁTIO	16
FIGURA 2: MAPA DO RANCHO DOS MENINOS.....	27
FIGURA 3: ORGANOGRAMA DO RANCHO DOS MENINOS	29
FIGURA 4: FLUXOGRAMA MPPR	45
FIGURA 5: O REENCONTRO	81
FIGURA 6: OS MOVERES DE GUSTAVINHO	95
FIGURA 7: OS MOVERES DE DOUGLAS	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: AS CHEGADAS DOS MENINOS	39
TABELA 2: AS FUGAS DOS MENINOS	111

LISTA DE SIGLAS

B. O	Boletim de Ocorrência
C.T	Conselho Tutelar
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CENSE	Centro de Socioeducação
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPM	Centro Psiquiátrico Metropolitano
D-Volume II	Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: o Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Acolhimento e Adoção (Volume II)
D-Volume III	Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: O Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade (Volume III)
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	Fundação de Ação Social
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
JIJ	Juiz da Infância e da Juventude
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPPR	Ministério Público do Paraná
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
OTSACA	Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
PIA	Plano Individual de Atendimento
PMCA	Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 COMO SE MOVE O ABRIGO?	20
1.2 UM LUGAR PARA MENINOS	23
1.3 O RANCHO	25
1.4 SENDO INCORPORADA	31
1.5 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	34
2 CHEGAR.....	36
2.1 PERFIL SOCIAL DOS ACOLHIDOS	38
2.2 O EMARANHADO SOCIOASSISTENCIAL	41
2.2.1 Rancho: um abrigo institucional para meninos	46
2.2.2 Aproximações entre acolhidos e adolescentes em conflito com a lei	53
2.2.3 O internamento psiquiátrico	56
3 MORAR.....	60
3.1 BRIAN.....	60
3.1.1 Os trânsitos da felicidade.....	65
3.1.2 Entre irmãos e internamentos	67
3.1.3 Paralisar-se: a saga das esperas	72
3.2 JEAN	75
3.3 MIGUEL.....	80
3.3.1 Das oportunidades de viver acolhido.....	84
3.3.2 Encadeamento de sofrimentos	87
4 FUGIR	92
4.1 GUSTAVO	93
4.1.1 Ao resgate	96
4.1.2 Atenção aos moveres	99
4.1.3 Um corpo fugidio	102
4.1.4 Acolher os cheiros	107
4.2 DOUGLAS	110
4.2.1 Pressionando as regras.....	114
4.2.2 Quando o cuidado não é compartilhado	118
4.2.3 Perigosa influência	120
4.2.4 Ter que fugir	124

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	131
GLOSSÁRIO	138
ANEXO 1 – GENOGRAMA FUNCIONÁRIOS 2019	140
ANEXO 2 – PIA RANCHO DOS MENINOS 2019.....	142
ANEXO 3 – CARTILHA HOSPITAL SAN JULIAN.....	145

1 INTRODUÇÃO

FIGURA 1: O PÁTIO



FONTE: Rancho dos Meninos (2019). Elaboração da autora.

Desde que comecei essa pesquisa era frequentemente indagada, por acadêmicos e não acadêmicos, sobre uma curiosidade bem específica, e acredito que ela deva ser explorada antes de mergulharmos nos capítulos. Antes de revelá-la, trago um pouco de como eram os detalhes da rotina do Rancho dos Meninos, abrigo institucional para adolescentes meninos em situação de vulnerabilidade na região metropolitana de Curitiba (PR), não no intuito de trazer uma anedota, mas no sentido de traçar desenhos mais concretos do lugar e das pessoas que ali viviam e trabalhavam.

Em um típico dia de semana, logo bem cedinho, pelas estradas de terra do bairro da zona rural em que o abrigo se localizava, o ônibus escolar vinha da pequena cidade vizinha buscando todas as crianças e adolescentes do local até chegar no rancho. Era fácil perceber quando o ônibus estacionava, porque logo os sons dos pássaros e da mata ao redor davam espaço para as latidas de Pandora e Nico, correndo atrás do veículo. “O

ônibus chegôôôô”, gritavam os educadores (aqueles que acompanhavam os detalhes da rotina dos acolhidos) e apressavam os adolescentes para terminarem o café da manhã e tomarem o rumo da escola. Aliás, o grito para chamar alguém era um veículo de comunicação muito potente no rancho, e utilizado amplamente por todos, visto que os espaços eram imensos e amplificavam os sons. Volta e meia, quando eu olhava para as janelas do ônibus, via os meninos cumprimentando seus amigos do bairro. Enquanto isso, os outros moradores, aqueles que estudavam no turno da tarde ou no da noite, dormiam profundamente em seus quartos.

Já no meio da manhã, pelos cantos do rancho, era possível notar o silêncio de um menino escutando música com fones de ouvido ou outro fazendo lição de casa ou mesmo ouvir as risadas de algum menino e educador conversando e carpindo o jardim do parque, por exemplo. Tinha também aqueles que ficavam disputando longas, e concentradas, partidas de bolinha de gude. E, de vez em quando, por incontáveis motivos, o clima pesava com alguma briga entre os meninos mais novos, permeadas de gritos estridentes [nesse caso de raiva].

Próximo a hora do almoço era uma “correria”, como diziam os educadores. Alguns meninos tinham que ir para a escola à tarde e outros já estavam voltando cheios de fome para o almoço. Era um tal de garantir que os meninos tomassem banho, que escovassem os dentes, gerando uma espécie de tumulto em volta dessas demandas, ao mesmo tempo que já iam chamando os outros meninos para comer. Para isso, não era necessário muito esforço, porque o cheiro da comida caseira e fresquinha parecia atrair a todos – educadores, técnicos (os administradores do abrigo), staff, meninos e pesquisadora – para a mesa do refeitório. Se até aquele instante os meninos estavam separados por turnos escolares e os cuidadores pela especificidade de suas funções, o almoço reunia a todos e por volta de umas vinte pessoas se encontravam em um momento recheado por comida e piadas. Mais uma vez, o ônibus escolar chegava e outra leva de meninos ia estudar.

Depois da refeição, a “hora do chimarrão” era esperada e aclamada pelos cuidadores *antigos*. Enquanto os *novos* (os técnicos) voltavam para seus escritórios, os antigos logo se dirigiam para o “momento de descanso dos funcionários”. Lá, se alguém quisesse fazer parte, teria de sentar-se em um dos bancos próximos das árvores, tomar chimarrão, passar a cuia e se adaptar às maneiras de se relacionar dessa roda.

A tarde costumava ser mais tranquila e era aí que eu tinha longas conversas com meninos e educadores. Nesse período também era quando os meninos eram levados, com a Kombi da instituição, para múltiplos lugares: era o curso para conseguir estágios, as consultas médicas, psicológicas e psiquiátricas, para o CAPSI (instituição de saúde que trata drogadição) e, mais raramente, para audiências judiciais sobre seus casos. De vez em quando algum acolhido se recusava a ir a algum compromisso e travava longas discussões com os educadores, mas, no geral, eles iam. Se não houvesse atividades marcadas, ficavam em seus quartos, jogavam videogame, se engajavam com os arteeducadores que chegavam ou eram chamados para conversas no escritório da Equipe Técnica.

Nesse mesmo período do dia é que, de forma esporádica, apareciam algumas visitas inesperadas – pelo menos para educadores e, principalmente, para os meninos. Como no dia em que os meninos se perguntavam o que estaria fazendo o carro do Conselho Tutelar da cidade (órgão responsável por inspecionar os serviços do abrigo) no rancho. A polícia, os conselheiros, os escoteiros, os bombeiros, os oficiais de justiça e compradores do bazar. Todos provocavam olhares atentos. Uns mais que outros.

Caso o dia tivesse sido ensolarado, logo vinha um pôr do sol recheado de tons de rosa junto com a chegada dos que foram para a escola e a ida dos meninos mais velhos, também no ônibus escolar, para o supletivo. Quando a luz ia embora por completo, junto com ela iam todos os técnicos e o resto do staff do rancho. Sobravam, naquela imensidão, dois educadores sociais, os meninos e eu.

A noite fazia com que o rancho perdesse o ar de instituição. Era aí que os meninos e educadores me chamavam para assistir filmes no anfiteatro, que estourávamos pipoca, que os meninos jogavam futebol, brincavam de corre e que os educadores davam os remédios prescritos aos meninos. A janta vinha mais tarde, em torno das 20h30. Além de mais calma, a refeição noturna reunia menos pessoas em volta da comida requentada deixada pelas cozinheiras.

Nos finais de semana as noites eram também dessa maneira, com a exceção dos poucos meninos que iam visitar suas famílias. De vez em quando, os que ficavam faziam passeios e excursões, mas quase sempre permaneciam no rancho descansando e fazendo atividades recreativas com os arteeducadores. Por vezes, os mais velhos saíam

aos sábados, com ou sem autorização dos educadores, para visitarem seus amigos do bairro e “darem rolê”. Logo no domingo, já estavam de volta.

Se a rotina da chácara era permeada por um intenso ir e vir de todos, não era ela sempre assim. Às vezes as cores da foto acima adquiriam intensos tons de cinza e isso era quando a monotonia ou a tristeza invadiam o abrigo. Esses momentos eram também intrínsecos, e centrais, ao cotidiano do rancho. Como que um lugar com tantas pessoas circulando, de uma hora para outra, podia se tornar tão entediante? Pois é! Não sou eu quem digo, mas os próprios moradores.

As chegadas e partidas dos meninos eram muitas e isso fazia com que o número de meninos acolhidos oscilasse bastante, às vezes um grupo de quinze e depois de uma semana um grupo de oito. De repente, após um mês, o rancho voltava a sua máxima lotação de vinte acolhidos. Isso alterava os ânimos no rancho. Se um adolescente chegava, causava curiosidade e euforia; já as partidas dos meninos eram, quase sempre, muito duras, o que gerava uma atmosfera de introspecção. Os dias de chuvas, principalmente aqueles que viravam semanas, também mudavam o ritmo do rancho. Todos mais espalhados nos cômodos, conversando em duplas e uma constante reclamação sobre a “falta do que fazer”, por parte dos meninos. Quando vinha a chuva acompanhada de frio, o abrigo parecia não ter moradores. Ninguém correndo, ninguém gritando, ninguém brincando. Nada.

O tédio não vinha só nos momentos de céus nublados e chegou fortemente quando os meninos descobriram que o rancho iria mudar de endereço (já no fim da minha passagem por lá). Isso fez com que muitos abandonassem suas atividades cotidianas, principalmente a escola, e muitos deles passaram a ficar no abrigo o dia inteiro, sem muita atividade. A tristeza também os visitava em inúmeras situações: quando algum menino recebia uma notícia que o desagradava sobre seu caso judicial, um funcionário anunciava sua saída ou mesmo quando um menino resolvia fugir. Esses acontecimentos faziam com que um clima de desânimo pairasse sobre o lugar.

O dia a dia do rancho era assim. Hoje, muitas atividades, amanhã talvez nem tantas. Hoje, bastante circulação, amanhã a monotonia. Ao mesmo tempo que havia grande vitalidade nas relações que aí se davam, existia também lentidão. O próprio compasso do abrigo me levou à reflexão sobre aquilo que pode ser o viver em movimento.

“Mas eles vivem presos?”, era a pergunta que sempre me faziam sobre a vida dos meninos do rancho, que por associação implicava também uma concepção sobre o trabalho dos cuidadores da instituição. Isso reflete parte da visão sobre os abrigos institucionais em todo o país, mas, por outro lado, é interessante no sentido de que nos lança outra questão: O que pode ser o “estar preso” ou o “sentir-se livre” nas tramas do sistema de acolhimento curitibano?

1.1 COMO SE MOVE O ABRIGO?

Nessa pesquisa reflito sobre a produção da experiência de acolhimento entre meninos e cuidadores no abrigo institucional Rancho dos Meninos¹. Procuro compreender as percepções e práticas que emergem dos múltiplos movimentos que envolvem o acolher e o ser acolhido no lugar e pensar nas especificidades e contornos que podem tomar. Assim como uma gama de estudos antropológicos sobre instituições que compõem as políticas de proteção à infância e juventude, exploro os serviços de acolhimento a partir das permanências e impermanências inerentes à vida dos moradores do rancho e suas relações com os funcionários do local.

A Fundação Rancho dos Meninos é um abrigo que oferece serviço de acolhimento institucional e pode receber legalmente até 20 adolescentes do sexo masculino de 12 a 17 anos, afastados de suas famílias exclusivamente por ordem judicial e provenientes de Curitiba e Região Metropolitana. O serviço faz cumprir uma medida protetiva de tipo especial (ECA, art.101) que gera o afastamento temporário desses adolescentes de suas famílias. Segundo as normas vigentes, os acolhidos tiveram seus “direitos violados ou ameaçados com alguma perda de vínculo” através de situações relacionadas a “violência física, psicológica, abuso, exploração sexual ou abandono” (NOBS-SUAS, 2005).

¹ **AVISO À LEITORA:** Nesse texto não mantenho os nomes verdadeiros de pessoas e tampouco de instituições, somente daquelas organizações em que suas informações são de domínio público. Isso porque os processos judiciais dos meninos do rancho correm em segredo de justiça e os conteúdos com os quais entrei em contato são delicados e podem vir a comprometer a própria instituição. As palavras em itálico dizem respeito a termos utilizados nos contextos pesquisados, termos estrangeiros, título de livros, periódicos e nomes de projetos. Em vista de deixar o texto mais fluído, darei destaque em itálico às categorias de campo na primeira vez que aparecerem e, a partir disso, não usarei mais o recurso. Esporadicamente, posso trazer alguma categoria em itálico, para novamente chamar a atenção para um conceito de campo. Os diálogos de campo, conceitos analíticos e citações serão colocados em aspas.

O rancho é uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, que nasceu dos esforços e mobilizações políticas de alguns religiosos católicos juntamente com integrantes de uma comunidade da periferia de Curitiba com a liderança de Pedro Vieira – religioso cofundador do abrigo. No início dos anos de 1990, esse trabalho culminou no nascimento da estrutura física da organização em uma cidade da Região Metropolitana de Curitiba, mais especificamente na zona rural. Ao fim da década, meninos, funcionários e voluntários concluíram a construção de toda a estrutura do abrigo.

Inicialmente, o público a ser acolhido era formado por crianças e adolescentes do sexo masculino, em “situação de rua”, que tivessem de 7 até 18 anos de idade. No auge, a instituição chegou a receber 80 crianças e adolescentes. A partir de 2010, em vista das exigências do documento de reordenamento dos serviços de acolhimento curitibano (Curitiba, 2017), a organização teve que se adequar a uma série de restrições legais e passou a acolher no máximo 20 abrigados estritamente via ordem judicial – de acordo com outros estudos feitos no local.

Ao entrar em contato com etnografias que tem por objeto as instituições que conformam o emaranhado legal de entidades que atuam na “proteção à infância e juventude” no Brasil, percebi que “movimento” é um tópico central em muitas delas. Notei que a busca por compreender esses circuitos legais e institucionais, e como são vividos por crianças e adolescentes, faziam referência à pesquisa *Caminhos da Adoção* de Cláudia Fonseca (1995).

Em um contexto de recente promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a autora nota que havia uma “circulação de crianças” que era resultado dos moveres de crianças dentro de uma rede de mulheres consanguíneas, comadres, vizinhas de confiança e instituições como a FEBEM em grupos populares de Porto Alegre (RS). Mesmo vivendo em diferentes lares, os filhos e filhas tinham várias “mães” e não perdiam o vínculo inicial com suas mães biológicas. Sem a necessidade do intermédio de um tribunal, os adolescentes geralmente voltavam a viver com a sua família de origem. Dessa maneira, esses moveres mostravam um modelo específico de produção de laços familiares que destoava do protótipo de família nuclear, então considerado nas legislações e em políticas públicas para esse público.

Esse trânsito de crianças e adolescentes entre instituições e famílias foi também percebido por Gregori (2000), que a ele adicionou as ruas ao tratar das experiências de meninos nas ruas de São Paulo (SP). Em seu trabalho, a “circulação” mostra-se nas continuidades relacionais que esses meninos travavam com suas famílias, nas ruas, nas escolas e em instituições de tutela. Essa “movimentação constante” (p.15) caracterizava a fluidez entre as experiências com suas famílias e o processo, lento e gradual, de afastamento de suas casas em um constante enredamento no universo da rua, de maneira que não abandonavam em definitivo nenhuma dessas esferas. Pelo contrário, esses moveres eram produtores de suas vidas e lhes possibilitavam “se virarem” para garantirem suas sobrevivências e proteção.

Nesses dois trabalhos, as autoras percebem um movimento que emergia da vida de seus interlocutores e se propõem a compreender as qualidades desses ires e vires e o que produziam em vista de suas continuidades e não das supostas rupturas que poderiam gerar quando, por exemplo, se deixa a casa de sua mãe biológica ou quando se vive, também, nas ruas. Parto do mesmo pressuposto das autoras, haja vista que percebi por meio de documentos, histórias, memórias e no dia a dia do abrigo, que havia circuitos que tangenciavam a vida dos meninos e eram eles produtores de, nesse caso, experiências de acolhimento.

Entretanto, me diferencio dessas pesquisas, pois faço minha etnografia situada na rotina de uma instituição de acolhimento, diferente de Fonseca e de Gregori que seguiram seus interlocutores, com a intenção de melhor compreenderem os caminhos pelos quais percorriam. Penso o movimento, portanto, através daquilo que ouvi, senti, captei e compreendi de dentro da rotina do abrigo, que me levou a perceber como, dentro mesmo desses circuitos, a espera e o não movimento faziam-se também central.

Trato as experiências de acolhimento como “casos”, não com o intuito de investigar as “culturas da juventude” (Debert, 1999; Pereira, 2016) intrínsecas às vivências dos adolescentes, nem mesmo como na tradição sociológica em que Weber (1982) utiliza esse artifício para se remeter a um conjunto de elementos que ajudam a classificar e analisar a realidade. Trabalho com os casos de Brian, Jean, Miguel, Gustavo e Douglas, e tantos outros que os tangenciam, porque eles permitem pensar sobre os serviços e o próprio sistema de acolhimento, ou seja, não recaem em um individualismo metodológico, mas sim ajudam a iluminar um maior conjunto de

relações. Opto por fazer uma análise dessas experiências, no sentido proposto por Fonseca (1999), tendo por pressuposto que “cada caso não é um caso”.

Uso “caso” entendendo que existem questões de cunho estrutural que interseccionam minha pesquisa, as quais não devem ser ignoradas. Ao expor os detalhes e particularidades da experiência desses acolhidos, e as vivências que emergem nos diferentes arranjos relacionais e pontos de vista, procuro também ilustrar situações que são parte da vida daqueles que acolhem e que são acolhidos nos serviços curitibanos. Dessa forma, contribuo com a discussão sobre o que podem ser as práticas de acolhimento.

1.2 UM LUGAR PARA MENINOS

Estando dentro do abrigo, prontamente constatei algumas diferenças da entidade em relação a algumas outras instituições que também fazem parte do emaranhado institucional voltado a crianças e adolescentes brasileiros. Por serem moradas temporárias, as unidades de acolhimento têm especificidades legais e destoam, em parte, das organizações de “checagem” jurídica e nem por isso deixam de ser uma rica fonte de minha pesquisa.

Por meio de um estudo no Juizado da Infância e Juventude em Porto Alegre, Schuch (2009) analisou como os sentidos das ações de adolescentes em conflito com a lei seriam construídos e negociados ao longo das vivências que eram parte do processo judicial de cada um deles, demonstrando mediante quais práticas se davam a feitura da própria lei para esse público-alvo e como se imbricavam nas relações cotidianas entre famílias, adolescentes, juízes e funcionários do órgão. Dessa forma, os conflitos de seus interlocutores em torno da lei me abrem um espaço reflexivo sobre o peso de determinadas categorias normatizadoras nas leis que circulam dentro do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e como podem produzir práticas cotidianas nas organizações. Há também um outro estudo (Munhoz, 2013), mas esse em um núcleo de atendimento a adolescentes autores de práticas infracionais em São Paulo (SP) que me auxilia a melhor compreender a produção dos “encaminhamentos” no Rancho dos Meninos e, por consequência, na compreensão das diferentes noções de acolhimento intrínsecas a esses atendimentos técnicos.

De início, minha experiência em campo me levou a fazer uma conexão direta com algumas perspectivas de que falavam outras pesquisas antropológicas com que tive contato sobre as políticas de acolhimento a crianças e adolescentes. Uma delas eram os “devires/possibilidades de futuro” – Fonseca *et al* (2009) e Cruz (2014) –, em que se discutem questões relacionadas ao porvir de jovens institucionalizados que completavam a maioridade, conhecidos como os “egressos” ou as “egressas” dessas entidades.

Após algumas semanas, percebi que nessa premissa não cabia a minha pesquisa, porque não havia ali muitos adolescentes próximos a maioridade. Por outro lado, se a construção de devires não é o foco principal de minha pesquisa, as expectativas dos acolhidos em relação às suas famílias não deixam de trazer perspectivas sobre como gostariam de viver seus futuros. Se a “desinstitucionalização” não era o foco de práticas no abrigo que acompanhei, entender, através da literatura, os caminhos que egressos e egressas podiam tomar após o acolhimento foi importante no sentido de que mostravam similaridades com processos vistos no cotidiano do rancho. Esses contornos dados para os movimentos, e os lugares para onde se deslocam, me deram dicas sobre as qualidades do movimento que emergia no rancho.

Ao analisarem continuidades e rupturas nas relações pós acolhimento, Fonseca, Allebrandt e Ahlert e Cruz trazem novas perspectivas para as múltiplas maneiras que acolhidos e ex-acolhidos percebem e produzem suas relações com aquilo que viveram na/nas institucionalizações. As primeiras, ao chamarem a atenção para os “modelos de continuidade” que se apoiam em rede de relações afetivas construídas ao longo da vida e a segunda, ao mostrar como as egressas “inventavam suas possibilidades de vida” por meio de “saídas”, “do devir-mãe” e múltiplas experiências de cuidado.

Ao fazer uma reflexão sobre abordagens etnográficas da participação de crianças circulam em contexto de “proteção à infância”, Ribeiro (2015) me dá pistas sobre os conteúdos e especificidades – como narrativas, silêncios, fugas e controles do corpo – que podem emergir da vida daqueles que crescem e circulam nessas instituições. Localmente, Snisek (2008) e Prestes (2010) me auxiliaram no entendimento das especificidades dos serviços de acolhimento voltados para crianças no contexto paranaense, assim como me aproximaram de peculiaridades de questões como: as fugas institucionais e como lidavam com elas; a reintegração familiar; as relações com outros

órgãos do SGDCA; o ingresso em famílias adotantes; as relações e hierarquias entre funcionários e os “encaminhamentos”. Essas experiências trazem algumas questões comuns na análise de crianças/adolescentes acolhidos curitibanos.

Há, porém, uma diferença relevante sobre essas pesquisas e a minha. Eu me proponho a estudar um abrigo institucional que acolhe somente adolescentes, enquanto as demais autoras trabalharam com crianças até onze anos incompletos. De início pensei que essa diferença não fosse influenciar tão fortemente na forma em que se produziam as relações no local, porém me surpreendi ao comparar essas etnografias com as experiências que tive contato em campo. No Rancho dos Meninos as categorias e práticas que eram mobilizadas tinham conexão com o fato de que os abrigados eram adolescentes, do sexo masculino, vivendo em uma unidade de acolhimento que se configurava como um abrigo institucional dentro do sistema de acolhimento curitibano – como aprofundarei no Capítulo 1.

Essa especificidade me levou a procurar na literatura etnográfica outras formas de institucionalização, as quais também poderiam conversar com as experiências de acolhimento ali vividas. As políticas de internamento psiquiátrico de adolescentes presentes no sistema socioassistencial curitibano, assim como os diversos controles relacionados à drogadição e sua consequente medicalização que existiam no abrigo, fizeram a aproximação de minha etnografia com estudos sobre o trabalho do cuidado e saúde (Bustamante e McCallum, 2014), em contextos do uso do crack (Epele, 2010; 2012; Rui, 2010; 2014) e estudos sobre ressonâncias entre prisões e hospitais/instituições asilares (Biehl, 2005; 2008; Mallart, 2011; 2019).

1.3 O RANCHO

Em janeiro de 2019, em uma reunião com Marcelo, coordenador do rancho, recebi a autorização para fazer uma pesquisa etnográfica sobre a produção da experiência de acolhimento entre cuidadores e acolhidos no Rancho dos Meninos. Já nas primeiras semanas vi a possibilidade de morar no local por alguns dias da semana e solicitei ao coordenador que fizesse um requerimento à Diretoria do abrigo que, prontamente, no fim de fevereiro, aprovou o pedido. Sendo assim, eu passava 4 dias seguidos por semana no rancho, em um quarto individual que se localiza no mesmo andar que os meninos dormiam. Assim, de fevereiro até o final de junho de 2019 eu ia

de carro até o abrigo e lá ficava por dias consecutivos; a cada ida, alternava os dias de chegada e de partida, em vista de acompanhar os eventos e também as diversas possibilidades de rotina. Ao todo, foram 4 meses em campo, sendo que entre os meses de abril e maio passei um mês afastada fazendo a primeira filtragem dos dados registrados em diário de campo.

Nesse tempo, tive contato direto com 23 meninos acolhidos, todavia isso não significa que eram um grande grupo fixo por todo o tempo que estive por lá. Como já mencionado, o ECA (1990) prevê que os abrigos acolham até no máximo 20 adolescentes por instituição e isso se cumpria, mas esse número foi variável durante essas semanas, fazendo com que houvesse semanas em que o rancho estava lotado e outras com poucos acolhidos. No recorte de minha pesquisa, o tempo médio de estadia dos acolhidos era de 6 meses, sem levarmos em conta os três acolhidos que estavam há quase 3 anos na instituição.

Os meninos do rancho eram provenientes de Curitiba ou de cidades que integram a sua Região Metropolitana, que produzem trânsitos entre suas unidades de acolhimento. Sendo a cidade de Curitiba a de maior porte dentre elas, e a que também mobilizava mais acolhidos e é dona da grande maioria das unidades de acolhimento (Curitiba, 2017a), ao tratar dos serviços de acolhimento demarcado por esses municípios os intitulei como “sistema de acolhimento curitibano”. Diferente dos serviços prestados pelo rancho no passado, a rua já não era um lugar comum de que vinham esses meninos. Vinham, portanto, de casas de familiares, impulsionados por uma transferência entre unidades de acolhimento ou direto de internamentos psiquiátricos.

Havia importantes marcações entre os acolhidos e cuidadores que complexificavam o recorte etário – adolescentes de 12 até 17 anos, previstos pelas políticas de acolhimento. Os *mais novos*, ou *menores*, eram os meninos de 12 até no máximo 15 anos, que eram vistos pelos cuidadores como mais enérgicos, brincalhões e “estourados”, ao mesmo tempo que mais ingênuos. Mesmo os *mais velhos*, porém, os adolescentes de 15 até 17 anos, eram compreendidos também como “mais crianças”, como frequentemente diziam.

Os mais velhos eram em menor número, mais discretos e tinham uma dinâmica hierárquica em relação aos mais novos, com os quais, no geral, tinham uma boa relação,

mas esperavam sempre serem respeitados por eles. Por mais que o rancho não fosse feito por grupos isolados, os meninos *menores* geralmente se relacionavam com seus grupos etários, assim como os mais velhos, mesmo porque suas rotinas escolares eram as mesmas. Todos eles dormiam em um prédio denominado “barracão” (Figura 2, ponto 2) em quartos duplos separados por um imenso corredor no segundo andar da instituição, também separados por afinidade etária.

FIGURA 2: MAPA DO RANCHO DOS MENINOS



FONTE: Google Maps (2019). Júlia Heuser.

Do outro lado do corredor onde dormiam, separado por duas portas e uma sala de informática, estava localizado o meu quarto. No andar de baixo, que dava para o pátio da instituição, estavam o auditório – onde havia atividades, eventos e uma imensa tela de TV, o escritório da equipe técnica e a sala de saúde – onde ficavam os remédios dos meninos. O parque, o pátio e a quadra de esportes (Figura 2, ponto 3, 7 e 8) eram lugares mais explorados pelos acolhidos, pois eram nesses espaços que sentavam para conversar, brincavam e jogavam futebol aos finais de semana.

Sobre o resto dos cômodos: o “galpão” (Figura 2, ponto 1) era o lugar onde se guardavam as inúmeras doações que chegavam ao rancho; a “casa 2” (Figura 2, ponto 6), por sua vez, era um antigo alojamento de crianças que havia sido desativado; a “pedagogia” (Figura 2, ponto 5) era uma sala, com uma mini biblioteca e diversas mesas e cadeiras para que a pedagoga integrante da equipe técnica do abrigo ajudasse os acolhidos a fazerem tarefas da escola. Como já comentei, o “refeitório” (Figura 2, ponto 4) era o lugar onde todos se encontravam e nele se faziam cinco refeições por dia: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e o “chá da noite”.

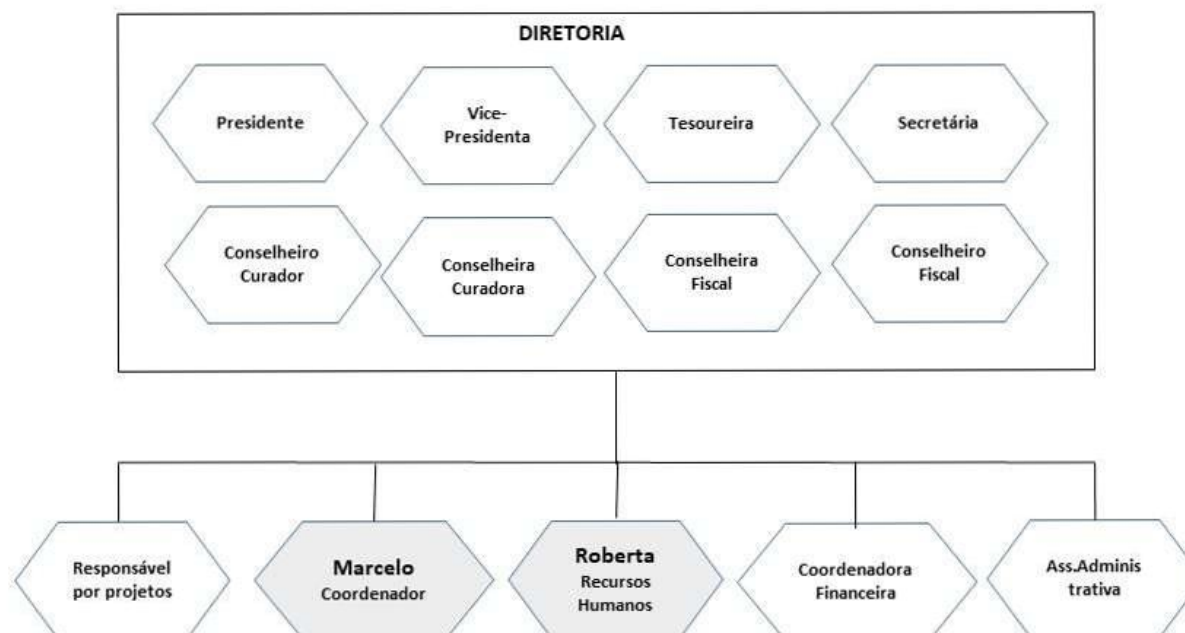
Era com o staff e, centralmente, com os educadores, juntamente com os acolhidos, que eu passava a maior parte do meu dia. Na figura 3, os agentes postos em cinza são todos aqueles que faziam parte das atividades cotidianas do rancho e, com exceção da Equipe Técnica, do coordenador e dos arteeducadores, grande parte dos outros eram denominados funcionários *antigos*. Na parte I da figura, podemos ver que existem alguns funcionários – destacados em branco – responsáveis por funções administrativas fora do abrigo, com os quais pouco tive contato. A “diretoria”, por sua vez, era exercida por voluntários, majoritariamente pessoas ligadas à história do abrigo.

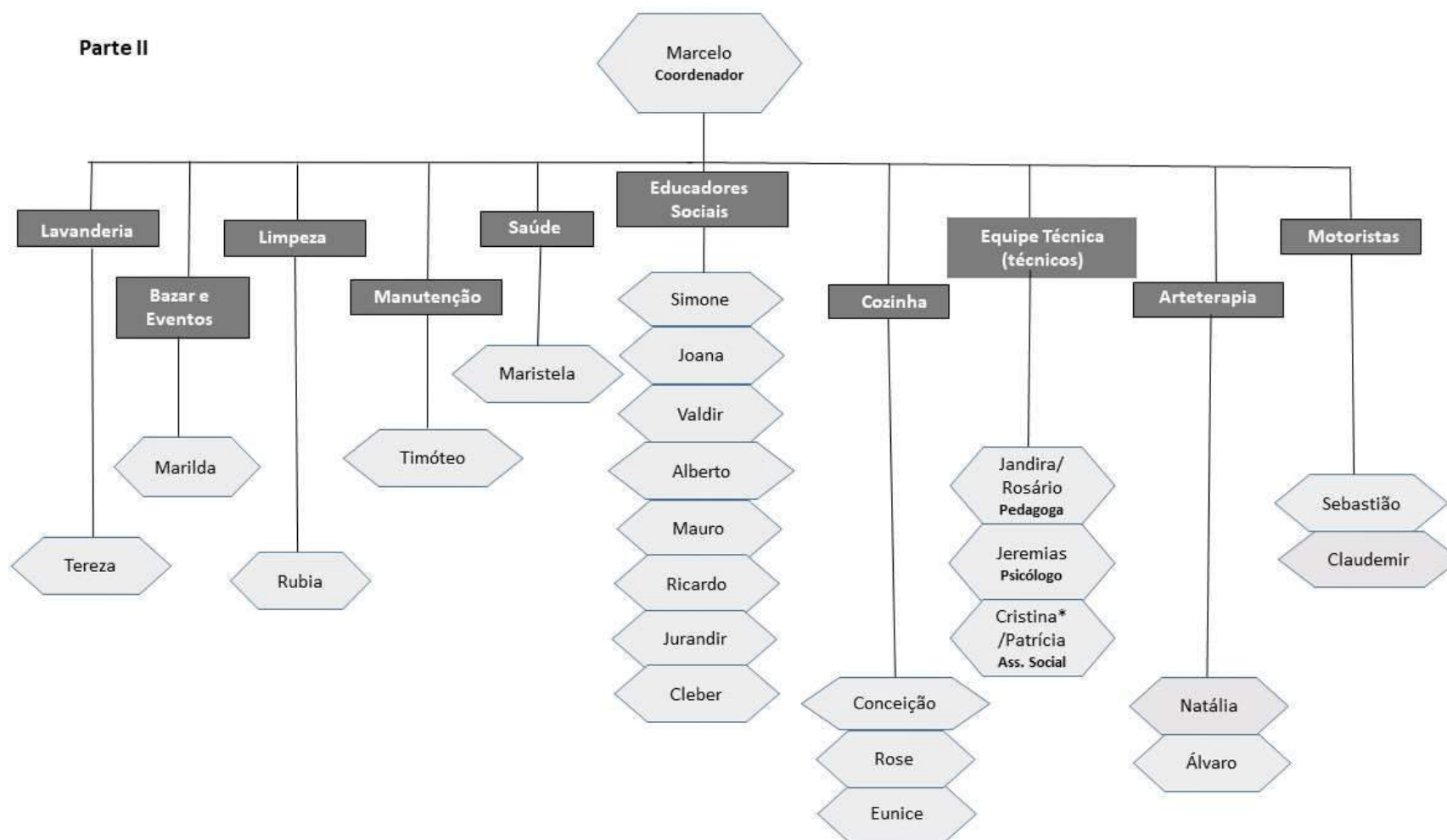
Os cuidadores *antigos* se diferenciavam pelo tempo, mas, no caso, o “tempo de casa”. Eles eram parte do lugar por volta de dez anos e historicamente rotaram entre funções ligadas ao contato direto com os adolescentes, assim como algumas funções de liderança. Tinham algum grau de parentesco consanguíneo² entre si e carregavam histórias da construção, formação, bem como as memórias daqueles que haviam passado pelo lugar. Dessa maneira, alimentavam relações próximas ao religioso cofundador do abrigo, Pedro Vieira, com o qual não tive muito contato direto, pois ele não mais exercia nenhuma função no rancho.

² Ver o *Genograma dos funcionários do rancho – 2019* (Anexo 1).

FIGURA 3: ORGANOGRAMA DO RANCHO DOS MENINOS

Parte I





FONTE: Rancho dos Meninos (2019). Elaboração da autora.

Se existiam os *antigos*, havia de também existir os *novos*. A partir dos encontros no almoço pude conhecer melhor os três integrantes da Equipe técnica (Figura 3, parte II) – psicólogo, assistente social e pedagoga – e o coordenador do rancho. Pelo que coletei da narrativa de muitos dos antigos, as funções dos novos são historicamente rotativas, movimento que pude também perceber no tempo que estive em campo. Como mostra a Figura 3, os *novos* também eram funcionários cotidianos do rancho, porém tomavam decisões sobre questões administrativas dos serviços de acolhimento. Faziam um trabalho ligado à produção de relatórios, controle de custos e relações com outros órgãos de proteção à infância e juventude, ou seja, não acompanhavam tão de perto a rotina de atividades dos acolhidos.

1.4 SENDO INCORPORADA

Há uma especificidade importante em minha relação com os *novos*, em especial, com Cristina, assistente social. Depois de um mês que comecei o trabalho de campo, o coordenador Marcelo se demitiu e quem entrou em seu lugar foi Cristina. Ele havia aberto espaço dentro da rotina dos meninos, mas foi a técnica que expandiu as minhas possibilidades de conhecimento ao autorizar-me, mediante documento oficial³, a ter acesso aos PIAs, assim como a outros relatórios institucionais. Por meio desses documentos, pude perceber um primeiro tipo de movimento relacionado aos caminhos dos meninos no sistema de acolhimento curitibano, assim como as categorias que circulavam nas descrições de seus casos.

Em vista desse material, utilizo-me das proposições de Vianna (2014) para refletir sobre esses documentos não como uma massa inerte, mas desejando compreendê-los como um “corpus vivo”, em outras palavras, como documentos que constroem novas realidades e narrativas desde si, da interação que estabelecem entre si e com o próprio pesquisador. Busco atentar para os ditos e não ditos de diferentes atores e me disponho dos documentos como um diferente acesso que me auxilia com detalhes importantes não em busca de uma verdade dos fatos, mas na recomposição dos acontecimentos.

Seis meses após minha passagem pelo abrigo, foi Cristina quem também me propôs um cargo voluntário na diretoria do rancho, como Conselheira Curadora, do qual

³ Acordei em não revelar conteúdos, e detalhes dos casos, mas somente fazer uma análise de fatores mais gerais sobre os conteúdos que atravessavam a vida dos acolhidos.

faço parte até o atual momento (março/2021). Contudo, essa foi apenas uma, e a última, das maneiras pelas quais fui incorporada às atividades do rancho. Cada tipo de movimento que eu pude perceber no abrigo veio por meio de distintas incorporações minhas às atividades do rancho e fez remissão a diferentes entradas em campo.

Caracterizando-se como um universo em movimento, conforme pretendo demonstrar, além de acompanhar os próprios deslocamentos relacionados ao viver no lugar, eu me movia de acordo com as possibilidades que proporcionava o movimento cotidiano. Participei dos ires e vires rotineiros, como as refeições, a espera pelo ônibus escolar, eventos como bingos e bazares; acompanhei algumas visitas a familiares, assim como participei de recepções a diversos agentes de controle e a visitantes; participei de algumas audiências judiciais; segui de perto algumas consultas periódicas a órgãos de proteção à infância e juventude e muitas outras situações. Com isso, foi o envolvimento com o “dentro” que, aos poucos, me levou também para “fora”.

Em minhas primeiras semanas em campo, eu me esforçava para tentar participar de tudo e, de alguma maneira, me “intrometia” nas diversas situações rotineiras. Se, de início, alguns meninos e funcionários me perguntavam por que eu estava lá e sobre o que versaria meu “livro”, como diziam, esses questionamentos foram, pouco a pouco, abrindo espaço para disputas entre eles sobre onde eu deveria ficar. Os educadores precisavam de alguma ajuda em seus turnos; o staff precisava de “uma mão” para arrumar os eventos; e os meninos queriam que eu fosse comprar doces com eles ou que os acompanhasse em alguma atividade. Até mesmo os técnicos acabavam utilizando as atividades que eu fazia como forma de exemplificar, e assim também disputar, aquilo que deveria ser o trabalho dos educadores.

Pareciam existir espaços entre essas relações, os quais fui ocupando e, aos poucos, me vi dentro de arranjos relacionais que ultrapassavam o rancho como a visita à mãe de Brian, por exemplo, ou os churrascos que participei na casa de alguns funcionários *antigos*. Essas incorporações, que muitas vezes carregavam também disputas, explicam algo que muito me intrigava no rancho. Eu percebia que, em algumas situações, as pessoas se incomodavam com a minha presença, mas ninguém chamava minha atenção. Às vezes alguém me dizia “tenho que falar com você” e eu pensava “agora vem a bronca”, mas elas nunca chegaram.

Como a “antropóloga do rancho”, como me apresentavam quando recebíamos visitas, passei a transitar com fluidez entre essas relações. Muito além de uma mera coleta de dados, o antropólogo imerge em campo em busca de estabelecer relações e se

abrir aos imponderáveis. Para isso, Strathern (2014) propõe a busca por aquilo que “não estamos procurando”. Ao fazer parte do cotidiano, já não mais precisava me esforçar para participar das atividades, porque depois de poucas semanas eu já tinha sido incorporada a elas. A partir desse envolvimento, me abri para uma outra gama de moveres que atravessavam a vida de todos, contudo só eram percebidos na intimidade com *antigos* e meninos.

Em minha segunda semana em campo, resolvi sugerir que um dos meninos mais velhos participasse de uma entrevista comigo. De pronto, ele me respondeu que não, que não gostava de ser interrogado e que preferia ir “conversando mais tranquilo”. Essa foi a primeira vez, e a última, que tentei fazer uma entrevista com algum acolhido. Logo aí ele me fez entender que essa estratégia de pesquisa, inserida em um contexto social marcado por desigualdades étnico raciais, de gênero e classe social, poderia fazer remissão à violência de Estado que adolescentes negros e periféricos sofrem mediante os interrogatórios da polícia no Brasil⁴.

Foram as “conversas tranquilas” que me levaram a ter contato com o movimento relacionado às percepções que os meninos tinham de suas vidas. Essas narrativas e memórias surgiam em nossos diálogos vespertinos, compostos por no máximo três acolhidos; quando eu interagía com eles no jantar; quando ficávamos na escada do pátio até mais tarde escutando música ou compartilhando histórias de nossas vidas; e quando assistíamos a filmes. Nos atravessamentos das vidas dos antigos, com a de meninos e *ex-meninos*, pude captar da mesma forma: nos cafés da tarde; nas rodas de chimarrão; na ajuda a lavar a louça do jantar e incontáveis outros momentos. Isto é, não se fez necessário grandes deslocamentos para entender melhor essas percepções, pois quanto mais eu ficava no rancho, mais fixos se faziam seus contornos.

⁴A fala de Miguel compacta muitas das narrativas parecidas com que tive contato no rancho. Parece-me que essa resistência por serem entrevistados tem relação direta com essa abordagem em grande parte acusatória das organizações de segurança estatais com relação à juventude periférica no país. Em complemento, Misse (1999) mostra como os denominados “malandros, marginais e vagabundos” acabam por viver uma “acumulação social da violência no Rio de Janeiro” por meio de um processo estatal de incriminação, que interliga pobreza urbana, desmoralização e criminalidade. No contexto argentino, Eilbaum (2006) demonstra como interrogatórios policiais têm como base a versão apresentada pela polícia e que o documento se torna a versão legal autorizada sobre os fatos. De volta ao Rio de Janeiro, Vianna (2013) traz a dor de mães moradoras de favelas que tiveram seus filhos assassinados pela polícia e como estão constantemente lutando judicialmente para que seus filhos sejam reconhecidos como vítimas, e não algozes, do Estado. Sobre aspectos da administração pública como parte de processos de formação do estado no Brasil, ver também Souza Lima (2002).

Depois desses quatro meses intensivos em campo, passei mais de um ano e meio escrevendo essa dissertação. Strathern (2014) destaca que o “processo etnográfico” seria composto por diferentes momentos em que campo e escrita não se separam totalmente. Para a autora, a “volta ao gabinete” faz com que o próprio autor seja intermediário entre as relações que travou em campo e as que estabelece com seus pares na disciplina antropológica. Além de ter de apelar a uma gama de outros estudos, que não tanto falavam de acolhimento, para entender melhor aquilo que tinham visto nessas relações, eu continuava recebendo informações institucionais e dos casos dos meninos.

Como conselheira curadora do abrigo, e também “amiga do rancho”, eu mantive e mantenho contato com meninos e cuidadores por inúmeros meios, inclusive pelas visitas esporádicas que eu fazia ao lugar. Estar sempre sendo atualizada dessas informações me colocou em contato com as continuidades e rupturas de muitas das experiências de acolhimento que acompanhei. Esse acesso diferencial fez-me reconhecer as limitações do recorte temporal que fazemos em nossos trabalhos e, por isso, tomar o cuidado de não fixar meus interlocutores no tempo se fez extremamente central. Ao poder acompanhar os casos no decorrer no tempo, reconheci a velocidade com que as vivências nos serviços de acolhimento podem se transformar, ao mesmo tempo em que uma série de experiências pareciam ser parte intrínseca da vida daqueles que ali passavam.

1.5 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

No esforço de expressar e ilustrar todas essas relações produtoras do abrigo, o primeiro capítulo requer um recuo mais à literatura, à legislação, aos relatórios municipais e aos materiais midiáticos. Dessa maneira, apelei a uma modalidade de escrita etnográfica que difere da apresentada nos demais capítulos devido ao seu foco: os atravessamentos legais e institucionais. Já nos outros dois capítulos, exploro as situações vividas ao trazer à tona a apreensão que meus interlocutores estão fazendo dessas experiências.

No capítulo 1 localizo o abrigo institucional Rancho dos Meninos dentro do sistema socioassistencial, em vista da compreensão de suas especificidades legais e como, a partir dessas prescrições, se organizam as chegadas dos meninos no abrigo. No capítulo 2, mostro como as experiências de acolhimento vão ganhando diferentes tonalidades de acordo com os arranjos relacionais que os meninos estão inseridos e, para

isso, utilizo os casos de Brian, Jean e Miguel. No último capítulo descrevo as fugas institucionais para entendermos os meandros dessa experiência de acolhimento. Assim, exploro situações que permitem enxergarmos como os ires e vires dos acolhidos são produtores de singularidades tanto com relação ao trabalho do acolher, quanto com aquilo que pode emergir das experiências de ser acolhido. Nas considerações finais trago outros entrecruzamentos dessas histórias.

2 CHEGAR

Os caminhos que os meninos do rancho percorriam no sistema de acolhimento curitibano não me eram claros, quando comecei meu trabalho de campo. Cada vez que *chegava* um *menino novo* no abrigo, mais impressões eles me traziam sobre esses lugares que *passavam*, assim como iluminavam os conteúdos presentes nas relações entre acolhidos e cuidadores. Tive contato com dez chegadas e uma multiplicidade de narrativas dos meninos sobre seus trânsitos até chegarem no abrigo. Do início ao fim de meu trabalho de campo, as vindas dos acolhidos traziam-me insights potentes sobre as possíveis maneiras de olhar para a experiência de acolhimento.

As percepções sobre tempo e espaço eram muito comuns em minhas interações com os cuidadores que falavam sobre a necessidade de haver, sempre, novos acolhidos no rancho. Isso porque como me explicou Simone, educadora *antiga*, precisavam de mais adolescentes, senão o local ficava muito vazio, algo que causava uma má impressão a ela. “Um silêncio estranho, sei lá. Parece um cemitério”, justificou. Dizia que a ausência dos meninos trazia ao rancho um marasmo, se referindo aos momentos que o abrigo ficava com poucos acolhidos. Passado, presente e futuro pareciam se unir quando Marilda, funcionária antiga, falava da história do rancho. “O rancho é deles e foi feito por eles. Isso aqui é deles”. Os *ex-meninos*, os atuais acolhidos e os potenciais adolescentes que iriam *morar* no abrigo, todos eles tinham direito ao lugar.

Antes mesmo de alguma *chegada*, os rumores sobre os motivos da vinda de um novo acolhido já começavam a correr no meio dos funcionários. Das conversas que pude escutar, todas elas eram cheias de “diz que...”, ou “eu escutei falar” e “parece que”, ou seja, vinham carregadas de muitas dúvidas e apreensões. Essa era uma forma bem peculiar de comunicação entre os funcionários, que se desdobrava em especulações, desconfianças, afinidades e, como veremos nos capítulos seguintes, conselhos aos meninos. Só depois de aproximadamente dois meses em campo é que fui entender o motivo de só os cuidadores saberem antecipadamente das chegadas e não dizerem nada aos acolhidos. Existia a regra de que “não se pode falar para os meninos, porque isso pode causar ansiedade”. De fato, essa norma parecia estar imbricada às experiências daqueles que passavam por lá.

O dia das chegadas, além de ser uma grande surpresa para os meninos, eram reveladores, pois o novo personagem mexia nos arranjos relacionais internos e trazia consigo muito mais do que as especulações poderiam abarcar. A vinda de Vicente foi um dos momentos mais emocionantes que presenciei no rancho. Ele chegou no fim de março de 2019,

vindo de transferência de um abrigo na Região Metropolitana e era irmão de Murilinho, acolhido. O ponto chave desse advento é que logo depois que os irmãos foram separados, e cada um mandado para um abrigo diferente, eles nunca mais se encontraram e isso já havia três anos. Quando Murilo se inteirou, correu até o pátio para ver quem era e, em um primeiro momento, não reconheceu o seu familiar: “Tia, chegou um menino aqui, novo. Eles estão falando que é meu irmão”, me disse. Rapidamente percebeu que realmente era seu irmão e começaram/retomaram uma relação de cumplicidade no rancho. Essa situação me trouxe uma reflexão sobre os encontros e desencontros que produzem essas circulações, as singularidades do acolhimento de irmãos e a carga emocional que as envolviam.

Havia aqueles que *queriam ficar* no rancho, desde as primeiras semanas de estadia. Chegar, depois de ter passado por “situação de rua”, era extremamente raro no abrigo, mas aconteceu. Arthur, segundo ele próprio, vivia com o tio em um barraco em um aterro sanitário e, por inúmeras vezes, as conselheiras tutelares tentaram apanhá-lo, mas ele se negou a acompanhá-las. Um dia resolveu entrar na Kombi e conhecer o rancho. Chegou e não foi mais embora, tampouco esboçou alguma ação que desse a entender que tinha vontade de deixar o lugar. Por ter elegido *ficar*, que se fazia em oposição ao *fugir*, o acolhido ficou conhecido entre os cuidadores como a “surpresa do rancho”. Isso porque eles o comparavam com Gustavinho, menino do rancho que desde pequeno *passava* por lá e logo fugia para a rua novamente.

Existiam também aqueles que chegavam do internamento psiquiátrico. Joana, educadora antiga, me contou um pouco sobre a *chegada* de Fausto:

Dava dó de ver o estado que ele chegou. Ainda por cima continuava tomando aquelas doses altas de remédio. Ele não falava nada. Tava magro demais, sugado. Ficava o dia anestesiado parecia, sabe? Sentado na escada. Perguntei para ele: ‘Qual é seu sonho?’. Ele respondeu: ‘Não tenho nenhum’. Meu coração ficava partido [...] A minha alegria é ver como ele está agora. Já está rindo e brincando com os outros meninos. Isso é que faz do nosso trabalho gratificante, sabe? (Nota de Campo, fevereiro de 2019).

Acompanhei a adaptação do acolhido, pois comecei minha pesquisa logo depois que ele havia vindo do hospital. Muitos dos adolescentes reclamavam que não conseguiam se comunicar com ele e o chamam de lento, lerdo e lesado. O menino passava o dia inteiro entre os bancos do pátio e sua cama. Não havia muita expressão em seu olhar e raramente interagia com alguém. Muitos dos acolhidos tentavam chamar sua atenção, inclusive os mais enérgicos gritavam bem alto em seus ouvidos, e o máximo que o adolescente fazia era se deslocar para outro lugar.

Enfim, as muitas chegadas me ajudavam no entendimento dos conteúdos que emergiam das relações no abrigo, mas carregavam também enigmas que criaram a necessidade de um olhar mais apurado para todos os caminhos que levavam ao rancho.

Essas cenas abrem espaço para uma reflexão mais geral sobre a configuração de relações que incidem sobre o Rancho dos Meninos e sobre como ele se insere em uma rede de instituições socioassistenciais. Para compreender o que está por detrás dessas situações e das que demais que apresentarei neste trabalho, faz-se necessário um recuo em busca de informações que ajudem a colocá-las dentro de um contexto legal. É preciso compreender as legislações, os marcos legais, as dinâmicas institucionais e suas prescrições. No cruzamento entre as políticas públicas de assistência/vulnerabilidade social e as voltadas a infância e juventude é que se produz esse lugar institucional do abrigo.

De início, em vista de desmitificar as *chegadas*, trago a análise de uma tabela que aponta algumas características do perfil social dos acolhidos, para depois demonstrar, no decorrer do capítulo, de que forma esses caminhos têm relação com o SGDCA e a estrutura que se faz localmente. Mostro, portanto, como as leis nacionais, em todos os seus desdobramentos, abrem espaço para a emergência de articulações locais entre organizações de diferentes naturezas, tendo em vista o público que o rancho acolhe: adolescentes do sexo masculino.

2.1 PERFIL SOCIAL DOS ACOLHIDOS

No rancho tive contato com 23 meninos, dos quais pude acompanhar o acolhimento de dez novos abrigados e o desacolhimento de onze deles. Para produzir e analisar os dados compilados na tabela abaixo, consultei informações de seus PIAs, os quais me servirão de base para trazer um material que extrapola o conjunto de informações apresentadas. Parto, então, dos seguintes pontos:

TABELA 1: AS CHEGADAS DOS MENINOS

Acolhidos	Idade (anos)	Tempo de acolhimento (meses)	Cidade de origem	Lugar de onde vieram
ALEXANDRE	17	10	CURITIBA	TRANSFERÊNCIA
ANTÔNIO	15	1	CURITIBA	TRANSFERÊNCIA
ARTHUR	15	5	CURITIBA	SITUAÇÃO DE RUA
BRIAN	14	8	REGIÃO METROPOLITANA	INTERNAMENTO
CAIO	15	4	REGIÃO METROPOLITANA	CASA DE FAMILIARES
DAVI	13	8	REGIÃO METROPOLITANA	TRANSFERÊNCIA
DIEGO	17	2	CURITIBA	CASA DE FAMILIARES
DOUGLAS	17	5	REGIÃO METROPOLITANA	CASA DE FAMILIARES
FAUSTO	15	5	REGIÃO METROPOLITANA	INTERNAMENTO
FLÁVIO	17	2	CURITIBA	TRANSFERÊNCIA
GLAUBER	14	11	CURITIBA	TRANSFERÊNCIA
GUILHERME	13	2	CURITIBA	CASA DE FAMILIARES
GUSTAVO	17	**	CURITIBA	SITUAÇÃO DE RUA
HENRIQUE	15	5	CURITIBA	CASA DE FAMILIARES
JEAN	15	10	CURITIBA	TRANSFERÊNCIA
JOAQUIM	13	11	CURITIBA	TRANSFERÊNCIA
LUCIO	16	24	CURITIBA	CASA DE FAMILIARES
MAURÍCIO	15	1	CURITIBA	INTERNAMENTO
MIGUEL	15	34	CURITIBA	CASA DE FAMILIARES
MURILO	15	30	REGIÃO METROPOLITANA	CASA DE FAMILIARES
PAULO	17	9	REGIÃO METROPOLITANA	INTERNAMENTO
VICENTE	13	5	REGIÃO METROPOLITANA	TRANSFERÊNCIA
VINÍCIUS	13	6	REGIÃO METROPOLITANA	CASA DE FAMILIARES

FONTE: PIAs (2019). Elaboração da autora.

De início é notável que a idade dos abrigados varia de 13 até 17 anos, sendo que compõem uma média⁵ de 15 anos de idade e de 6 meses de estadia no abrigo. O “***” visto no tempo de Gustavo relaciona-se com uma forma peculiar de experienciar o acolhimento, que tratarei no capítulo 3. Segundo os documentos, que não incluem autodeclaração, 53% deles são negros e 47% são brancos. Além disso, eles provêm majoritariamente da cidade de Curitiba (PR).

Sobre suas escolaridades, todos eles estavam entre o quinto ano do Ensino Fundamental e o terceiro ano do Ensino Médio, sendo que aqueles que cursavam o Ensino Médio faziam supletivo. A maioria apresentava uma média de 2 anos de atraso em relação aos seus currículos escolares. Dentre todos os acolhidos, somente três deles fazem estágios supervisionados.

Em relação às suas famílias, a maioria esmagadora deles têm irmãos, mas grande parte deles não viviam acolhidos. No rancho, viviam somente três duplas de irmãos. Outra especificidade é que somente 30% dos meninos do rancho são destituídos do poder familiar, constando na fila de adoção; ou seja, a maioria dos acolhidos tinham a concreta possibilidade de, futuramente, alocarem-se em suas famílias extensas. Em relação a visitas semanais aos familiares, faziam-se de forma rara, sendo mais comum passar as férias na casa de parentes.

Referente aos caminhos familiares e institucionais, a grande maioria já havia feito idas e vindas entre esses circuitos, sendo que apenas 26% deles (ou seja, um em cada quatro meninos) estava sendo acolhido pela primeira vez em suas vidas. Como vemos acima, eles vinham de quatro destinos: transferidos de unidades de acolhimento; da casa de seus familiares; do internamento psiquiátrico ou de “situação de rua”, como nomeavam os técnicos. As transferências e a casa de familiares compunham a maior parte dos motivos de acolhimento: respectivamente os “transferidos” totalizavam 35% dos casos e aproximadamente 40% deles chegaram devido ao afastamento judicial da convivência com suas famílias. Os motivos relacionados a “situação de rua” não eram comuns no rancho, como já mencionado.

Havia especificidades em relação aos acolhidos que vieram de “transferência”: eles eram os que há mais tempo circulavam entre instituições. Todos foram acolhidos pela primeira vez quando eram pequenos, entre 6 e 8 anos. Desde aí, circulavam entre unidades de acolhimento, casa de familiares e, alguns deles, hospitais psiquiátricos. Tendo em vista que os adolescentes têm, em média, 15 anos, já estavam há tempo vivendo esse movimento.

⁵ Calculei uma média ponderada dos dados.

É possível notar que somente 17% dos adolescentes estiveram previamente “internados” em hospitais psiquiátricos. À primeira vista, os casos não parecem ser tão expressivos quanto aqueles que vêm de “transferência” ou da “casa de familiares”. Contudo, como constatei em seus documentos, os hospitais eram lugares pelos quais eles passaram ou poderiam passar em algum momento de suas vidas – como esclareço ao fim desse capítulo.

Para melhor enxergar como os dados acima se articulam entre si, abro-me para uma reflexão que amplia meu olhar sobre as normativas nacionais, das especificidades locais e de como essas duas esferas acabam por produzir aquilo que se entende como a rede de instituições que compõem o sistema de acolhimento curitibano e, por consequência, as trilhas que os meninos do rancho percorriam.

2.2 O EMARANHADO SOCIOASSISTENCIAL

O ECA possibilitou uma nova ênfase no sentido de apoiar a convivência familiar e comunitária, destacando o caráter de brevidade e excepcionalidade na aplicação da medida de abrigo (ECA, art. 19 e 92). Segundo Rizzini *et al* (2006), a legislação criaria espaço para a tentativa de implantação de um novo paradigma em contraposição às antigas práticas de internação que se referiam ao modo de gerenciamento das FEBEMs no país.

Essa legislação se assenta na compreensão de que a família, a sociedade e o Estado devem ter a “tutela” desses indivíduos para que possam resguardar os seus bens jurídicos fundamentais até que atinjam a maioridade. Assim, produz um pilar de referência para a implantação de políticas públicas de assistência social em atenção à infância e juventude em todo o território nacional. Esse novo código passa a compreender crianças e adolescentes como “novos sujeitos de direitos”, sendo portadores de demandas ou especificidades que exigiriam tratamento diferenciado (CURY, 2005).

Como mostra Rizzini, a noção de abrigamento/acolhimento foi historicamente associada à tentativa de garantia desse direito através da “preservação dos vínculos familiares”, como lê-se no ECA (1990):

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Capítulo II, Seção I, Artigo 92).

A manutenção desses vínculos tangenciaria o modo com que se pensava em termos legais aquilo que deveria ser o acolhimento no país. Em vista da legislação que sustenta esse novo modo de se fazer política de proteção, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993) versa sobre a inclusão não somente da criança, mas de todo o seu contexto sociofamiliar e comunitário dentro das políticas socioassistenciais. Na década seguinte, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, (2004), e logo depois, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS (2005) vieram estruturar um novo modelo de oferta das políticas socioassistenciais.

Para se garantir a efetivação de políticas ligadas as medidas protetivas, a “Proteção Social” foi organizada e operacionalizada a partir de princípios de descentralização da gestão e execução de seus serviços. Melhor dizendo, as instituições estatais não são as únicas responsáveis por essas políticas, mas toda uma rede de organizações para além de instâncias judiciais, que contempla organizações da sociedade civil (ECA, art.86)⁶.

De acordo com o Plano Nacional de Assistência Social (2004), o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) deve trabalhar através da intersetorialidade com base em três eixos: “defesa”, “controle” e “promoção”. O eixo da “defesa” trata da “proteção dos direitos violados e ameaçados” de crianças e adolescentes. Segundo essas normas, os Conselhos Tutelares, as Varas da Infância e do Adolescente e as Procuradorias do Ministério Público representam o sistema de justiça que deve protegê-los daqueles que violaram seus direitos e também da “quebra de vínculos” com a comunidade e com seus familiares. Esses órgãos fazem a triangulação jurídica desses direitos. O eixo de “controle” é composto por órgãos deliberativos que fazem o monitoramento desse sistema como os Conselhos de Direitos Municipais, Tribunais de Conta e os Conselhos Setoriais. O terceiro e último eixo é o denominado de “promoção”. Ele mobiliza as políticas que formam a integração desses direitos com as políticas voltadas a cultura, saúde, habitação e as do sistema socioeducacional.

Esse é o lugar que a Fundação Rancho dos Meninos ocupa dentro do SGDCA, aparecendo como uma instituição que se encaixa nas políticas de garantia de direitos relacionados à assistência social. Dessa forma, o foco legal destinado a ela é o de ser um lugar para se trabalhar com situações de adolescentes que envolvem aquilo que se denomina de “violações de direitos e quebras de vínculos”. Melhor dizendo, casos que eram definidos a

⁶ECA, Art. 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

partir de categorias como violência física, psicológica, abuso ou exploração sexual e abandono (NOBS-SUAS, 2005).

Por mais que o acolhimento institucional seja colocado no mesmo patamar que políticas educacionais, por exemplo, a particularidade de seus serviços envolve uma maior complexidade. Por cumprir um papel de “retirar o adolescente de seu convívio familiar”, através de decisão judicial, a unidade de acolhimento é uma instituição dentro de uma política socioassistencial que também deve trabalhar para que todas as políticas do eixo de promoção sejam garantidas, ou seja, é uma política interseccionada por muitas outras. Em meio a essa gama de políticas, a unidade de acolhimento na qual pesquisei se insere dentro da “Proteção Social Especial”⁷ configurando-se como um “abrigo institucional”, sendo ela uma organização não governamental.

Em vista dos desenhos dessas políticas em termos nacionais, existe uma peculiaridade dentro da divisão de dois tipos de serviços nas normas da assistência social. A “Proteção Especial”, em que se encontram inseridos os serviços do abrigo, se divide em políticas de “Média Complexidade” e as de “Alta Complexidade” (NOB – SUAS, 2005). A divisão de níveis de serviços que separam adolescentes que cumprem medidas socioeducativas⁸ (ECA, art.112) e crianças/adolescentes que estão sob medidas protetivas⁹ (ECA, art.101). A primeira inclui os adolescentes em conflito com a lei, enquanto a segunda engloba crianças e adolescentes acolhidos. Essa divisão se baseia em um esforço do ECA (1990) de separar “adolescentes em conflito com a lei” de “crianças/adolescentes em perigo” – como ressaltam Rizzini (1995; 2008); Rizzini *et al* (2006); Fonseca e Schuch (2009); Schuch (2009) – e que foi posteriormente reforçado por outras legislações nacionais – temática que tratarei ainda nesse capítulo.

Há também uma diretriz de grande peso dentro de toda a legislação subsequente ao ECA (1990). A convivência familiar e comunitária (ECA, art.19) abriu caminhos legais para

⁷ A assistência social é dividida por “níveis de proteção” e essas escalas de proteção compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o qual se divide em diferentes níveis de “vulnerabilidade e rompimento de vínculos afetivos”. Segundo a NOB - SUAS (2005), as classes de políticas de proteção se dividem em “Proteção Social Básica” e a “Proteção Social Especial”.

⁸As medidas protetivas são I. Encaminhamento aos pais e responsável, mediante termo de responsabilidade; II. Orientação, apoio e acompanhamento temporários; III. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII. Acolhimento institucional; VIII. Inclusão em programa de acolhimento familiar; IX. Colocação em família substituta (ECA, art.101)

⁹ As medidas socioeducativas são: I. Advertência; II. Obrigação de reparar o dano; III. Prestação de Serviço à comunidade; IV. Liberdade assistida; V. Inserção em regime de semiliberdade; VI. Internação em estabelecimento educacional; VII. Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (ECA, art.112).

todo um conjunto de regras nacionais em que se buscava centralmente manter os “vínculos familiares”. O *Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC* (2006) foi produzido com base em um estudo do IPEA (Silva, 2004)¹⁰ e identificou uma gama de violações aos direitos de crianças e adolescentes acolhidos. O tempo prolongado de acolhimento institucional, a falta de contato com suas famílias e comunidade e a falta de estrutura nas casas lares e abrigos, bem como a de profissionais qualificados para os serviços, foram alguns dos temas abordados.

Em vista deste panorama, o PNCFC (2006) direcionou-se em compreender de que forma os princípios de “excepcionalidade e provisoriedade” (ECA, art.101) do acolhimento estavam sendo infringidos no país. O objetivo era pensar maneiras e mecanismos dentro do SGDCA que fizessem com que crianças/adolescentes não fossem afastados da convivência familiar devido a situações de vulnerabilidade social e pobreza. Esse plano oficializou uma série de objetivos que visavam reordenar os sistemas de acolhimento municipais, mobilizar atenção a políticas de apoio sociofamiliar e mudar as políticas de adoção em âmbito nacional.

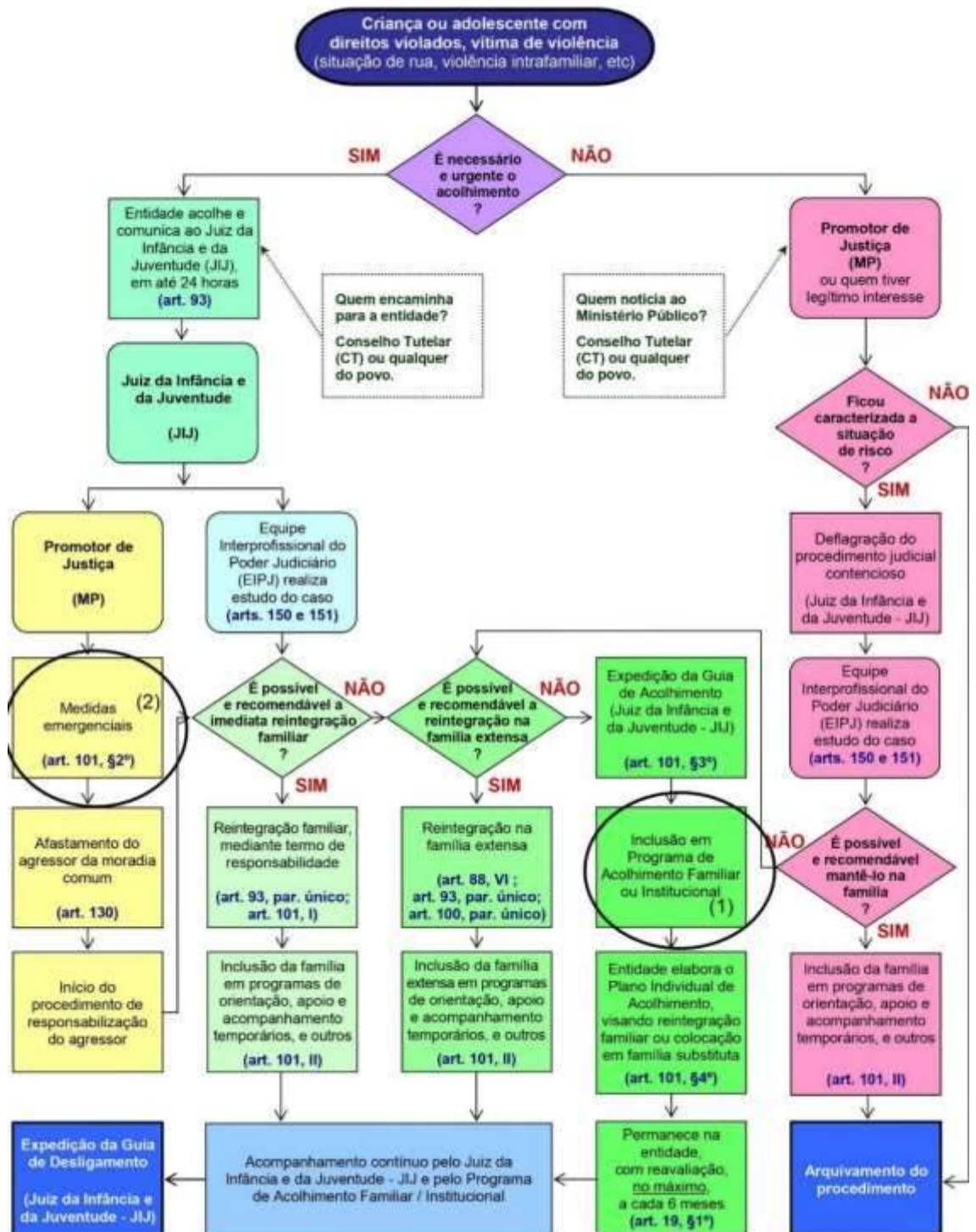
Tendo em conta esses caminhos legais que buscaram manter a convivência entre crianças/adolescentes, famílias e seus laços comunitários, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, juntamente com órgãos governamentais, abriram um espaço legal para a criação do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” - OTSACA (2008). Essas normas visam estabelecer parâmetros de funcionamento e orientações metodológicas para o reordenamento dos serviços de acolhimento em todo o país. Elas deram origem, portanto, ao Fluxo de Acolhimento Familiar e Institucional (Figura 4).

Inicialmente trago o esquema do fluxo, não com o intuito de explicar todos os trâmites, porém para dentro deles mostrar o lugar dos dois tipos de acolhimento que proporcionava a instituição. A ilustração apresenta os sentidos que devem seguir essas políticas públicas, em âmbito judicial, para o acolhimento de uma criança/adolescente no Brasil. Existem dois procedimentos legais, que assinalo na imagem por círculos, para o ingresso nos serviços de acolhimento do tipo do Rancho dos Meninos: (1) Judicial; (2) Excepcional e de Urgência. O primeiro é o mais comum no lugar, por isso me deterei nele.

¹⁰ O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil foi realizado a partir de uma pesquisa encomendada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo CONANDA (Silva, 2004).

FIGURA 4: FLUXOGRAMA MPPR

FLUXOGRAMA DO ACOLHIMENTO FAMILIAR E INSTITUCIONAL



FONTE: Ministério Público do Paraná (2009). Adaptação da autora.

O acolhimento institucional por via judicial é uma classe de processo que tramita em Varas da Infância e Juventude e é denominado “Medidas de Proteção à Criança e Adolescente”. Nesse, segundo as normas legais, a situação dos acolhidos deve ser revista e analisada de seis em seis meses pela juíza da Vara da Infância e Juventude responsável pelos casos. Assim, a profissional deve, periodicamente, solicitar aos técnicos dos abrigos/casas lares que enviem o relatório PIA para avaliar a situação e adaptação dos acolhidos nesses lugares e tomarem decisões em relação a seus casos. Os serviços de acolhimento só podem ser viabilizados por meio de um processo jurídico emitido por ele (Lei n 12.010, de 2009) e independentemente de qual seja a forma de acolhimento – judicial ou excepcional –, abre-se um processo na Vara correspondente. A partir desse aval judicial, o Conselho Tutelar responsável, algumas vezes acompanhados de um Oficial de Justiça, retira essas pessoas de onde estão e as levam as suas respectivas unidades de acolhimento e o reverso ocorre com o desacolhimento/ desinstitucionalização de algum abrigado.

2.2.1 Rancho: um abrigo institucional para meninos

Para pensar como se produzia acolhimento em uma instituição socioassistencial é necessário buscar compreender qual é o seu peso, seu lugar estratégico, enfim, seu lugar social dentro de um conjunto de entidades locais. Para dar sustentação às hipóteses que levantarei sobre seu lugar social, me servirei também da análise das categorias de descrição de indivíduos e famílias que estão contidas nos PIAs dos acolhidos. Em meu apoio, trago o estudo elaborado por Schuch e Fonseca (2009) sobre como se relacionavam as unidades de acolhimento na cidade de Porto Alegre-PR. Ao perceber essa dinâmica portalegrense, persigo algumas questões que esbarram nesse estudo para iluminar a posição que o Rancho dos Meninos ocupa no sistema de acolhimento curitibano.

No sistema de acolhimento porto-alegrense, as autoras mostram como esses equipamentos não poderiam ser analisados isoladamente. Para elas “não se trata de entender cada unidade individualmente, mas de focar as relações que as unidades estabelecem entre si e de entender a posição que cada um ocupa dentro da rede de atendimento” (*Ibidem*, p.115). Centraram-se na compreensão do sentido do “abrigar” para os agentes profissionais envolvidos nesses serviços, além do mapeamento da estrutura administrativa, recursos humanos e características das crianças e adolescentes abrigados. Em um primeiro momento, elas se dedicaram a perceber qual era a quantidade de unidades de acolhimento, os modelos

de atendimento (casa lar ou abrigo) e a variedade de instituições (rede própria, conveniadas e não conveniadas com o município) na cidade.

Mais à frente, mostraram como os abrigos da rede própria do município, financiados somente pelas prefeituras, seriam os mais precarizados dentro do sistema. Essas unidades de acolhimento sofreriam de restrição do investimento público em sua estrutura, superlotação, falta de recursos no cuidado com os acolhidos, uma extrema hierarquização de espaços – separação entre administração e os adolescentes –, e isolamento em relação à comunidade. O perfil desses acolhidos também apontariam para características específicas.

A maior concentração de vagas nessas entidades era preenchida por adolescentes negros, do sexo masculino, mais velhos, com “experiência de rua”, “usuários de substâncias psicoativas” e cumprindo medida socioeducativa (*Ibidem*, p.125). As autoras perceberam que não era o fato de serem equipamentos geridos pelo poder público o que determina a falência ou sucesso na criação de pertencimentos comunitários – ou mesmo espaços individualizados. O que estava em questão era a forma de gestão dessas entidades e os investimentos provindos do poder público.

Nesse contexto, as casas lares se apresentavam como oposição aos abrigos, como explicam as autoras:

Um dos grandes diferenciais das casas lares, em relação aos abrigos, é justamente uma valorização da família enquanto forma de organização da estrutura de abrigamento. Ao invés da gestão de uma ‘instituição/abrigo’ investe-se na criação de uma ‘casa’. (Schuch; Fonseca, 2009, p.130).

Para demonstrar a multiplicidade desses equipamentos, Schuch e Fonseca (2009) abordaram o funcionamento dos abrigos terceirizados da rede. Instituições que pertenciam ao terceiro setor, ou seja, que não eram diretamente administrados pela prefeitura de Porto Alegre. As pesquisadoras mostram que não seria possível uma ligação direta dos modelos de atendimento com as diferentes qualidades de equipamentos. Nos terceirizados, por exemplo, existiam estruturas que permitiriam a individualização de espaços, o contato com a comunidade ao redor e menos hierarquias entre funcionários e acolhidos.

Enfim, as antropólogas destacaram que não seria possível a direta associação de abrigos com espaços segregados, hierarquizados e impessoais no contexto estudado. Colocar esses equipamentos dentro de estereótipos criaria invisibilidade em relação à complexidade dessas configurações. A estigmatização desses abrigos proporcionaria um espaço para a sua marginalização, a qual refletiria diretamente nas diferenças em que se governavam crianças e adolescentes em Porto Alegre. Em vista dessas divisões sociológicas, as desigualdades em

relação à implementação das leis de acolhimento previstas pelo ECA (1990) nos mostrariam que a própria tentativa de acabar com administrações “institucionais”, como a dos abrigos, poderia privilegiar um perfil de crianças em detrimento de outro que seria majoritariamente conformado por adolescentes.

Por partir de um olhar de dentro do abrigo, não faço um mapeamento dessas entidades, mas tento compreender o que elas podem suscitar no lugar. Meu movimento de análise se diferencia, pois, daquele feito pelas autoras, porque parto de um referencial distinto. Para isso, vi necessidade de me aprofundar em relatórios da Prefeitura de Curitiba que desenhasssem mais profundamente essas conexões. Em vista de explorar esses caminhos, utilizarei dois documentos sobre a realidade da infância e juventude em Curitiba: *Plano Municipal de Promoção, Proteção, e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Comunitária – PMCA* (2017); *Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: Volume II, O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Acolhimento e Adoção – D-Volume II* (Curitiba, 2017a). Além disso, recorro a sites e notícias de jornal para melhor compreender as funções ligadas a outras entidades da rede.

Assim como no caso porto-alegrense, a cidade de Curitiba também tem parâmetros de regulamentação que visam o reordenamento de abrigos. O PMCA (Curitiba, 2017) é um bom ponto de partida para a compreensão de quais são os princípios de gerenciamento desses programas de acolhimento institucional em curso, válido até 2027, no município:

1. Mudança na sistemática de financiamento das entidades de abrigo, eliminando-se formas que incentivem a manutenção desnecessária das crianças e adolescentes nas instituições – como o financiamento por criança e adolescente atendido – e incluindo-se recursos para o trabalho com a reintegração à família de origem;
2. Qualificação dos profissionais que trabalham nos programas de Acolhimento Institucional;
3. Estabelecimento de indicadores qualitativos e quantitativos de avaliação dos programas;
4. Desenvolvimento ou incorporação de metodologias para o trabalho com famílias;
5. Ênfase na prevenção do abandono e na potencialização das competências da família, baseados no reconhecimento da autonomia e dos recursos dessa para cuidar e educar seus filhos;
6. Adequação do espaço físico e do número de crianças e adolescentes atendidos em cada unidade, de forma a garantir o atendimento individualizado e em pequenos grupos;
7. Adequação do espaço físico às normas de acessibilidade;
8. Articulação das entidades de programas de abrigo com a rede de serviços, considerando todo o Sistema de Garantia de Direitos. (PMCA, 2017, p.99)

Essa série de medidas municipais ratifica a necessidade e o compromisso da regulamentação dos abrigos institucionais, visando evitar a permanência estendida de crianças e adolescentes nessas instituições. O tópico 6 demonstra que também poderia existir uma

valorização da casa lar em detrimento dos abrigos no sistema curitibano, como em Porto Alegre (Schuch; Fonseca, 2009).

Segundo o D-Volume II (Curitiba, 2017a), em 2016 existiam vinte e nove unidades de acolhimento em Curitiba. Todas as casas lares eram em formato de ONGs e representavam um pouco menos da metade de vagas oferecidas na Rede. Essas instituições de acolhimento atendiam quase que estritamente as idades entre zero e doze anos incompletos, ou seja, somente crianças. Mesmo que algumas casas lares pudessem ter vagas destinadas a adolescentes do sexo masculino, eles acabavam por disputá-las com crianças e com adolescentes do sexo feminino.

Logo, o acolhimento de adolescentes curitibanos era feito quase estritamente por abrigos institucionais dentro do setor público municipal. O Rancho dos Meninos entrava como uma exceção entre os abrigos institucionais, pois era um dos poucos pertencentes ao setor privado e o único que acolhia todas as idades que contemplam o período de adolescência entendido por lei - de doze até dezoito anos incompletos (ECA, 1990).

As casas lares davam preferência ao recebimento de adolescentes que pertençam a algum grupo de irmãos¹¹, como pude observar no site dessas organizações. A partir desse ponto, é possível notarmos uma distinção de quais lugares os adolescentes têm possibilidade de serem acolhidos/transferidos. Aparentemente, a faixa de idade deles não era aceita por uma grande quantidade de casas lares e quase todos os acolhidos não pertenciam a grupos de irmãos em acolhimento, isto é, eram os únicos da família que viviam no rancho.

Em vista desse panorama, os adolescentes do sexo masculino tinham 104 vagas em abrigos exclusivos para adolescentes e 82 vagas que concorriam com crianças e com adolescentes do sexo feminino totalizando 186 vagas. Dentre essas vagas as idades entre doze e treze anos incompletos ficavam prejudicadas, pois as vagas em abrigos do setor público aceitavam somente adolescentes do sexo masculino que tinham a partir de quatorze anos. Desse modo, o Rancho dos Meninos era o único abrigo que acolhia todas as idades pertencentes a adolescência e representava pouco mais de 10% das vagas para adolescentes do sexo masculino em Curitiba.

O D-Volume II (Curitiba, 2017a) apontava para uma questão que vi refletida também nos PIAs. O relatório mostrava que em 2016 o número de crianças e adolescentes brancos

¹¹ Essa lei é prevista pelo PNCFC (2006). Mais que isso, segundo o D-Volume II (Curitiba, 2017a) as crianças e adolescentes que foram acolhidos em 2016 em sua grande maioria tinha também um irmão em acolhimento, ou seja, existe uma demanda expressiva de grupos de irmãos que devem ser acolhidos e mantidos na mesma casa lar/abrigo.

acolhidos era maioria dentro do sistema curitibano, porém a população de cor negra e parda¹², segundo categorias do próprio relatório, foi proporcionalmente mais acolhida quando se analisava o perfil populacional da cidade de Curitiba. Em outras palavras, esses grupos não eram maioria dentro do sistema de acolhimento, mas eram alvos dessas políticas.

Em vista desse panorama social curitibano, e tendo em vista o que apresentei sobre o perfil social dos meninos, pouco mais da metade dos adolescentes acolhidos pelo Rancho dos Meninos eram pessoas negras, assim como muitos dos funcionários *antigos*. Dessa maneira, a instituição mostrou-se interseccionada por questões relacionadas ao racismo estrutural¹³ intrínseco ao modo e a visão com que essas políticas públicas são executadas, assim como em relação à população que perseguem. Esse marcador étnico racial traz consigo outros marcadores da diferença, como veremos ilustrado em algumas situações do capítulo 2.

Outra atribuição que pude analisar sobre os abrigados, e que também tem relação com os resultados do D-Volume II (Curitiba, 2017a), é o tempo de acolhimento dentro desse sistema. Como mostrei anteriormente, existe um esforço em âmbito nacional que busca criar mecanismos legais para não somente manter a criança em sua família, como fazer com que não passe mais de dois anos em regime de acolhimento. Aqui é interessante perceber que o relatório dá mais atenção para determinados dados, em vista de conseguirem demonstrar que a prefeitura de Curitiba cumpria seu papel em diminuir o tempo de acolhimento previsto pelo ECA (1990). Mostrava-se que em 2016 somente 8,1% das crianças e adolescentes ultrapassavam esse limite de tempo.

Um ponto a destacar, é que esse relatório não considerava o movimento dentro do sistema de acolhimento como também apontado pela literatura sobre contextos de produção da infância e juventude que tive contato – Fonseca (1995, 2006); Snizek, (2008); Fonseca *et al* (2009); Schuch (2009); Fonseca e Schuch (2009); Prestes (2010); Ribeiro (2011); Cruz (2014) –, tampouco aquele que pude perceber em campo. As permanências e impermanências

¹² Essas informações não provem de autodeclaração dos acolhidos, mas da percepção de Juízes da Infância e Juventude e de técnicos e cuidadores responsáveis pelas unidades de acolhimento.

¹³ Nesse trabalho, não me proponho a discutir mais profundamente como as múltiplas experiências de acolhimento estão imbricadas a marcadores étnico raciais, e tampouco de que forma incidem em questões de gênero, porém pretendo trabalhar mais essa temática em desenvolvimentos futuros dessa pesquisa. Contudo, em vista de estudos a nível nacional do panorama das políticas locais que busco esboçar, em conjunto com o perfil dos acolhidos do rancho que trouxe no início desse capítulo, é possível inferir que os serviços de acolhimento prestados pelo rancho são parte de políticas públicas que tem como alvo famílias de grupos considerados minoritários. Como explicita Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural age em múltiplas esferas sociais, como forma de tornar natural desigualdades e dar legitimidade a segregação e ao extermínio desses grupos. No caso do abrigo, esses serviços fazem parte de um tipo de política que afasta, checa, controla, verifica e, como mostrarei adiante, culpabiliza acolhidos e suas famílias por via de situações enquadradas como de “vulnerabilidade social”, por meio de ferramentas políticas que carregam consigo um ideário racista que impedem esses sujeitos de exercerem seus plenos direitos como cidadãos.

do adolescente dentro do sistema de acolhimento foram postas de lado, assim como não se contabilizou as reincidências de uma criança/adolescente em um mesmo local. No rancho, a média de tempo de acolhimento era de seis meses, porém isso não quer dizer que muitos desses meninos não estivessem nesse sistema há muito mais tempo.

Como apontei anteriormente, esse perfil de acolhidos também era o de abrigos institucionais públicos, por isso trago um release recente do Ministério Público do Paraná que ilumina as informações que circulam sobre esses locais. Lembrando que eram cinco abrigos institucionais para adolescentes do sexo masculino dentro de todo o sistema curitibano, sendo três públicos e dois privados. Nessa busca, encontrei uma notícia de julho de 2018 intitulada “MPPR aciona Município de Curitiba e Fundação de Ação Social para que regularizem situação de três casas de acolhimento de adolescentes” (Ministério Público do Paraná, 2018). Não tenho a intenção de estigmatizar esses lugares, mas me aproximar do modo de governança municipal dessas unidades. Assim, procuro entender como poderia se relacionar com o lugar que ao rancho ocupa nesse sistema, justamente porque também configurava como um abrigo institucional.

Em campo, já havia escutado de alguns educadores antigos sobre as condições que se viviam adolescentes nesses outros abrigos, mas acredito que essa denúncia do MPPR qualifica esses dados:

(...)Há três anos o Ministério Público tem buscado uma solução extrajudicial para o problema, chegando a emitir recomendações administrativas aos requeridos, que, entretanto, não foram cumpridas. Vistorias nas três unidades constataram a ‘falta de estrutura material, apontada nos relatórios de inspeções realizadas ao longo de três anos de acompanhamento’. De acordo com o texto da ação, ‘verifica-se estarem presentes violações de direitos dos adolescentes acolhidos nas respectivas unidades, os quais, já em situação de risco, tornam-se ainda mais vulneráveis, muitas vezes envolvendo-se em práticas de atos infracionais e iniciando o uso de drogas justamente quando se tornam institucionalizados’. Na ação, o MPPR busca liminarmente que sejam cumpridas as normas e princípios aplicáveis à execução de programas de acolhimento institucional – especialmente as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, determinadas pela Resolução Conjunta nº. 1, de 18 de junho de 2009 (CNAS/Conanda) –, especificando as medidas a serem tomadas em cada unidade. Em relação à Casa do Piá 3, que não possui condições mínimas de funcionamento, pede a interdição imediata do imóvel e a transferência de endereço da unidade, sob pena de imposição de indenização por dano moral coletivo. (Ministério Público do Paraná, 2018)

A notícia afirmava existir uma conexão direta entre o “ser institucionalizado”, o aumento da “vulnerabilidade desses adolescentes” e o envolvimento dos mesmos em “práticas de atos infracionais” e o “uso de drogas”.

Em vista desse modo de gerir adolescentes e sua repercussão no abrigo, durante as doze semanas que passei em campo o lugar recebeu três visitas de uma Promotora do Ministério Público (MP) responsável pela região. Suas visitas apontavam falhas estruturais e administrativas no local. Segundo alguns funcionários, sempre que esses profissionais faziam essas inspeções, alertavam os responsáveis que não haveria próxima vez.

Essas pressões, assim como problemas financeiros, forçavam o abrigo a mudar de lugar. O modelo de atendimento e a sua estrutura eram acusados de não cumprirem aquilo que se previa localmente sobre deveres dessas instituições. Mesmo que fosse alvo de constantes inspeções, extingui-lo poderia não estar dentro das possibilidades do próprio sistema de acolhimento local.

Como mostrei, devido às escassas vagas voltadas para adolescentes do sexo masculino, a própria Fundação de Ação Social (FAS) estava em busca de um novo local para que o abrigo pudesse se mudar dentro da cidade de Curitiba. Por mais que o MP pudesse fazer ameaças ao lugar, o próprio sistema não podia abdicar da existência dessa unidade de acolhimento. A solução era tirar o rancho da Região Metropolitana de Curitiba e fazer com que trabalhasse somente para o município.

Há uma especificidade no rancho que se faz central para a melhor compreender dos caminhos que levavam até ele. A “Regionalização dos Serviços de Acolhimento” (OTSACA, 2008) é uma chave para a melhor compreensão do posicionamento de seu lugar dentro dessa rede de atendimento e principalmente dentre os abrigos. Os acolhidos provinham de cidades ou de bairros de Curitiba que promovia uma distância física em relação às suas famílias. O local parecia não ter recursos disponíveis para garantir que esses adolescentes as visitassem. Portanto, essa configuração não criava somente um distanciamento espacial, mas uma especificidade geográfica.

Sua localização tinha similaridades com o modo com que se davam as configurações espaciais relacionadas a algumas clínicas terapêuticas e hospitais psiquiátricos no Estado do Paraná. Essas instituições são grandes construções com áreas extensas, onde se preza o contato com a natureza. Geralmente se localizam em áreas mais rurais, afastadas dos grandes centros, assim como o rancho. Chamo a atenção para essa peculiaridade, uma vez que abre espaço para uma enorme gama de reflexões que permeiam meu trabalho. Ademais, dentro mesmo do sistema de acolhimento havia outro abrigo privado¹⁴ que realçava as conexões

¹⁴ Essa unidade de acolhimento em formato de abrigo funcionava também na região metropolitana de Curitiba e era administrada por uma comunidade terapêutica. De acordo com seu site, o lugar funcionava como uma Casa de Apoio que oferecia “auxílio ao tratamento de pessoas com dependência de substâncias psicoativas (álcool,

entre comunidades terapêuticas e abrigos que recebiam adolescentes nesse sistema. A existência dessa relação institucional nos leva a perceber uma ligação entre os conteúdos relacionados a essas duas espécies de instituições em âmbito local.

Em vista de como o rancho se produz de forma relacional com essas outras instituições, os adolescentes pareciam trabalhar com poucas possibilidades dentro desse sistema. As entidades se diferenciavam por perfis e os abrigos pareciam sofrer com a falta de investimento por parte da administração municipal. Como podemos inferir, os conteúdos mobilizados tanto nas denúncias do MP, quanto no site da “comunidade terapêutica/abrigo”, nos deram pistas acerca dos temas que envolviam a gestão desses adolescentes.

2.2.2 Aproximações entre acolhidos e adolescentes em conflito com a lei

O Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária da cidade de Curitiba (Curitiba, 2017) tinha como uma das funções mapear a situação de crianças e adolescentes e propor ações futuras. No relatório, “problemas de saúde”, “transtorno mental” e “dependência química” eram apontados como predominantes na faixa etária entre doze e dezessete anos. Dessa maneira, as próprias unidades de acolhimento¹⁵ qualificavam seus adolescentes por meio dessas categorias.

Essas nomenclaturas não somente caracterizavam esses adolescentes, mas também, por extensão, suas famílias. Ao analisar as categorias de descrição contidas nos PIAs dos 23 abrigados com que tive contato, notei uma grande incidência das palavras “alcoólatras”, “usuários de drogas”, “moradores de rua”, “dependentes químicos”, “usuários de crack” e “abuso de álcool e drogas” nos relatos dos técnicos. Essa caracterização é dada pela visão dos técnicos responsáveis pelo rancho, segundo quem a grande maioria das situações de acolhimento tinha relação com um motivo: a “negligência” familiar – perspectiva também analisada por Fonseca e Cardarello (2009). Foram nos detalhes dos casos de cada menino que percebi que esse negligenciar tem qualidade específica e ligação direta com “transtorno mental” e “uso de drogas”.

Nos PIAs consultados, essas motivações traziam como justificativa central a “negligência” de um ou mais membros de suas famílias. Muitas vezes, esse negligenciar vinha

cigarro e drogas), portadores de HIV e pessoas com transtornos psicológicos (leves). Acolhe ainda crianças e adolescentes do sexo masculino em situação de risco”.

¹⁵ O plano esclarece que essa informação é dada pelas unidades de acolhimento da cidade de Curitiba.

com um complemento mais específico e dava qualidade a essas situações. Eram eles: violência familiar; risco pessoal ou social; determinação judicial; situação de rua; e ameaça na comunidade – de acordo com a descrição da situação pelos técnicos do rancho. Como também destacou Ribeiro (2012), essas categorias conformam o “imaginário carregado de associações negativas acerca da família de origem das crianças abrigadas” (p.3) no Brasil, produzindo um profundo distanciamento entre aquilo que propõem legalmente e as realidades que configuram seus universos cotidianos.

Em vista do entrelaçamento dessas diferentes categorias localmente, suponho que haja uma possível conexão estabelecida entre os “transtornos mentais” e “uso de drogas” por parte de pessoas de suas famílias a um modo de vitimização desses adolescentes. Isso aproximava esses meninos ao paradigma do ECA (1990) em que se buscava diferenciar “adolescentes abandonados” de “adolescentes em conflito com a lei” – como ressaltam Rizzini (1995; 2008); Rizzini *et al* (2006). Abro um espaço, portanto, para explicar a separação dessas duas categorias. Segundo Schuch:

(...) com o advento da democracia e a implementação do ECA, em 1990, uma das principais modificações celebradas por ativistas, teóricos e militantes dos direitos da criança e do adolescente tem sido colocada na especialização das políticas para ‘crianças e adolescentes sujeitos às medidas de proteção especial’ e aos ‘adolescentes sujeitos às medidas socioeducativas’. Essa distinção é vista como um avanço em relação à categoria discriminadora do ‘menor’, percebido exclusivamente como aquele proveniente das famílias pobres da população brasileira. Sem desconsiderar o caráter de reordenamento social efetivado através da classificação ‘menor’, sugiro que a especialização dos usuários dos aparatos jurídico-estatais também traz efeitos reordenadores da infância pobre (Schuch, 2009, p.78-79)

A autora salienta que o novo conjunto de leis provindas da promulgação do ECA (1990) produziria uma passagem do paradigma da “menoridade” para o da “proteção especial”. Dessa forma, a necessidade de se separar as crianças/adolescente que deveriam ser acolhidos, daqueles que deveriam cumprir medidas socioeducativas produziria desigualdades nas práticas dessa nova legislação.

Schuch ressaltou também a importância de atentarmos para as categorias normatizadoras que se produziriam nessas relações: “perigo”, “vitimização” e “incompetência paterna” e que são legitimadoras de autoridade judicial. Para a antropóloga, essas práticas visavam normalizar crianças, adolescentes e suas famílias, em um processo que, ao cabo, os culpabilizava; neste sentido, argumenta que esse esforço de quebra dentro dessas políticas aumentaria consideravelmente o estigma colocado sobre aqueles jovens em conflito com a lei, ou seja, dos adolescentes alvos das políticas socioeducativas, culpabilizando também suas

famílias. A legislação, segundo a pesquisadora, investiria em uma “infância universal” e na especialização das políticas e aparatos administrativos para a gestão de indivíduos menos ambíguos que o “menor”: as “crianças perigosas” e as crianças “em perigo”. “Se, de um lado temos a proposição de uma universalidade da infância, de outro temos a reinstalação da desigualdade de sua existência” (Schuch, 2009, p.78-79).

Retornando à análise de meu material, observo que esses “efeitos reordenadores” podem também serem vistos dos dois lados dessas políticas. Schuch percebe que adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e suas famílias sofriam o impacto dessa nova quebra e acredito que os acolhidos tampouco eram poupados. Por mais que estivessem do lado das políticas que é previsto para as “crianças/adolescentes em perigo”, eram caracterizados dentro do próprio sistema de acolhimento local com grande proximidade aos adolescentes que estavam do outro lado dessa política de “proteção especial”. Talvez seja porque aquilo que ratificava o acolhimento/ institucionalização desses dois “tipos” de adolescentes poderia não haver muita separação. É interessante percebermos que os motivos de institucionalização e o modo com que eram definidos os adolescentes em conflito com a lei, que eram também em sua maioria do sexo masculino, tinha ligação direta com o modo com que se caracteriza os adolescentes acolhidos.

Em 2016, somente 7% dos adolescentes acolhidos do município já haviam cumprido alguma medida socioeducativa¹⁶ segundo o *Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: Volume III. O Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade* (Curitiba, 2017b, p.89). Pude notar que esses dados se conectavam com aquilo que analisei no rancho em que somente um adolescente estava cumprindo alguma medida socioeducativa, ou seja, por mais que fossem caracterizados da mesma forma, acolhidos e adolescentes em conflito com a lei poderiam não seguir os mesmos caminhos institucionais dentro do SGDCA.

Em meio a essas conexões, aponto para como os atos infracionais dos adolescentes em conflito com a lei eram definidos no município. De acordo com o D-Volume III (Curitiba, 2017b) suas infrações eram qualificadas também de maneira peculiar. “furto/roubo” era o mais praticado, seguido de outras três classificações: “tráfico de entorpecentes”; “porte de substâncias psicoativas”; “adquirir, vender, fornecer e/ou produzir drogas” – como também constatarem Carriel (2014) e Silva (2019), em suas pesquisas sobre CENSEs paranaenses.

¹⁶As medidas socioeducativas que constavam nos PIAs dos meninos do rancho são todas aquelas que não preveem privação de liberdade prescritas pelo artigo 101 do ECA: I. advertência; II. obrigação de reparar o dano; III. prestação de serviços à comunidade.

Esses últimos três motivos de atos infracionais também têm ligação com as categorias relacionadas ao “uso de drogas”. Além disso, assim como os acolhidos, as famílias dos adolescentes em conflito com a lei também eram atingidas por esse gerenciamento. Segundo esse relatório, mais de um terço de suas famílias eram definidas como usuárias de “substâncias psicoativas”. Tenho a impressão de que esses adolescentes do sexo masculino e suas famílias poderiam ter um lugar nesse modelo estatal que se relacionava ao modo com que se acolhia adolescentes na organização.

Ao final, aponto para uma gerência específica dos adolescentes “usuários de drogas/com transtornos mentais” dentro do estado do Paraná. A Central de Vagas, linha telefônica que encaminhava crianças e adolescentes para unidades de acolhimento também fazia a função de encaminhar adolescentes para leitos em hospitais psiquiátricos em todo o Estado. No site do “Núcleo Estadual de Política sobre Drogas do Paraná” (Curitiba, 2019) é possível obter uma lista de hospitais paranaenses vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essa lista mostrava que em 2018 haviam 162 leitos para o internamento psiquiátrico de adolescentes, sendo que todos os hospitais eram fora do município de Curitiba e não existiam vagas para crianças.

Em âmbito local, com o passar de minhas semanas em campo, percebi que havia um frequente trânsito dos adolescentes em hospitais psiquiátricos do estado. Quando percebi que não era raro algum menino já haver passado por algum internamento, comecei a notar que esse movimento institucional produzia encontros entre os próprios meninos. Mais que isso, percebi que ser internado poderia ser parte de um futuro iminente.

2.2.3 O internamento psiquiátrico

As políticas de acolhimento e as de internamento psiquiátrico, embora não façam parte dos mesmos serviços do ponto de vista socioassistencial, acabam sendo entrelaçadas a partir de uma lógica do trabalho do cuidado no abrigo, vistas também em outros trabalhos antropológicos que mostrarei no capítulo 3. Para uma melhor compreensão das situações etnográficas que envolvem o envio de meninos a hospitais psiquiátricos, trago um pouco do histórico social e também dos mecanismos e agentes responsáveis por esses serviços.

Desde meados do século XIX, em um contexto de crescente industrialização do país, famílias pobres e trabalhadoras foram alvo de políticas estatais que, por meio da medicalização e judicialização do discurso sobre a infância pobre, visavam tornar “ao médico e ao Estado em guardiões de uma sociedade física e moralmente sadias” (Rizzini; Pilotti,

1995, p.327). Assim, como alvos do “higienismo social”, esses sujeitos seriam objeto dos cuidados e de intervenção do Estado como um canal de acesso e controle sobre os costumes e condutas, baseados em valores burgueses, em que se buscava construir a nação brasileira. Essas famílias, por serem pobres, seriam tidas como “inferiores, viciosas, ignorantes, miseráveis, vagabundas” (*Ibidem*, p.325) e, por isso, acusadas de serem incapazes de cuidar de si mesmas e igualmente impossibilitadas de cuidar de seus filhos.

Essas políticas higienistas, que têm, no Brasil, um marco histórico na criação da FEBEM em um contexto político ditatorial, consistira, quase sempre, em segregar e confinar os “menores” em internatos ao redor do país. Nesses contextos, reproduziam-se restrições e punições do modelo penitenciário tradicionalmente aplicadas em adultos (Rizzini; Pilotti, 1995, p. 327-328). Nas últimas décadas, diversas pesquisas trazem vivências relacionadas ao internamento e seus múltiplos sofrimentos: históricos de violência física, privação de recursos, excesso de medicalização, regras estritas falta de liberdade e afastamento de suas famílias compunham seus relatos. De fato, essas experiências são muito próximas de parte das narrativas de pessoas que viveram na extinta FEBEM ao redor do país – como pode ser encontrado em diferentes trabalhos (Rizzini e Pilotti, 1995; Rizzini *et al*, 2006; Fonseca e Cardarello, 2009; Schuch, 2009; Mallart, 2011; 2019).

Atualmente, o internamento psiquiátrico se insere legalmente dentro das medidas protetivas previstas pelo ECA (1990). Esses serviços de saúde são denominados como a “requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial” (ECA, art. 101, inciso V). Para passar pelo “regime hospitalar” o adolescente deve ser encaminhado, assim como os serviços de acolhimento, pelo juiz ou juíza responsável pelo processo judicial.

Os trânsitos por essas instituições foram uma grande surpresa durante meu trabalho de campo, porque dentro da literatura antropológica sobre acolhimento que consultei não havia muitas menções sobre essas entidades. Em minha experiência, acompanhei os técnicos decidirem pelo internamento de três adolescentes: Gustavinho, Douglas e Murilinho. O primeiro foi o único que envolveu a ação do SAMU e da Polícia na captura do acolhido dentro do abrigo, assim como a interação dos cuidadores com esses agentes. Nos outros dois casos, os acolhidos foram encontrados pelos órgãos responsáveis quando já estavam fora da instituição. Três internamentos podem parecer pouco se não considerarmos que mais da metade dos acolhidos, em algum momento de suas vidas, já passaram por essas instituições de saúde. Portanto, o “chegar”, o “ter passado” ou “ser mandado para” o internamento compunham as experiências de acolhimento no Rancho dos Meninos.

Os técnicos do abrigo eram os responsáveis por visitarem os acolhidos que viviam em regime de internamento nos hospitais, levando-lhes suprimentos, porém o momento em que eles deixariam o local dependia dos laudos psiquiátricos do próprio hospital¹⁷. Enquanto estavam internados, os adolescentes não tinham o dever de comparecer às audiências e quem os representava era algum dos técnicos do abrigo, mesmo porque a maioria dos hospitais psiquiátricos com convênio com o SUS localmente são afastados da cidade de Curitiba, o que inviabilizava a vinda desses adolescentes.

Em busca por mais informações sobre esses processos, constatei que não existiam relatórios municipais que mencionassem a estadia de adolescentes acolhidos em hospitais psiquiátricos. Pelo contrário, parece-me existir uma espécie de apagamento dessas práticas e experiências por gestores do município. Em minha constante busca por mais informação sobre a gestão de crianças e adolescentes na cidade de Curitiba, percebi que em nenhum dos relatórios municipais da série que consultei havia menções a esses serviços.

No relatório *Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: Volume IV. O Direito à Vida e à Saúde* (Curitiba, 2017c), que compõe a pesquisa de que fazem parte os outros dois relatórios que trouxe até aqui, não mencionam as passagens frequentes de adolescentes em hospitais psiquiátricos do estado do Paraná, como no Hospital Saint Julian (Anexo 3) e na Clínica H.J, tampouco discorrem sobre alguma adequação ou métodos utilizados para o tratamento químico nesses locais. Melhor dizendo, não se tem informações oficiais de como são tratados esses adolescentes enquanto transitam por essas instituições. Além disso, a Central de Vagas de Acolhimento da FAS tem também a incumbência de manejar as vagas disponíveis para adolescentes em hospitais do estado do Paraná. Mais uma vez, não existem registros sobre essa outra peculiaridade desse serviço. Em uma busca mais apurada no site institucional da entidade tampouco pude encontrar alguma informação sobre essas instituições de saúde.

Argumento, assim, que hospitais psiquiátricos compõem o circuito de acolhimento de adolescentes do gênero masculino em Curitiba e Região Metropolitana. Tenho abundantes evidências para sustentar essa hipótese, pois não somente vivenciei esses envios, como escutei incansáveis relatos sobre essas passagens e, em complemento, tive contato com o histórico de passagens que conta nos PIAs. Neles, pude observar documentos e relatos técnicos que mostram que essa fórmula, em que hospitais psiquiátricos são parte intrínseca desse

¹⁷ Dependem também dos tipos dos tempos dos convênios com o SUS, que buscam restringir o tempo de estadia na instituição em até 45 dias. De qualquer forma, essa não é uma regra fixa e a gerência do hospital tem a possibilidade de escolher aqueles que ficam e aqueles que já estão aptos a irem embora, como pude notar nas pastas dos acolhidos que já passaram por internamento.

acolhimento, não parece ser recente. De qualquer maneira, o apagamento estatal da relação acolhimento – internamento vem com o temor de trazer luz e questionamentos em relação aos métodos utilizados nessas instituições.

Com esse panorama nacional e também local, procurei localizar os serviços de acolhimento que presta o abrigo, em vista de abrir espaço para uma melhor compreensão de quais vivências podem mobilizar esses serviços. Se no capítulo 1, enxergo a instituição a partir das relações que estabelece com o sistema de acolhimento, nos capítulos 2 e 3 percebo como se move o sistema, por meio das relações que emergem do abrigo e que, por consequência, falam tanto das especificidades das experiências de acolhimento que lá emergem, quanto dos caminhos de funcionamento do próprio sistema.

3 MORAR

Não era raro escutar meninos falando sobre como era *morar no rancho*, mais comum ainda era vê-los descrevendo suas percepções da estadia no lugar por meio de possíveis moveres, esperas e memórias de circulações no sistema de acolhimento. Desse modo, reflito sobre como essa multiplicidade de vivências e narrativas emergiam de percepções distintas sobre as dinâmicas de movimento e não movimento intrínsecas à vida dos acolhidos. Com isso, mostrarei como essas idas e vindas eram experienciadas e compreendidas no próprio cotidiano do abrigo, ou melhor, no ordinário ali vivido. Por isso, esse capítulo se centra na vida dos meninos, mas não deixa de trazer também alguns conteúdos de suas relações com os cuidadores, em sua maioria funcionários *antigos*. Ao etnografar o acolhimento, me proponho a analisar como os meninos entendiam e sentiam as circulações nesses serviços e invisto na compreensão de como outras formas de entender o tempo se faziam presentes em suas vidas.

Portanto, exploro as socialidades no abrigo, ou seja, como a multiplicidade de relações que produziam as experiências de Brian, Jean e Miguel faziam seus circuitos ora se expandirem, ora se retraírem e faziam emergir as nuances do ser acolhido no rancho. De início, a partir da carta de Brian para a juíza responsável por seu caso, investigo como, ao narrar seu movimento, acaba trazendo tonalidades de suas vivências no sistema de acolhimento e mostro como outras formas de institucionalizações acabavam por incidir em suas percepções. Depois disso, por meio de um vídeo no qual Jean participa, exploro de que forma ele estava constantemente elegendo *ficar* no(s) acolhimento(s). Por último, discuto como Miguel, ao compartilhar suas memórias, mostra-se enredado com os funcionários *antigos* do abrigo e de que maneira, por meio dessas relações, era possível perceber o encontro de dificuldades e sofrimentos que tangenciavam suas vidas.

3.1 BRIAN

Oi meu nome é XXXXX e tenho 13 anos nasci em XXXX e há muito tempo atrás eu minha família éramos muito felizes. até que um dia eu estava com meus irmãos brincando tranquilo era hora do almoço quando passou um carro de iogurte minha mãe vai lá e compra distribui para cada um. Mas eu persistentemente peço mais um e minha mãe disse que não então peguei um isqueiro, mas eu não tinha a mínima ideia de que tudo aconteceria mesmo. e na hora do incêndio tentamos salvar tudo que podíamos, mas tudo o que conseguimos salvar foi o botijão de gás e um rádio e até meu cachorro morreu em baixo da casa. depois fomos morar no terreno da minha avó. lá éramos um pouco feliz só que a gente se mudou para um bairro chamado XXXX lá ainda éramos um pouco feliz e depois retornamos para o terreno da minha avó, pois nós dependíamos da luz da nossa tia nossa água era um poço que era no terreno do meu tio e meu pai começou a beber minha mãe teve uma filha que se chamava XXXX. Daí uns tempos depois, minha mãe brigou com minha tia e ela

cortou nossa luz, deu um problema com meu tio e todos nossos irmãos fomos para a casa lar e nós ficamos um ano na casa lar depois saímos e ficamos um ano em casa lar e depois fomos para outra casa lar e foi lá que perdemos minha irmãzinha daí voltamos para um abrigo, daí fomos transferidos para outra casa lar e foi lá que eu fui para uma clínica¹⁸. fiquei um ano na clínica e aí voltei para casa dali umas semanas depois fomos para a casa lar, não na verdade eu e meu irmão fomos para uma casa lar e meus irmãos para outra. Agora estou aqui em um rancho (casa lar) esperando para ir embora.

Era dia 15 de março de 2019, uma sexta-feira, quando voltando do refeitório me deparei com Brian, menino do rancho e Mauro, educador com quem ele mais tinha proximidade, sentados em um dos bancos que ficam encostados nas paredes do barracão. Brian era um menino com a pele branca bem clara, os olhos cor de mel e cheio de sardinhas nas bochechas. Toda vez que sorria, o seu rosto costumava ficar da cor bordô. Era conhecido pelos outros acolhidos por dar suas *loqueadas*, no sentido de que, de vez em quando, imitava o som de animais ou corria atrás de meninos e educadores para brincar.

Naquele dia ele parecia não se sentir bem. Seu corpo magro estava encolhido próximo ao do educador e encontrava-se cabisbaixo. No momento em que me viu passar, perguntou-me se eu gostaria de ler a carta que havia escrito, com a ajuda do educador, para a juíza responsável por seu processo judicial. Quando me aproximei, Mauro ressaltou: “Eu falei para ele, escreve, tem que escrever. Tem que botar as coisas para fora, se aliviar! Nossa, e a história do Brian pode ser muito boa para você né, Aline? Que é pesquisadora”.

Depois de eu ler a sua carta, Brian, de fala rápida, começou a me explicar o que escreveu nela. Perguntei para ele desde quando ele e seus irmãos passavam por diversos acolhimentos e me respondeu:

Eu tinha seis anos quando coloquei fogo na minha casa, mas eu não sabia o que ia acontecer. Era muito pequeno e não entendia as consequências disso. Eu pedi iogurte para ela e ela disse que não. Eu fiquei com raiva e coloquei fogo na casa. Até meu cachorro morreu lá dentro. Já faz tempo que eu quero ir embora daqui, não aguento mais ter que ficar. Quero muito voltar para a minha casa.

A partir disso, no ímpeto de tentar melhor compreender os tempos que passou nas instituições de acolhimento, na clínica psiquiátrica e em sua casa, Mauro e eu começamos a fazer uma bateria de perguntas ao menino. As respostas de Brian só serviam para nos

¹⁸Ele se refere a Clínica Médica H.J, com convênio com o SUS. A instituição atende à todas as unidades de acolhimento de Curitiba e região. Seu público são adultos e adolescentes (de 12 até 18 anos) e atendem transtornos psiquiátricos e drogadição na cidade de União da Vitória-PR. O hospital fica localizado em um município distinto ao de onde reside a família de Brian. Calculei exatamente 3 horas e meia de carro de sua casa até o hospital, o que tornava impossível as visitas aos seus parentes.

confundir ainda mais, porque tentávamos captar sua experiência de circulação através de uma temporalidade estritamente linear. O menino balançava a cabeça tentando trazer à memória as datas dos acontecimentos de sua vida.

Em meio a informações que se chocavam, o educador indagou o acolhido sobre suas datas de chegada e partida no hospital psiquiátrico. Ele respondeu, um tanto pensativo: “Fiquei era páscoa, festa junina, dia das crianças, natal e ano novo (parecia se lembrar de eventos que participou no hospital). Até ano novo eu passei lá, eu não podia ver ninguém! Fiquei tudo isso de tempo lá. O dia mais feliz para mim, foi o dia que eu estava sentado lá e ninguém me avisou nada. Só chegou um enfermeiro lá e me disse: ‘Arruma suas malas, você vai embora!’”. Logo quando terminou sua fala, o acolhido enfatizou que, da mesma forma que no hospital, ele não desejava saber o dia que sairia do abrigo. Confessou-nos que gostaria que a assistente social do rancho chegasse e o surpreendesse com essa mesma notícia.

Partindo dos conteúdos que Brian trazia, e de sua maneira de morar no abrigo, fui levada à reflexão de que os tempos e movimentos que eram mobilizados pelos adolescentes mereciam um olhar mais apurado. Ao ler aquilo que o menino havia posto no papel, me dei conta de que prestar atenção nesses conteúdos que emergiam das singularidades da experiência de acolhimento dos meninos poderia ser uma contribuição para os estudos já mencionados no decorrer desse trabalho sobre o SGDCA, e suas instituições, quanto das próprias análises sobre tempo – burocráticos, das políticas públicas, institucionais – e movimento, como o de circulação (Fonseca, 1995), que tangenciam esses estudos.

A meu ver, a experiência de acolhimento de Brian trouxe potência para o meu trabalho. A confusão que nos causou Brian, ao analisar a sua própria vida em movimento, me ajudou à medida que pude perceber existirem múltiplos olhares, que traziam entrecruzamentos entre distintos tempos e espaços percorridos e o próprio tempo vivido, os quais me estavam escapando.

Brian havia sido acolhido no rancho há 5 meses. Essa não era a primeira vez que ele tentava fazer algo, por vias judiciais, para se aproximar de sua família. Três meses antes dessa carta, começou a fugir, tema que tratarei no próximo capítulo, frequentemente para a casa de sua mãe. Seu intuito era pressionar o abrigo, a fim de que viabilizassem esses encontros. Dessa forma, ele conquistou a possibilidade de visitar sua família a cada 15 dias e de passar feriado e festas com eles sem precisar pedir autorização prévia para a juíza.

No momento do diálogo acima, Cristina, assistente social – mulher branca, alta de olhos verdes bem marcantes – havia contatado o Conselho Tutelar da cidade do acolhido, em vista da necessidade de se rever sua situação judicial, pois ele almejava ansiosamente voltar a

viver com sua família. Por esse motivo, Brian escreveu essa carta à juíza responsável. Até aquele momento, o acolhido alimentava profundas esperanças de pronto poder viver novamente com sua mãe e irmãos.

A família do acolhido é constituída por seus pais Valéria e Alfredo, suas irmãs Sarah (17 anos) e Camila (16 anos), por Brian (13 anos), seu irmão Lucas (9 anos) e sua falecida irmã Maria (4 anos). Seu pai estava em “situação de rua”, como especificaram os técnicos. Desde os 6 anos, como ele afirmou no diálogo anterior, vivia por entre abrigos, casas lares, hospitais e a casa de sua mãe. Nota-se, assim como em muitos outros no abrigo, que problemas como acesso à moradia, trabalho e saúde eram o cerne da necessidade de mobilidade de sua família. Por viverem em condições precárias, eles dependiam de outros familiares para terem acesso à recursos básicos de sobrevivência. Essa também era a justificativa judicial, para que os irmãos continuassem vivendo em serviços de acolhimento, além daquilo que seria o alcoolismo de sua mãe.

Dentre os educadores, Brian era conhecido como um menino exemplar. Ele cumpria todos os horários pré-determinados pelo abrigo. Acordava para ir para a escola, arrumava suas coisas e era um dos únicos que fazia lição de casa. Além disso, tinha um ótimo desempenho escolar, seu último boletim bimestral havia sido um sucesso. Comia e tomava banho nos horários certos, não brigava com nenhum de seus colegas e se propunha a fazer arteterapia à tarde, algo que tampouco tinha grande público. De maneira geral, era participativo nas atividades propostas. Sempre auxiliava Mauro, educador que o ajudou a escrever a carta, em atividades manuais que eram de responsabilidade dos educadores em geral e era possível vê-los sempre juntos. Essa maneira do acolhido interagir com os outros meninos e os cuidadores foi se transformando ao longo de sua espera pela resposta da juíza.

A carta de Brian era para a juíza responsável por seu processo judicial e ele desejava convencê-la de que já não havia necessidade de *ter que ficar* no rancho. Isto é, produziu uma narrativa de sua própria vida, em vista do conhecimento que já tinha com decisões judiciais, justamente por ter um longo trajeto no sistema de acolhimento. Dessa maneira, quando começou a descrever a sua linha do tempo, já assinala para o culpado de toda a situação que se desencadeou depois do incêndio em sua casa. Ele haveria colocado fogo em sua residência, não porque sua mãe o teria negado algo de comer. Resolveu colocar fogo em sua casa – e se justifica com simples um “mais não tinha a mínima ideia de que tudo aconteceria mesmo” – porque “persistentemente” pediu mais um iogurte e sua mãe o teria negado. O acolhido dá ênfase em sua agência, quando chama a atenção da juíza que havia dito “vou tacar fogo aqui”.

A experiência de Brian se aproxima das vivências de uma interlocutora de Fábio Mallart (2019), que desde muito jovem também trafegava dentre diversas instituições. Ele mostra uma forma de gerenciamento de populações que se faz de modo compartilhado dentre uma multiplicidade de instituições assistenciais e chama a atenção para como os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, para além de particularidades, buscam fomentar as articulações com outros serviços da rede e acabam por partilharem métodos como a responsabilização do usuário, ou de seus pais, no processo (*Ibidem*, p. 129-130).

Acima, em nosso diálogo, ao estar falando com duas outras pessoas posicionadas dentro de outro arranjo relacional e nas quais parecia confiar, explicou que era pequeno e que não tinha noção das consequências. Em nossa conversa, se colocou em um papel de maior passividade diante da ocorrência, em que a imaturidade infantil era a maior culpada pelo incêndio. Melhor dizendo, usava de estratégias em vista de produzir sua própria vida.

Em sua etnografia na CAVAL, uma instituição destinada a prevenir a separação de urgência de famílias “monoparentais” designadas “de risco” na França, Ribeiro (2011) demonstra como os “grandes”, crianças maiores de seis anos, produziam interlocuções entre os adultos mães/pais e “educadoras maternais”, de forma a utilizarem de diálogos, ou de silêncios, no agenciamento de suas próprias vidas.

No contexto de CAVAL como em outros, quanto mais crescem, mais suas palavras têm crédito e mais sua lealdade e cooperação será valorizada e mesmo exigida pelos pais. Espera-se que sejam *razoáveis*, se comportem bem, tomem cuidado com o que dizem e tenham um bom desempenho escolar. Nas relações cotidianas na instituição, os *grandes* são chamados a formar uma equipe com a mãe/pai, a serem aliados que lhes ajudem a manterem-se no lugar de mãe/pai, cúmplices com quem se fala de igual para igual (p. 43)

Dessa maneira, essas crianças posicionavam-se perante vivências institucionais, tendo em vista de que seus pais estavam sob constante suspeita quanto à capacidade de educá-los, sendo o equilíbrio nas relações familiares fundamental para alcançarem a desinstitucionalização. A experiência dos “grandes” pode ser justaposta a de Brian, pois eles usavam do artifício de não mencionar às funcionárias da instituição situações que seriam compreendidas como quebra das regras impostas às famílias abrigadas, pois poderiam ocasionar problemas aos seus pais ou até mesmo a separação familiar.

No caso de Brian, o menino também mostrava compreender como se davam essas dinâmicas diante dos pareceres legais da juíza e estar ciente de que sua mãe estaria sendo, ou poderia ser, a pessoa mais provável a ser culpabilizada pela “precarização” de sua vida e de seus irmãos. Parece-me que usou da estratégia de tentar mostrar que sua mãe não era a

responsável por todo o desencadeamento da situação, buscando inverter a lógica legal de que pais negligentes ocasionariam a vulnerabilidade social de seus filhos.

3.1.1 Os trânsitos da felicidade

Brian começou a contar suas memórias de vida a partir do incêndio, um evento inicial que haveria desencadeado uma situação de perda de recursos, dependência financeira e brigas familiares. Se essa informação parecia central para seu argumento na carta, no abrigo o menino nunca havia comentado comigo sobre o acontecimento. O que eu já havia entrado em contato era com os conteúdos que trouxe na carta ao descrever suas mobilidades dentro do sistema.

Em seus escritos, ele pontuou exatamente os lugares em que já viveu. Inicialmente morava com seus pais e seus 3 irmãos. Após o incêndio teria ido para o terreno de sua avó, depois para outro bairro e posteriormente retornado a casa de sua avó. A partir disso, saiu do terreno de sua avó e ele e seus irmãos entraram no sistema de acolhimento. Dentre os seus múltiplos acolhimentos, fez esse movimento: casa lar → casa da mãe → casa lar → abrigo → casa lar → hospital psiquiátrico → casa da mãe → casa lar → rancho. Como disse, agora estava na unidade de acolhimento, “uma casa lar”, *esperando para ir embora*.

A própria forma com que Brian compreendia o tempo de sua vida apagava as diferenças, bastante discutidas na bibliografia e bem demarcadas no ECA (1990), entre casa lar e abrigo institucional. Esse contraste entre duas qualidades distintas de instituições acabou por se dissolver considerando a centralidade daquilo que o impulsionava dentro mesmo do sistema: a vontade de viver novamente com sua família.

Analisando o movimento que narra sobre os sete anos que já circulava dentro do sistema de acolhimento, é possível inferir que já estava familiarizado com uma dinâmica de mobilidade que poderia ser vista com frequência na vida dos meninos – e também na literatura antropológica com a qual venho dialogando. Entretanto, suas percepções, e também suas vivências na organização, mostravam que existia um tremendo desconforto de Brian em continuar morando no lugar, assim como seguir circulando. Diferente de ser entendido com certa fluidez, como na experiência de outros acolhidos, para ele suas *passagens* eram vistas como morosas. Eram tempos que somente o afastavam da tão desejada volta para a casa. Uma série de árduas esperas.

No retrato de sua vida posto em um papel, Brian dividiu sua experiência entre diferentes temporalidades interseccionadas por distintas perdas. “Há muito tempo atrás”, até o

incêndio, o acolhido e sua família eram “muito felizes”. Após de ter “tacado fogo” em sua casa, ele começou a fazer uma gradação dessa felicidade. Ao mudarem pela primeira vez para o terreno de sua avó havia se tornado “um pouco feliz”. Ao se deslocarem para outro bairro ele descreve que “ainda éramos pouco felizes”. A partir da segunda volta ao terreno de sua avó, não se toca mais em níveis de felicidade até o fim de sua descrição. Foi nessa volta que a situação saiu de controle – entre brigas familiares, falta de acesso à água, luz e o nascimento de sua irmã mais nova Maria. Os cinco irmãos foram retirados de sua família de origem e começaram a circular entre instituições.

Ao partir para a exposição dessa segunda parte de sua vida, mostra que além da felicidade, outras coisas foram perdidas nessa circulação. Como mencionado no capítulo 1, o ECA (1990) elenca o não desmembramento de grupos de irmãos como princípio que deve orientar os serviços de acolhimento (art. 92, inciso V), regra essa que foi seguida para Brian. Por esse motivo, os irmãos eram retirados e colocados em organizações sempre juntos. Na segunda vez que foram para uma casa lar a morte de sua irmã mais nova, trouxe outra perda para a vida de Brian. Mais à frente, e na última vez que passou pela casa de sua mãe, o acolhido e seu irmão Lucas (9 anos) foram separados de seus outros dois irmãos. Cada dupla foi para uma casa lar distinta. Por último, Brian teria ficado sozinho em seu trafegar pelo sistema de acolhimento ao ser enviado ao rancho.

Em resumo, o acolhido apontava para um passado, graduado em níveis de felicidade, que teria ficado para trás. A entrada no sistema de acolhimento gerou abundantes deslocamentos e longas esperas. Junto a esse movimento, vieram as perdas: da felicidade; a morte de uma irmã; e, aos poucos, a completa separação de toda a sua família e essas gradações de felicidade também eram vistas em seu morar.

O único momento em que o acolhido se dizia feliz era no dia anterior a visita semanal a casa de sua mãe, em que via alguns de seus irmãos também. Todo sábado de manhã, por volta das sete horas da manhã, o motorista levava Brian e os irmãos Jean (15 anos) e Glauber (14 anos) para visitarem suas famílias, com quem ficavam até o domingo à noite. Se Jean não demonstrava tanta ansiedade e até mesmo se recusava a ir em alguns finais de semana, Brian tinha dificuldade de dormir na noite anterior devido a sua agitação.

Ele acordava às quatro da manhã e ficava esperando o barulho dos cachorros correndo atrás da Kombi, pois esses ruídos eram sinal de que o motorista teria chegado e que era hora de ir para a visita. Jean e Glauber eram deixados antes que ele, porque viviam mais próximos ao rancho. Por isso, e também pela lentidão do próprio veículo, ele tinha que esperar 4 horas para finalmente chegar em sua casa. Da vez que o acompanhei, percebi que sua ansiedade era

tamanha que, em vez de conversar e contar histórias, como com frequência fazia no abrigo, ele decidiu ir no banco da frente e permaneceu pensativo e quieto durante todas essas horas. Até mesmo Claudemir, motorista, comentou comigo: “você vê como ele fica? Esse menino ama muito a mãe dele”. Apontava para como o menino se transformava ao saber que iria encontrar sua família.

Essa e outras situações, em que envolviam a aproximação com sua família, faziam remissão a uma felicidade vivida em um passado em que todos, pais e irmãos, habitavam juntos. Até o momento de sua carta, em que alimentava fortes esperanças de voltar à sua casa, a descrição de seus estados emocionais variava entre “feliz” e “pouco triste”.

Nos momentos em que se dizia “um pouco triste”, geralmente ocasionadas por desentendimentos com os meninos mais velhos, ele se dizia frustrado por morar no abrigo. Dizia não aguentar mais as zoações dos adolescentes, que o chamavam de louco pela peculiaridade com que brincava, e por haver passado pela Clínica Médica H.J. Essa clínica psiquiátrica era entendida como “clínica dos loucos” por muitos meninos, fazendo oposição ao Hospital San Julian, mais frequentemente compreendido como um lugar de desintoxicação.

Brian não era o único que sofria com o deboche dos meninos mais velhos. Davi, 13 anos, e melhor amigo de Brian no abrigo, também reclamava dessas situações. Presenciei muitos acontecimentos em que prestavam apoio mútuo diante desses impasses. Davi também era chamado de louco, porque assim como Brian tinha uma passagem pela clínica H.J e também se mostrava frustrado em morar no abrigo. Por um tempo, os dois chegaram a viver juntos no hospital. As percepções que tinham do tempo e do espaço enquanto viveram nessa instituição frequentemente emergia em nossas conversas vespertinas.

3.1.2 Entre irmãos e internamentos

Brian e Davi sempre compartilhavam momento de suas vidas comigo. Como eu também era próxima de Mauro, educador preferido de Brian, costumávamos ficar os quatro conversando, perto do refeitório. Os dois meninos eram dos poucos que frequentavam a escola no período da manhã, e com a instituição mais vazia à tarde, facilmente podíamos compartilhar momentos mais íntimos. Em uma de nossas interações, os dois meninos me contavam sobre o tempo que viveram na clínica H.J. Disseram que por lá também passou Paulo, menino do grupo dos mais velhos. Aparentemente, Paulo não queria que todos se inteirassem dessa sua passagem pela clínica e não gostava que os dois mais novos comentassem o ocorrido.

O cruzamento das vidas de Davi e Brian não começou propriamente na clínica. Os dois tinham trajetórias de vida muito parecidas. Ambos nasceram na mesma cidade, foram retirados com pouco idade da convivência com suas famílias e faziam parte de um grupo de irmãos. Tinham 13 anos e haviam morado juntos na casa lar de suas cidades de origem. No tempo da casa lar, acabaram por viver, cada qual, com seus irmãos também abrigados. Eram dois núcleos familiares distintos que moravam na mesma casa, configuração comum nesse tipo de instituição de acolhimento em que se recebe no máximo 10 pessoas – entre crianças e adolescentes.

Por terem vivido juntos na casa lar, compartilhavam memórias de seus irmãos. Brian lembrava de seus momentos com a irmã mais velha de Davi; por sua vez, Davi frequentemente fazia alguma observação sobre o irmão de Brian, quando escutava alguma história sobre ele. Assim como Brian, Davi também estava sozinho. A diferença mais marcante entre as vidas de Davi e Brian era que o primeiro havia sido destituído do poder familiar desde muito pequeno, ou seja, ele não tinha mais contato com seus pais, somente com seus irmãos. Estava há muitos anos na fila de adoção. Não posso afirmar quais os momentos de suas circulações se encontraram, ou mesmo por quantas vezes, mas me dei conta de que a casa lar era um espaço e também um tempo regido por vivências entre irmãos.

Apesar dos dois meninos comentarem sobre esse momento que moravam juntos, se remetiam com muito mais frequência ao tempo do internamento. O hospital era o lugar mais recente em que haviam vivido juntos. A forma com que as atividades cotidianas eram administradas no hospital, assim como a maneira com que os funcionários da instituição de saúde os informavam sobre seus casos, produzia singularidades em como compreendiam a experiência de acolhimento.

Em torno de um mês antes de Brian enviar a carta à juíza, fomos à sala de arteterapia com Marilda, responsável pelo bazar, para recortar alguns enfeites para serem colocados no refeitório. Em meio as nossas conversas, Davi começou a contar o quão restritas eram as regras do internamento psiquiátrico. Ele dizia que se tinha que cumprir todas as atividades cotidianas, com horários bem estritos e que no horário de dormir, os enfermeiros faziam uma chamada nos quartos para se certificarem se todos estavam em seus aposentos.

A dupla de acolhidos começou a contar que sentiam que não existia espaço para reclamações e frustrações; se algum adolescente desobedecia a alguma ordem, ou “dava um escândalo”, corria o risco de receber uma injeção de tranquilizante¹⁹. Essa substância os fazia

¹⁹ Sobre a farmacêutização da saúde mental no Brasil, Biehl (2005) nos mostra como em algumas instituições asilares a medicalização pode anteceder o próprio diagnóstico da doença. Em vista disso, como no caso de sua

dormir e como relatou Davi: “A gente apagava e não via mais nada. Acordava era só no outro dia. A gente não lembrava de nada.”²⁰. Relataram que, muitas vezes, os adolescentes ficavam amarrados em suas próprias camas até acordarem e que os dois já haviam passado por essa experiência. “Ninguém fazia nada lá, com medo da injeção”, explicou Brian, referindo-se aos efeitos dos controles exercidos pela instituição.

Em meio a essa forma de governança que viviam em seus corpos, existia também outra forma de controle no hospital e essa se relacionava ao tempo de saída dos internados. Segundo as percepções de Brian, captei aspectos de sua descrição que nos dão pistas sobre diferentes qualidades de institucionalização, as políticas públicas de acolhimento e as de internamento, e como se pode vivenciar o tempo em cada uma delas.

O Rancho dos Meninos, como integrante oficial²¹ do sistema de acolhimento curitibano, tem a obrigação legal de manter os adolescentes acolhidos cientes do andamento jurídico de seus casos. Além disso, os próprios acolhidos se inteiram de sua situação legal, porque o abrigo é responsável por encaminhá-los às audiências e responderem legalmente por eles. As juízas, ou funcionários do judiciário, não fazem parte da instituição e tampouco existem ali autoridades com legitimidade jurídica perante os tempos de permanência no acolhimento. Por mais que no rancho técnicos e educadores quisessem que algum acolhido ficasse no abrigo, ou que fosse *encaminhado*, eram obrigados a apelar judicialmente – como veremos na experiência de Douglas no tópico 4.2.

Dessa maneira, nessas instituições de saúde os médicos psiquiatras, e todos que compõem a equipe médica, têm o poder de avaliar o momento certo em que se deve dar alta a

interlocutora Catarina, passa a ser utilizada como tecnologia médica em que pacientes, em contextos urbanos de baixa renda, são medicalizados pelos efeitos prolongados do próprio remédio a eles administrados. “(...) ou seja, ela foi submetida ao típico e duvidoso tratamento reservado aos pobres das cidades. Clínicos receitavam remédios no escuro, sem dar atenção a sua condição distinta. Como muitos outros pacientes ela era considerada agressiva e, por isso mesmo, sedavam-na em demasia, de modo que a instituição continuava a funcionar sem fornecer tratamento adequado (...) À medida que lia os prontuários médicos, não conseguia separar os sintomas psiquiátricos dos efeitos dos remédios” (p.433). Aparentemente, o que viveu Catarina tem relação com os casos de Davi e Brian. Segundo os documentos legais dos acolhidos, desde muito cedo são tratados em instituições por meio de psicotrópicos e como relataram acima, muitas das vezes acabam por serem internados em instituições que usam da tecnologia médica de violentas contenções.

²⁰ Em 2001, a lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001) foi criada em vista da desinstitucionalização da “loucura”, por meio da extinção de manicômios e orientou mudanças na assistência da saúde da população atendida. No contexto de sua pesquisa, Mallart (2019) trata do que nomeia de processo “psiquiatrização da prisão” e aponta como dentro mesmo do sistema penitenciário criaram-se lógicas manicomiais, por meio de administração de psicofármacos. O “haleperidol” viria para compor um repertório punitivo que atravessa os corpos de reclusos e reclusas. “Se você se recusa a tomar a medicação, eles entortam você na injeção (narrativa reiterada por internos e internas de prisões e hospitais de custódia)”. Essas narrativas de extrema medicalização em hospitais que atendem o sistema de acolhimento curitibano eram comuns no rancho.

²¹ Como aponto no Capítulo 1, o internamento em hospitais (ECA, art 101, inciso V) é uma medida protetiva separada do acolhimento institucional (ECA, art 101, inciso VII). Localmente, percebi o estreitamento desses dois tipos de políticas e, conseqüentemente, dessas duas distintas instituições.

algum internado. Melhor dizendo, eles têm a possibilidade de controlar o tempo que esses adolescentes ficam confinados. Os exames psiquiátricos são enunciados com efeitos de verdade e poder singulares, como uma espécie de suprallegalidade na produção da verdade jurídica (Foucault, 2010), em que laudos psiquiátricos são legitimados em um emaranho de instituições pertencentes ao sistema jurídico-institucional brasileiro – como hospitais e prisões²². No contexto do rancho, o psiquiatra seria, portanto, uma figura capaz de determinar permanências e impermanências nas instituições que compõem o sistema de acolhimento e, como suponho nesse trabalho, o hospital sendo uma delas.

Os tempos do internamento na clínica não tinham, portanto, marcas tão fixas como as previstas inicialmente pelas políticas públicas de acolhimento. Davi e Brian descreviam um passar do tempo que não incluía uma previsão cronológica de quando iriam sair. Por outro lado, no abrigo os meninos recebiam visitas de conselheiras tutelares responsáveis por seus casos; eram avisados e levados até audiências; frequentemente conversavam com o psicólogo sobre suas expectativas; faziam visitas familiares – para Brian; e viviam por entre inúmeras outras instituições do SGDCA que não só faziam parte do sistema de acolhimento, como também faziam o controle desses serviços – como mostrarei no Capítulo 3.

No limiar, os acolhidos podiam fugir do abrigo e decidirem não acatar a medida protetiva determinada pela juíza. Por mais que isso pudesse acarretar prejuízo legal para suas próprias famílias, tinham a possibilidade de escolher fugir. No hospital parece-me as informações que os adolescentes tinham sobre seus processos judiciais eram reduzidas. Esse tipo de relato, de que não se sabia decerto quando sairia ou mesmo que se pensava que iria ficar por longos anos na instituição, não se restringia a Davi e Brian. Esteve presente em muitas das conversas que tive com os outros acolhidos que haviam sido internados.

Brian e Davi me contavam que a instituição de saúde usava da metáfora das fases de crescimento de uma árvore para demonstrar aos adolescentes o quão próximos estariam de sair. Cada adolescente tinha um cartaz com seu nome e com a parte do crescimento das árvores que representava a sua vida, como explicou Davi e completou:

Era assim: se você fazia tudo certo, era bonzinho, eles colocavam a raiz. Se continuasse bem eles colocavam o tronco, depois colocavam gravetos e depois iam colocando toda a copa da árvore. Quando a sua árvore estava quase pronta, era sinal de que você ia sair logo.

²² Essa lógica pode ser vista também na França e Estados Unidos. A esse respeito ver Fassin (2015) e Wacquant (2001).

Ao escutar essa descrição, Brian enfatizou que quando se era desobediente, essa árvore “parava de crescer”. Diante disso, os enfermeiros começavam a retirar partes de sua árvore e que se o internado insistisse em se rebelar, sua árvore morria a ponto de virar uma cartolina em branco. Nesse momento, o internado estaria o mais longe possível da possibilidade de ir embora do hospital. Ele me disse saber disso, porque frequentemente se rebelava e acabou por ficar mais tempo que Davi na instituição.

De volta a situação em que recebi a carta de Brian, em nosso diálogo o menino me explicava que teria passado várias datas comemorativas no hospital, o que em outras conversas resumia como *um ano* – no sentido de uma espera muito longa. Por mais que a experiência de viver no hospital trouxesse duras memórias ao menino, parece-me que encontrou na forma com que vivia o tempo na instituição uma maneira de conseguir amenizar suas agonias e frustrações em vista da possibilidade de voltar a viver com sua família. As marcações menos rígidas do tempo no internamento, e a falta de informação sobre seus possíveis passos, produzia uma espera distinta à espera do abrigo a qual definiu como *ter que ficar*, e como complementa ao fim de sua carta, *esperando para ir embora*.

Em nossa interação, trouxe a felicidade novamente para falar de seu último dia na clínica. Aquele haveria sido o dia mais feliz naquele lugar, o dia em que partiu. Ele se foi para a casa de sua mãe, portanto, trazia sempre à tona descrições sobre seus níveis de felicidade, mas também pela forma com que o enfermeiro o havia avisado sobre sua alta hospitalar: “Arruma suas malas, você vai embora!”. Melhor dizendo, não queria ser avisado de suas possibilidades de sair ou não do abrigo, ele só queria que repentinamente lhe dissessem que sairia. Ter uma maior noção sobre seus prováveis caminhos, tornava sua espera mais áspera, árdua e longa.

Essa expectativa que alimentava em relação ao acolhimento no abrigo fazia remissão a como viveu o tempo do internamento. Lá, as poucas expectativas de saída, ou mesmo as poucas informações que tinha sobre seu caso, o poupavam de alimentar expectativas de voltar a viver definitivamente com sua família com base em tempos mais rígidos. A forma com que esses dois acolhidos descreviam o tempo da clínica incidia fortemente sobre as expectativas que Brian tinha sobre o próprio tempo em que vivia no acolhimento.

Aparentemente, a experiência do internamento o teria ajudado a não criar ainda mais expectativas de habitar novamente com sua família, pelo menos aquelas contadas no tempo cronológico. *Ter que esperar* esses tempos legais causou muitas frustrações durante esses sete anos de mobilidade no sistema de acolhimento. No hospital, o tempo se media pelas fases de crescimento de uma árvore, em que muito dependia da relação de Brian com as normas locais.

No rancho, a vida dos meninos era fortemente interseccionada pelo relógio da burocracia das próprias políticas públicas de acolhimento. Mesmo que Brian cumprisse todas as regras do abrigo, e ele se esforçava para isso, não era seguro que sairia da instituição. Havia muitas árvores no lugar, mas não das do tipo que contavam o tempo.

3.1.3 Paralisar-se: a saga das esperas

Nos dias que seguiram após o envio da carta à juíza, em meados do mês de março de 2019, Brian frequentemente batia na porta do escritório da assistente social para perguntar se já havia alguma resposta judicial. Depois de 5 dias de tremenda insistência de Brian para receber uma réplica, Cristina lhe explicou sobre os tempos legais. Ela disse que a própria carta poderia demorar até um mês para chegar nas mãos da juíza; e que, mesmo com o apelo do menino, ela poderia negar seu pedido, porque isso iria depender de outros fatores como, por exemplo, a forma com que a mãe dele estaria sendo avaliada no próprio processo judicial.

Quando recebeu essa notícia, Brian ficou inconsolável. Ao fazer uma marcação fixa de um mês na experiência dele, a assistente social produziu no menino a sensação de que ele nunca sairia dali. Esse seria um tempo que esperar, e se adaptar as regras, poderia ser em vão, pois não haviam garantias reais de que deixaria o abrigo. Mauro, educador, tentava mostrar que ainda havia esperança, mas o adolescente nem sequer o olhava nos olhos.

Nos dias que seguiram, todos os educadores comentavam que já não mais reconheciam Brian. O limite de um mês, que o acolhido havia resumido como “então eu vou ficar aqui para sempre?”, acabou por fazê-lo desistir do cotidiano. Ele já não se importava em seguir as normas da entidade e não havia nada que os educadores fizessem, ou tentassem justificar, que o levaria a voltar a sua antiga rotina. O argumento do acolhido era de que ele era um dos únicos que fazia tudo certo no abrigo, mas que não ganhava nada em troca. Dizia que os demais faziam bagunça, e não ajudavam os educadores, porém eram tratados da mesma forma que ele, por isso, tampouco iria obedecer às ordens dos funcionários.

Se antes Brian se engajava no cotidiano em vista de facilitar a sua volta à casa de sua mãe, ao perder as esperanças não via mais sentido em executar das mais pequenas até as atividades mais burocráticas. Em uma tarde em que conversamos sobre sua situação, disse-me que esse um mês era muito e que não conseguia esperar. Definiu esse tempo como “explode o cabeçaço”. Dizia no sentido de que aquele prazo, que vinha carregado da incerteza de que iria embora, parecia trazer uma grande confusão mental. Uma frustração que produziu a

paralisação de todas as suas atividades e uma ausência de sentido do próprio tempo que vivia no acolhimento.

“Não posso tomar banho, minha religião não permite!”. Essa era a desculpa que Brian repetia aos educadores, quando tentavam convencê-lo a entrar no banheiro. Até o fim da minha estadia em campo, que foram mais dois meses, o acolhido sempre estava com odores desagradáveis. Ele se negava a escovar os dentes, pentear o cabelo, usava roupas com cheiro de suor e os outros adolescentes começaram a reclamar de seu “fedô” – explorarei a temática dos cheiros no próximo capítulo, no tópico 4.1.4. Não se alimentava em todas as refeições e decidiu não mais frequentar a escola, negando-se a acordar cedo para pegar o ônibus escolar. A própria escola mandava diversas notas à instituição, avisando das ausências do menino, contudo as conversas dos técnicos e educadores não tinham mais efeito sobre Brian.

Encontrei pistas para pensar sobre as vivências de Brian no trabalho de Tanieli Rui (2010)²³, em um impasse de pesquisa na trajetória do adolescente Nando, em que afirma que a passagem temporal lhe trouxe muitas reflexões. “Em especial pela ideia difundida, e materializada em conceitos, de que os adolescentes vivem presos na esfera do imediato, inebriados pelas ilusões da liberdade existente na rua e pela possibilidade de nela angariar recursos e relações” (p.356). Segundo ela, quando observamos a trajetória de adolescentes em políticas públicas, ditos em “situação de rua”, por um maior período, seria possível percebermos que essa dinâmica guarda consigo um aspecto aprisionador, que dificultaria as chances reais de saída de determinada circulação.

Adolescentes como seu interlocutor Nando, que estavam há mais tempo nessa dinâmica entre instituições, já entenderiam que os projetos e políticas públicas começam e acabam e que não seriam uma constância, mas sim serviços que, de tempos em tempos, tangenciavam suas vidas e vinham carregados de novos métodos e diferentes abordagens. Assim, para Rui, ao invés de responsabilizarmos os adolescentes por tal engajamento com a circulação, seria mais interessante pensarmos em como as próprias políticas públicas têm

²³ Nessa dissertação, uso de estudos que investigam as vivências de crianças e adolescentes nas ruas, porque eles muito se aproximam de minha pesquisa. No contexto de Rui, as vivências de rua e o crack. É importante trazer esse esclarecimento, porque – como mostro no Capítulo 3 – a experiências nas ruas eram uma exceção no abrigo. Nem por isso, esses estudos deixaram de ser importantes em minha pesquisa. Eles me auxiliaram com insights analíticos e me trouxeram situações etnográficas potentes, as quais me serviram de inspiração na análise da experiência dos meninos do rancho. Até porque, como mostra Rui (2010), a própria categoria “meninos de rua” já foi amplamente problematizada por estudos acadêmicos, em que se buscava encontrar uma classificação para crianças e adolescentes em condições de marginalidade. Estudos anteriores (Frangella, 1996; Fonseca, 1995; Adorno, 1999; Gregori, 2000) mostraram que o fenômeno mais recorrente a vida dessas pessoas não seria a estadia na rua, mas o movimento que fazem entre casa, rua e instituições. Como explica a autora, a expressão “em situação de rua”, vista no ECA (1990), foi elaborada em vista desses estudos e são mais usadas por executores de políticas públicas para esse público alvo.

ciclos menores que interseccionam a vida dessas pessoas. Assim como as produções antropológicas que acabam também por seccionar esse tempo, devido às próprias lógicas de pesquisa no país.

À luz da análise de Rui, penso em como as vivências de Brian, por tratarem do acolhimento em ação, trazem deslocamentos em relação aos estudos sobre crianças e adolescentes que haviam passado, mas não mais viviam no sistema de acolhimento. Como mostra Fonseca *et al* (2009) em uma investigação sobre os “egressos”, os adolescentes próximos da maioridade vão tecendo táticas para conseguirem sobreviver quando saírem dos abrigos. Citam alguns casos em que a relação entre educadores e acolhidos podem formar uma rede de apoio intergeracional com base nas relações afetivas que o próprio jovem criou ao longo de sua vida. Aqui, podemos observar a demonstração de uma certa fluidez entre a experiência familiar e as relações que se travam a partir de outras instituições, ou melhor, relações que serviriam de pontes para a construção de devires.

Cruz (2014), trata da experiência de um de seus interlocutores, também egresso dos antigos internatos – as FEBEMs – e a este respeito afirma:

Trata-se de uma luta, lembra o pai, da qual ele sairia transformado. O momento de entrada no colégio interno não é capaz de demarcar onde exatamente começam e terminam as experiências familiares e as de institucionalização. Estas são imbricadas, se afetam mutuamente. São experiências de cuidado, cujos sentidos podem variar e alterar, dependendo da perspectiva assumida por cada sujeito nas relações que estabelece.

Os dois estudos citados enfatizam como a experiência do acolhimento é produtora de relações afetivas e que se torna parte da forma com que são produzidas as relações de parentesco. Esses estudos buscam mostrar que seus interlocutores, como disse Rui (2010), “engariam recursos e relações” (p.356) ao passarem por instituições. O estudo de Fonseca *et al* (2009), mostra uma mútua construção entre relações institucionais e familiares. Na narrativa acima, Cruz aponta para como seu interlocutor não era capaz de demarcar onde começaram e terminaram essas experiências e como elas seriam imbricadas e se afetariam mutuamente.

Ao analisarmos o que vivia Brian, é possível percebermos que sua experiência escapa ao enquadramento sobre a continuidade dessas relações. Ao detalhar o desencadeamento de sua vida na carta para a juíza, e em vista da maneira como se relacionava com o fato de ter que morar no rancho, entendo que para o acolhido não existia tamanha fluidez em suas percepções. Se Rui (2010) trata de um aprisionamento de seu interlocutor Nando, em vista dos tempos circunscritos às políticas públicas, compreendo que Brian também narrava sua vida como um aprisionamento dentro do sistema de acolhimento. Não quero afirmar que para

Brian as relações no abrigo eram isentas de sentido, mas que levava consigo a frustração de ter que seguir circulando, quando se referia às pessoas no abrigo deixava explícito quais pessoas faziam parte de sua família. Ao desistir de atividades básicas de seu cotidiano, desmontava que sua vida perdia o sentido longe da possibilidade de voltar a viver com seus parentes consanguíneos.

Suas idas e vindas, as quais tratei no tópico 3.1.1, constituíram várias esperas que, somadas, dão a impressão de que esteve parado esperando para ir embora. Ele compreendia suas mobilidades não com tamanha fluidez de movimentos, no entanto, como esperas duras de serem aguentadas. Tão difíceis que nem sequer queria ser avisado do tempo que teria que esperar. Sua circulação era entendida de forma menos dinâmica do que outras experiências analisadas pela literatura mobilizada nessa pesquisa e também em comparação com a maioria das experiências no abrigo.

Dessa maneira, as vivências de Brian constituem um contraponto dentro de alguns estudos sobre acolhimento e também dentre os meninos que fizeram parte de minha pesquisa. Ao contrário de Brian, e de seu amigo Davi, muitos dos acolhidos tinham, contudo, seus motivos para *quererem ficar*.

3.2 JEAN

Jean: Salve! Meu nome é Jean. Tenho 15 anos e hoje eu estou morando em um abrigo. Antes de morar no abrigo, eu morava com os meus pais. Era meu pai e minha mãe. Eu morei com eles até os 11 anos, até meu pai morrer quando eu tinha 11 anos. Daí, eu fiquei morando com a minha mãe. Eu, meu irmão [se refere a Glauber, que morava com ele no abrigo] e mais três irmãs minhas. Aí minha mãe pegou minhas 3 irmãs e foi morar para a cidade de XXXX. Deixou-me e meu irmão com a minha vó. Dois, três anos, nós íamos para a escola, estudávamos normal. Tudo direitinho. Daí começamos a andar com má companhia, na favela, que levava a gente pro mau caminho, né? Daí começamos a faltar da aula, gazejar aula, começamos a pedir, roubar. No primeiro abrigo que eu passei, eu tinha doze anos. Doze ou treze. Fugimos de lá e fomos morar com a minha vó. Só que minha vó já não aguentava mais a gente em casa. Daí foi uma conselheira tutelar lá na minha vó. Daí eles perguntaram para nós, o que que nós queríamos fazer. Se nós queríamos ir para um abrigo ou ir com a minha mãe morar lá em XXXX. Ela falou que a gente não podia ficar naquelas condições lá, de não ir para a escola e não fazer nada e só ficar na rua, dia e noite. A gente até posava na rua. Daí eu falei que eu queria ficar em um abrigo até os 18. O meu irmão falou que ele queria morar com a minha mãe, junto com as minhas irmãs. Daí meu irmão, talvez ele vá para XXXX no final do ano.

Entrevistador: E o abrigo tem te proporcionado algum tipo de estágio?

Jean: Eu estava fazendo o curso do Menor Aprendiz. Daí, esses dias ligaram, falaram que eu fui aceito, que eu passei no curso. Daí agora é só esperar para ver quando eu vou começar a trabalhar.

Entrevistador: Por quantos abrigos você já passou?

Jean: Já passei por 12 abrigos.

Entrevistador: Você gostou da experiência de viver nesses abrigos?

Jean: É bom e ruim. O bom é que eu faço amizades novas, conheço pessoas novas e conviver com eles [se referindo aos seus amigos próximos] é igual a conviver com uma família, né? O ruim é que alguns deles vão embora e acabam deixando saudades [começa uma música melancólica]. Como o Henrique, por exemplo, ele era como um irmão para mim e pro Joaquim. Ele contava histórias da vida dele todo dia para a gente. Teve uma vez que estávamos contando história no quarto. Ele estava contando a história dele. Nossa, a gente chorou muito. Do que que ele já passou, do que que ele tinha sofrido. Daí, eu falei pra ele se ele não podia ficar no abrigo junto com a gente até os 18 anos, mas o juiz o mandou de volta para casa dele. Daí ficou eu e o Joaquim aqui, só. E o meu irmão! [termina a música].

Entrevistador: Por que você escolheu ficar no abrigo?

Jean: Não me acostumo. Não tô acostumado a morar junto com a minha mãe. Não por desobediência ou que eu não gosto dela. Eu gosto dela, mas é que eu não tenho costume normal de morar com os pais.

(...)

Entrevistador: E qual é seu sonho?

Jean: Meu sonho? Meu sonho é terminar os estudos, conseguir um trabalho bom, ter uma família, ter uma casa, meu carro e uma boa vida financeira.

Entrevistador: Deixa uma mensagem para o pessoal que estará assistindo à peça de teatro, para incentivá-los a visitar os abrigos locais e conhecer a realidade de vocês.

Jean: Vai algum dia, em algum abrigo, saber mais da vida deles antes de sair falando mal da gente!

[Acaba o vídeo e aparecem frases de incentivo para a filiação aos os programas de apadrinhamento curitibanos].

A entrevista acima foi extraída de um vídeo gravado no escopo de uma peça teatral dirigida pelo arteeducador Álvaro – que foi quem entrevistou o acolhido. Jean não fez parte da encenação da peça, porém aceitou participar da gravação que falasse sobre a realidade dos abrigos em Curitiba. O intuito dos idealizadores era dar visibilidade às vivências de jovens das periferias curitibanas que moravam em abrigos. As imagens foram produzidas no parque do rancho, o lugar mais arborizado do abrigo. Além disso, durante toda a gravação, Jean estava interagindo com Nico, um vira-lata caramelo que vivia no local. O vídeo teve a duração de 5 minutos e contou um a dramaticidade de uma música em “piano solo” no momento em que o acolhido contava da falta que sentia de Henrique, menino desacolhido.

Jean é um adolescente negro, magro e que sempre usava um boné com o capuz de seu moletom por cima. Dentre todos os meninos, ele era o mais quieto. Por mais que tenha dividido muitos momentos com ele, foram poucos os diálogos que tivemos. Além de tímido,

ele não costumava me dar abertura e interagia pouco com os educadores. Ficava sempre em silêncio e nas refeições, frequentemente se sentava nos sofás ao lado das mesas do refeitório observando o movimento ou escutando música em seus fones. Ao fim de minha pesquisa de campo me deparei com esse vídeo, o qual me causou grande surpresa. Parte de suas falas me ajudaram a compreender a forma com que ele vivia acolhimento, ou melhor, o tempo que escolheu viver em abrigos.

Apesar de pouca comunicação que tinha com educadores e técnicos, estava sempre interagindo com outros três acolhidos no abrigo. Eram eles: Glauber, seu irmão mais novo, Joaquim e Henrique. Eles formavam um grupo que tinha algumas coisas em comum: a idade entre 13 e 15 anos; haviam sido acolhidos na mesma época no abrigo, no fim do ano de 2018; e frequentavam a mesma escola. Na instituição era comum ver o estabelecimento de pequenos grupos que geralmente tinham uma faixa etária parecida, assim como diversas afinidades. A diferença desse grupo em relação aos demais era que havia um de seus integrantes que parecia não querer interagir com outros para além desse restrito núcleo de pessoas.

No vídeo, Jean narrava seu acolhimento de uma forma bastante distinta da de Brian. O primeiro enfoca no desencadeamento de situações que o fizeram escolher viver em abrigos. Após a morte de seu pai, passou a morar com a mãe e os 4 irmãos; depois disso, sua mãe teria decidido ir morar em Cascavel com suas irmãs, enquanto ele e seu irmão Glauber ficaram vivendo com seus avós. Da primeira vez que foram acolhidos, eles fugiram para a casa de seus avós, porém continuaram não frequentando a escola e até “posando na rua”. Por conta disso, as conselheiras tutelares avisaram que eles teriam que escolher: ou iriam os dois para Cascavel, ou para um abrigo. Jean afirma que a partir daí, quando ele tinha 12 anos, decidiu que *queria ficar* em um abrigo até os 18 anos, diferente de seu irmão, que tinha vontade de viver com a sua mãe. Depois dos irmãos viverem em múltiplas instituições de acolhimento, chegaram juntos no rancho.

Se o entrevistador não tivesse perguntado em quantos abrigos ele havia transitado, talvez ele não pontuasse essa questão, ao contrário de Brian, que ao narrar sua experiência de acolhimento dá destaque aos múltiplos abrigos pelos quais passou durante sua vida. Antes de tudo, os trânsitos dentre esses diversos abrigos eram uma escolha para Jean. Parece-me que a entrada no sistema de acolhimento, que se resumia em quatro anos de mudanças entre casas lares e abrigos, eram entendidas como permanência. Ele vivia em um fluxo institucional no qual ele mesmo teria elegido permanecer.

Pude participar de uma das reuniões do curso de Menores Aprendizizes, do qual fala Jean. Durante três meses, cinco adolescentes, aqueles que já tinham 15 anos, frequentavam as

aulas semanais do curso para conseguirem se alistar em estágios remunerados. Na sala de aula, haviam adolescentes de diversos abrigos de Curitiba e Jean comentou com um amigo que conhecia três pessoas que estavam naquela aula. Os outros acolhidos que assistiram às aulas não tinham tantos anos no sistema e, por isso, me disseram não conhecer ninguém. No rancho havia uma mistura entre meninos que estavam há pelo menos 4 anos no sistema e outros que viviam o primeiro acolhimento. Geralmente, em eventos como esses, era possível ver, como anteriormente sintetizei na Tabela 1 (p.39), aqueles que estavam há mais tempo circulando pelo sistema ao dar-me conta das pessoas que eles conheciam.

O tempo de sua experiência entre abrigos reflete a singularidade com que vivia o acolhimento no rancho. O sentimento associado à opção por viver em abrigos era descrito como “bom e ruim ao mesmo tempo”. A parte boa era que, viver com “eles” – aqui no sentido estrito dos acolhidos, o que não inclui os funcionários – era como “conviver com uma família”. A partir disso, Jean começa uma descrição sobre o que era a “parte ruim” de que falava e, assim, nos dá pistas sobre como os conteúdos que fazem a união dos laços de amizade entre os meninos no rancho.

Ele fala de Henrique, conhecido como Rique, um menino que compunha o grupo com o qual centralmente convivia. O adolescente estava em seu primeiro acolhimento e permaneceu somente seis meses na instituição. Ele era muito querido tanto pelos meninos menores, quanto pelos mais velhos; tinha um jeito calmo de falar e parecia saber transitar bem nas relações entre acolhidos. Quando o juiz determinou que Henrique teria que deixar o local e voltar para a casa de sua mãe, Jean e Joaquim ficaram muito abalados. Joaquim, que era mais de conversar, expressava a sua amargura de que não mais poderia viver próximo de Henrique. Jean, por ser mais introspectivo, passou a se isolar mais depois da notícia e não quis estar presente no momento em que o menino se foi.

No diálogo acima, ao descrever como Joaquim e ele se relacionavam com Henrique, o acolhido chama a atenção para aquilo que produzia esses laços: o compartilhamento de histórias de vida. Henrique teria contado histórias que os emocionou profundamente, assim como me parece que eles também tinham espaço para contarem sobre suas próprias vidas. A volta do menino para a casa de sua mãe teria trazido uma quebra com aquilo que via de sentido em estar acolhido: a troca de experiência entre pessoas que se entendem irmãos – como menciona no vídeo. Essas relações aparentavam fazer mais sentido a Jean, do que a possibilidade de voltar a viver com a sua mãe e irmãs em Cascavel.

Na tentativa de resolver a situação de Henrique, e fazer com que ele ficasse no abrigo, Jean trouxe uma solução. Teria sugerido ao seu amigo que dissesse ao juiz responsável o

deixasse também ficar no abrigo até a maioridade. No intuito de mantê-lo vivendo no abrigo, sugeriu a Rique a mesma saída que conseguiu em seu caso: a possível ida de seu irmão Glauber para a casa de sua mãe; e sua estadia no abrigo. Essa oportunidade configurava como uma exceção na jurisprudência de casos de irmãos no país. Geralmente, os juízes da Vara de Infância e Juventude acabam por optar em não separar irmãos e sequer deixá-los escolher por permanecerem no sistema de acolhimento. Isso seria devido ao tempo mínimo de dois anos de institucionalização, assim como a normativa que prevê a não separação de irmãos que estabelece o ECA (1990) (Rizzini *et al*, 2006).

Jean *queria ficar* em abrigos até seus 18 anos e desejava que Henrique também tivesse a oportunidade de optar por morar na entidade por mais tempo. Sua intenção era permanecer mais tempo próximo daquele que tinha “deixado saudades” e que era parte do que dava sentido à sua experiência de acolhimento.

A forma com que o acolhido descreve os sentidos da partida de Henrique traz outras tonalidades àquilo que pode ser a “rede de referências” (Fonseca *et al*, 2009) que se constitui a partir das diversas institucionalizações. Como Brian, Jean também provoca algum deslocamento em relação ao que emerge como uma constante na literatura sobre acolhimento. Sua rede de referência era majoritariamente composta por seus pares, já que não tinha proximidade com educadores e técnicos. Dificilmente interagia com eles, a não ser quando necessitava de algo ou em situações inevitáveis como as conversas periódicas que os acolhidos tinham com o psicólogo do abrigo. O seu morar era sentido enquanto convivía com seu pequeno núcleo de “irmãos”. Um deles sendo seu irmão de sangue, Glauber, e os outros dois acolhidos, Joaquim e Henrique.

O acolhido mostrava que seu enredamento no lugar, e no próprio sistema de acolhimento, tinha sentido desde o compartilhamento de experiências com um núcleo específico de abrigados e, no limite, com os outros meninos com quem já havia convivido nesses quatro anos. No diálogo acima, mostra como os outros acolhidos, e os funcionários, se dissolvem dentro de suas vivências. Ele diz que quando Rique foi embora, só sobraram Joaquim, Glauber e ele no rancho. Todas as outras pessoas foram apagadas, por assim dizer, e pareciam não ter um grande peso nessas vivências.

Essa forma de habitar, assim como na experiência de Brian, também coloca em xeque a discussão sobre as diferenças entre casas lares e abrigos institucionais – como mostrei no tópico 2.2.2. No que diz respeito a Brian, a sua árdua circulação entre instituições de acolhimento parecia dissolver as diferenças entre casa lar e abrigo institucional. Jean, por sua vez, coloca em xeque as discussões sobre a impessoalidade intrínseca aos abrigos

institucionais, por serem considerados lugares segregados e hierarquizados pela própria legislação vigente.

Essa associação não deve ser automática, pois não fazem jus à complexidade das configurações de tais espaços (Schuch; Fonseca, p. 139). Após o ECA (1990), a crítica às estruturas de abrigo cumpriria uma função importante. Não somente tornariam os abrigos mais estigmatizados, e menos merecedores de investimentos, como também tornariam o público usuário desses serviços mais estigmatizáveis. Enquanto que a valorização da casa lar e do cuidado de pais sociais em uma casa com no máximo 10 acolhidos seria parte da noção de família intrínseca nessas políticas (Donzelot, 1980; Schuch, 2013).

De volta ao vídeo, Jean fala sobre uma visão errada que as pessoas têm dos adolescentes que moram em abrigo, convida as pessoas que assistiam ao teatro a irem visitá-los e saberem mais de suas vidas antes de os maldizerem. Mostra que esse aparente estigma que carregam os abrigos incide em suas vivências.

Além disso, traz outro ponto de vista para essa discussão, que passa por uma forma de entender os serviços vinda dos seus próprios usuários. Ele mostra que o tempo vivido se dava nas relações com um núcleo de acolhidos, aqueles que entendia como uma família. naquele momento haviam mais 16 acolhidos e 29 funcionários, mas a quantidade de pessoas e a estrutura institucional do lugar não eram fatores produtores de uma suposta impessoalidade. Pelo contrário, o tempo do acolhimento vinculava-se a uma experiência extremamente profunda que se dava no compartilhamento de memórias de vida e que um de seus efeitos era o que definiu como falta de “costume normal de morar com os pais”. O que era residual em seu movimento era a vontade de querer ficar não somente no rancho, mas dentro do sistema de acolhimento.

3.3 MIGUEL

Esse é Miguel (Figura 5). O adolescente tem a pele negra, 17 anos e sempre usava uma correntinha dourada com uma pequena cruz, debaixo de sua camiseta. Por ocasião de minha pesquisa, era o acolhido mais antigo do rancho. Lá vivia há 3 anos e era o único adolescente que havia morado no abrigo no “tempo do Pedro”, ou melhor, viveu o fim da estadia do religioso Pedro Vieira, co-fundador do abrigo, que com eles morava. Parte da experiência de acolhimento de Miguel se deu em um contexto de liderança de Vieira, o que significava que a instituição tinha acesso diferencial a lugares e recursos, devido ao vínculo da instituição ao nome de Pedro e à sua rede.

FIGURA 5: O REENCONTRO



FONTE: Fonte confidencial (2019).

A mulher que abraçava o menino na foto é a mãe de Miguel. Por mais que conversasse com ele pelo telefone fixo do abrigo, ficou todo esse tempo sem poder encontrá-lo pessoalmente. Esse abraço se deu debaixo do teto de um teatro curitibano, em que iria estrear a peça de teatro, a mesma para a qual Jean produziu um vídeo sobre acolhimento.

Ainda que tenha passado longos anos na entidade, esse era o primeiro acolhimento de Miguel. Isto é, era um dos únicos que não tinha circulado dentro do sistema de acolhimento. Sua mãe foi quem o entregou ao acolhimento, porque ele estava sendo ameaçado em virtude

do tráfico de drogas em seu bairro. O acolhido conta que praticou um pequeno furto e o bairro em que vivia era controlado por uma facção. Esse grupo foi atrás dele para matá-lo e quem conseguiu impedir foi sua mãe, ao entregá-lo ao Conselho Tutelar da região. O menino era um dentre os dois acolhidos que chegaram no rancho pelo motivo de “ameaça de morte”.

Miguel foi retirado às pressas da convivência com sua mãe e seus dois irmãos e, segundo as resoluções judiciais de seu processo, só poderia voltar a viver com a família quando ela mudasse de endereço. Ou melhor, teria que esperar a liberação de uma casa pela Companhia de Habitação Paranaense (COHAPAR), determinado pelo juiz responsável por sua medida protetiva. De fato, em muitas de nossas conversas, ele entendia que ficaria no abrigo até a maioridade, porque não via a possibilidade de que a mudança de sua mãe fosse realmente viabilizada pelo governo do estado do Paraná.

Ao fim de uma de nossas conversas, enquanto falávamos da importância da troca de experiências para a minha pesquisa, ele falou cantarolando: “Dois replays da tua vida, não é um terço da minha infância”, referindo-se a um rap de um grupo nacional de MC’s chamado “Bonde do um Kilo” (MARTINS *et al*, 2017), que costumava escutar em sua caixinha de som. Desde aí, e não somente nessa ocasião, ele já parecia entender qual era a posição social que eu ocupava como pesquisadora. Uma mulher branca, que trabalhava para uma universidade e que vinha ao abrigo de carro. Por vezes me chamava de “boy”, se referindo a um poder aquisitivo mais alto que o dele. Mais que isso, pareceu querer me explicar que em vista de minha experiência de vida, talvez eu não tivesse repertório para entender a dele.

As semanas e os meses se passaram, e compartilhávamos muitos momentos, normalmente feito de “conversas tranquilas”, como ele mesmo propôs. De fato, o meu repertório de vida em nada se assemelhava ao dele, todavia em nossas trocas, e principalmente na observação da forma com que compartilhava com acolhidos e cuidadores, pude melhor compreender aquilo que o enredava ao abrigo. Mais que isso, pude perceber que o abraço acima foi dado por alguém que não queria mais voltar para a casa, mas que *queria ficar*.

Trago Miguel, porque sua experiência fazia emergir alguns dos conteúdos que marcavam as relações entre cuidadores e acolhidos. Por certo, a grande maioria dos acolhidos queriam ficar na instituição, porém não me atrevo aqui a generalizar ou tentar compactar aquilo que movia essas relações. Assim como Jean, os acolhidos costumavam se relacionar com um grupo menores de meninos no abrigo, geralmente marcado por faixas etárias, mas aparentemente os funcionários não se dissolviam no tempo vivido no acolhimento. Ao invés disso, eram personagens centrais na produção de relações no lugar.

Refiro-me aqui aos funcionários que tinham um contato mais próximo com as atividades ordinárias do lugar. De forma alguma faço uma separação abrupta entre esses dois tipos de trabalho, mas por meio de Miguel buscarei iluminar as relações entre meninos e cuidadores que se davam nos quartos, no refeitório, nas idas e vindas das escolas, no pátio e no parque, em detrimento das relações que se restringiam mais ao escritório do rancho, audiências judiciais e atendimentos psicológicos.

Se observamos novamente a Figura 3 (pag. 29), podemos notar que quase todos faziam um trabalho mais próximo dos acolhidos, com exceção do trio psicossocial e os arteeducadores, que vinham ao abrigo de forma esporádica. A maioria deles era formada por funcionários *antigos*, que viviam na zona rural, na mesma cidade do abrigo ou até mesmo a poucas quadras da instituição. Recebiam baixos salários – inclusive estiveram com seus salários atrasados por meses enquanto eu fazia campo – não tinham casas próprias e seus filhos frequentavam a mesmas escolas que a dos acolhidos. Como já abordado no capítulo 1, os mesmos marcadores sociais que atingem crianças e adolescentes alvos desses serviços também podem fazer parte da vida daqueles que trabalham em casas lares e abrigos institucionais, principalmente nas instituições que são geridas por órgãos privados.

Suas funções se davam de formas diversas: por lavar a roupas e entregá-las limpas para irem à escola; promover eventos beneficentes; higienizar todos os ambientes do abrigo e auxiliar os acolhidos a arrumarem seus quartos; ir atrás de consertar qualquer coisa que quebrava no rancho – desde uma mesa até a bomba d’água; acompanhar os meninos para consultas médicas, cursos e fazer visitas aos acolhidos internados em hospitais; cozinhar café da manhã, almoço, café da tarde e jantar todos os dias – com direito a bolos frescos; e, finalmente, os levar para as visitas familiares, passeios e cursos.

Os educadores sociais²⁴ tinham um lugar destacado nessa vida cotidiana, porque eram entendidos, e cobrados, como pontes entre os acolhidos e todos os outros serviços e atividades oferecidas pelo lugar. À vista disso, eles tinham que fazer com que os meninos executassem suas obrigações no rancho: tinham que verificar se os meninos entregavam suas roupas sujas à

²⁴ No documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009), estipula-se, em âmbito nacional, quais são as funções dos educadores de um abrigo institucional. São elas: cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas aos graus de desenvolvimento da criança ou adolescente); auxílio a criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; organização de fotografias e registros individuais sobre os desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar a história de vida; acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar desse acompanhamento; apoio na preparação da criança e do adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

lavanderia; se iam e voltavam da escola; averiguar se estavam limpos e se organizaram os seus quartos; entre muitas outras funções. Isso fazia com que tivessem um maior compartilhamento do tempo e dos espaços dos acolhidos, enquanto produziam o acolhimento. Afinal, uma parte central de suas funções era estarem sempre próximos deles.

As experiências singulares nos dão pistas sobre vivências mais coletivas. Seguindo as percepções que Jean mostrou ter sobre sua vida nos abrigos, pude traçar caminhos analíticos também potentes para compreendermos a experiência de Miguel: o compartilhamento de memórias de suas vidas. Os conteúdos que o adolescente costumava dividir fazia emergir histórias que ligavam o passado de acolhidos e funcionários e ocasionalmente revisitava o tempo dos *ex-meninos do rancho*.

3.3.1 Das oportunidades de viver acolhido

A roda de chimarrão após o almoço era típica dos funcionários antigos e geralmente participavam entre seis a dez pessoas. Ela acontecia sempre em três bancos, estilo os de praça, que faziam um semicírculo debaixo de um amontoado de árvores em frente ao pátio. Eram recheadas de risadas e diversas piadas entre eles; comentários sobre as práticas dos técnicos; contações de causos diversos; conselhos aos adolescentes presentes; histórias do passado do abrigo; e pontuações sobre múltiplos comportamentos e situações todos do rancho. Desde os bancos tinham uma visão ampla do abrigo, o que incluía a percepção da chegada e saída de pessoas. Assim, a própria localização da roda fazia emergir determinados assuntos.

O encontro acontecia todos os dias, sem exceção; quando chovia, a interação apenas migrava para dentro do auditório. Para me inserir mais profundamente nas relações com e dos funcionários antigos, fui aos poucos aprendendo a como poder fazer parte dessa reunião. Havia ali regras tácitas, as quais tive que aprender. Rapidamente, percebi que os técnicos não participavam da roda e quando vinham, as piadas ficavam mais controladas e todos ficavam mais contidos. O que eu não entendia de início era porquê havia acolhidos que eram mais bem-vindos que outros nesses momentos do dia.

Com o passar dos meses, pude perceber que os meninos que escolhessem participar do chimarrão, ou “do momento de descanso dos funcionários”, não podiam brigar e nem falar alto. Tampouco deveriam pedir todo o tempo o chimarrão. Tinham que esperar o momento que a cuia chegaria até eles, assim como todos os cuidadores faziam. Esperava-se que ficassem mais quietos, ou que estivessem dispostos a conversar tranquilamente. Muitas das atitudes que os acolhidos costumavam ter em seus cotidianos, ficava em suspensão naquele

momento e lugar. Aquele espaço não era deles, mas era entendido como dos funcionários. Ao acolhido que não deixava os funcionários descansarem pedia-se educadamente para que se retirasse. Quando se tratava da roda, todos os acolhidos obedeciam. Continham-se ou se retiravam.

Miguel era o único acolhido que quase sempre integrava a roda junto comigo, uma participante assídua do chimarrão. Diferente dos outros adolescentes, o menino nunca foi barrado de participar do encontro. Era o acolhido mais antigo do abrigo, e não só por isso, muito querido pelos funcionários. Não quer dizer que não produzia conflitos e sempre seguia as regras da entidade, mas os funcionários davam a Miguel um grande espaço de escuta e, em contrapartida, ele também parecia levar a sério muitas das opiniões e conselhos dos funcionários.

Foi através dele que comecei a perceber a complexidade de experiências de violência e sofrimento que eram mobilizadas no abrigo, de que forma se davam, como se entrecruzavam e quais temporalidades traziam à tona. Uso violência, como sugere Veena Das, quando sustenta que a importância de um fenômeno não depende da nossa capacidade de colocá-lo em formas proporcionais as quais podemos atribuir os valores “verdadeiro” ou “falso” (Das, 2007). Portanto, tomo como referencial a ideia de que a violência é parte constitutiva da vida dos indivíduos e não funciona como uma quebra da ordem social.

O narrar de Miguel levou-me a uma reflexão sobre o que essas experiências poderiam dizer sobre o acolhimento quando em uma das rodas, ele compartilhou um acontecimento de seu passado:

Nós fomos em uma passeata [se refere a um protesto em prol da regularização da área do bairro onde morava], que estava tendo lá no meu bairro e levamos minha cachorra. Era uma labradora, muito linda! Nossa, muito linda, eu a amava. Eu e meu irmão a treinamos para não gostar de polícia, tá ligado? Aí fudeu. Tava passando uns polícias lá, daí ela começou a latir para eles e começou a ir atrás deles, tá ligado? Daí, o policial deu um tiro com bala de borracha na boca da minha cachorra. Eu só lembro do meu desespero na hora, não consigo esquecer essa cena mano. Ela morreu na hora. O maxilar dela todo estourado, sangrando e ela lá caída no chão. Eu tava com o meu irmão, a gente tentou salvá-la, mas já estava morta. Os policias deram o tiro e saíram fora, e, dessa vez, não fizeram nada com a gente. Eu amava minha cachorra, tá ligado? (Nota de Campo, 13/03/2019).

Miguel acabava de contar uma *história dura*, como diziam muitos dos meninos e funcionários sobre as *coisas difíceis* que percebiam sobre a vida uns dos outros. Enquanto estive em campo, o acolhido compartilhou várias dessas memórias, muito mais recheadas de detalhes que a narrada acima. Embora o conteúdo dessas narrativas seja bastante revelador

sobre o que era considerado sofrimento para acolhidos e funcionários, vou me ater aqui a forma como elas eram compartilhadas e o que geravam entre os da roda.

Enquanto se passava o chimarrão, tinha-se também a oportunidade de compartilhar o sofrimento vivido. Essas rodas foram os momentos do dia que mais presenciei emergir as histórias duras, ou melhor, que percebi que muitas dessas narrativas se encontravam. A parte disso, eu frequentemente tinha contato com esses relatos mais individualmente. Miguel sentia-se à vontade para compartilhar diversos aspectos de sua vida com os funcionários. Esse compartilhar trazia percepções do acolhido sobre o tempo que vivia no acolhimento e suas memórias de sofrimento também diziam sobre o seu *querer morar* no rancho.

Em muitas de nossas conversas, ele me dizia considerar o viver na instituição como uma oportunidade. Muito no sentido daquilo que também falavam os funcionários sobre como os acolhidos deveriam viver o acolhimento. Deveriam aproveitar aquilo que o abrigo lhes propiciava, para que pudessem ter um bom futuro quando saíssem dali. Para o acolhido, junto de sua mãe nunca teria a oportunidade de ter acesso a tudo que já participava no abrigo: participar de apresentações de teatro; excursões; cursos diversos; o acesso a estágios remunerados; esportes como capoeira e vôlei; e muitas outras coisas que numerava ele.

Como morava na organização há muitos anos, Miguel pode vivenciar o tempo em que Pedro Vieira ainda vivia no lugar. Quando chegou, disse ter tentado aproveitar todas as oportunidades que o lugar proporcionava. Era visto como o “menino exemplo”, como ressaltou, e costumava apresentar o rancho em eventos nos quais Vieira dava palestras. Como o passar do tempo de acolhimento, e também com a saída do cofundador, disse que começou a sentir-se muito pressionado para ser perfeito no abrigo. Explicou-me que todos os funcionários o cobravam muito e ele sentia que não podia fazer nada errado. Foi a partir disso que começou a não mais querer ser a referência no abrigo, tampouco participar de tudo aquilo que oferecia.

Isso explica as conversas, que por vezes presenciei, de alguns funcionários dizendo a ele que era muito inteligente, que não desperdiçasse seu potencial ou que não deixasse “as oportunidades passarem”. Os funcionários antigos tinham referência do acolhido no “tempo de Pedro”. Miguel via seu período em acolhimento como uma oportunidade e alguns dos funcionários sempre o alertavam sobre como deveria voltar a se engajar, como fazia no passado. No entanto, a oportunidade do acolhimento não resumia àquilo que o menino poderia ter acesso como acolhido. Para ele, o acolhimento também era um tempo e um espaço

de livramento das múltiplas violências que vivenciou em seu bairro. Uma oportunidade, enfim, de sentir-se seguro²⁵.

Dos inúmeros relatos que o ouvi compartilhar na roda de chimarrão, muitas deles falavam de como sua vida corria perigo onde morava. Ele contava aos da roda que os seus medos e aflições, assim como as situações que teria se colocado, eram parte de um passado que não mais o poderia atingir. Morar no abrigo havia sido uma oportunidade de escapar da morte e de não ter mais que “dar seus corres”, no sentido de ter que se esforçar para ajudar sua mãe financeiramente. Oportunidade que acreditava que não perderia até completar 18 anos, pois não tinha fé que sua mãe receberia uma nova casa. Toda essa sua necessidade de narrar suas experiências dolorosas trazia à roda muitas outras vivências.

3.3.2 Encadeamento de sofrimentos

Da mesma forma com que os presentes na roda escutavam atentamente seus relatos, pareciam também quererem compartilhar alguns. Diversas das memórias de Miguel acabavam por gerar mais narrativas sobre violência e sofrimento social, produzindo o encadeamento dessas histórias. Por esse motivo optei por não dividir esse tópico em duas partes, entre as percepções dos funcionários e as dos meninos, justamente porque essas experiências estão imbricadas e só têm sentido se pensadas em como ressoam umas nas outras.

Em uma das seis vezes que me deparei com a Polícia Civil no abrigo, me dei conta de que houve um incômodo daqueles que estavam na roda. Eles vieram para fazer a escolta de algum oficial de justiça, em vista de levar algum menino para alguma audiência, ou para fazerem o internamento psiquiátrico de algum acolhido – com a ambulância do SAMU. Quando chegaram, criaram uma atmosfera de dúvida e apreensão nos presentes na roda. O que estaria fazendo a polícia no local?

Rúbia, da limpeza, começou a contar que não gostava de policiais. Disse que havia muitos “milicos” em sua família e que quando ela e seus irmãos eram pequenos, eles costumavam leva-los nas prisões como uma forma de punição e para mostrar como não deveriam se comportar. Ressaltou que apontavam para os presidiários, gritando e humilhando-os. Olhando para os polícias, Miguel começou a contar sobre uma morte que havia

²⁵ Em comunicação pessoal na reunião da ANPOCS de 2020, Carly Barbosa Machado menciona a potencialidade da categoria “exílio” para se pensar sobre as dinâmicas institucionais no âmbito de comunidades terapêuticas. A experiência de seus interlocutores mostra como esses espaços, geralmente compreendidos através do aprisionamento de corpos, acabam por serem vividos como um certo livramento dos males, das dificuldades e do sofrimento da vida. Essa é uma ideia que ressoa também em meu campo, na qual não pude me aprofundar no momento, mas que pretendo retomar nos desdobramentos futuros dessa pesquisa.

presenciado em seu bairro. Dizia que o jovem, após ter sido morto, havia sido jogado no córrego que passava perto de sua casa. Chamou a atenção dos da roda para o inchaço e os hematomas que ficaram aparentes, embora seu corpo estivesse em partes putreficado. Quando o acolhido se aproximou, percebeu ter mais de cinco tiros espalhados pelo corpo da vítima.

Ao escutar esses relatos, Tereza, da limpeza, começa sua história dizendo “a dor de perder um filho é a pior do mundo”. Contou sobre a drogadição de seu filho e de como sua família sofria com suas recaídas; disse que teve que mandá-lo morar em um terreno próximo de sua casa, porque o rapaz bebia e usava muito crack. Como têm mais duas filhas, ficava com medo de expô-las a situações violentas. Logo depois da morte de seu filho, narrou ter começado a ver uma luzinha azul na edícula onde morava. Depois, seu irmão disse também ter visto essa luzinha e afirmou que tentou se aproximar do lugar, mas que quando chegou a luz já havia se apagado. “Era o espírito do meu filho”, disse ela.

A fluidez com que essas narrativas se conectavam não se restringia somente aos relatos difíceis que escutei na roda, mas a todas aquelas que tive contato. Os conteúdos se cruzavam, fazendo emergir as mazelas da vida de todos no lugar. Moradores e cuidadores contavam suas histórias com conteúdo explícito, ou seja, evidenciavam-se os detalhes de como essas violências eram sentidas nos corpos: os gritos e humilhações dos milicos da família; as balas que abriam o corpo, que restava putreficado; o descontrole vivenciado pela drogadição de um filho e a ferida que ficava latente por tê-lo perdido.

O detalhe do sangue, o peso da arma na cabeça, o espanto com o corpo caído no chão, os espancamentos, os abusos, o câncer que havia acometido parte do corpo de alguém e os lugares escuros que algum menino havia sido trancado. Essas eram as maneiras com que meninos e cuidadores antigos do rancho narravam as memórias de sofrimento. Revelando-se como o corpo sentia tudo aquilo por meio de sons, cores, cheiros, gostos, sensações e sentimentos. Sem causar espanto, mas olhares atenciosos.

Essa forma de lidar com eventos críticos se mostra um tanto diversa do que constatou a antropóloga indiana Veena Das (2007). Em etnografia com mulheres que vivenciaram, sofreram e testemunharam grande violência em função dos processos de repartição da Índia em 1949, trata sobre as sutilezas, os silêncios e os não-ditos para revisitar eventos sociais traumáticos através do refazer do cotidiano e, com isso, reabitar o mundo. A autora discute como eventos traumáticos não ficam congelados em um passado longínquo. Pelo contrário, agem no tempo presente no sentido de ser algo que deve ser superado na prática diária de seguir a vida.

Ao trazer a análise para o ordinário da vida dessas mulheres, ações singelas como a preparação do alimento, a arrumação e limpeza dos ambientes e as relações com seus familiares, surgem como forma de comunicar silenciosamente a dor sofrida. Assim, em busca de superá-la e de tornar o cotidiano habitável: “o tempo é chamado a trabalhar a violência” (DAS, 1999, p.41). No abrigo, aquilo que parecia ser os ritmos normais da vida também estavam profundamente enraizados na violência de eventos sociais que tangenciavam a vida de todos, mas não se expressavam somente através de não-ditos, ou dos detalhes tácitos da vida cotidiana. O tempo do acolhimento proporcionava o poder compartilhar as mazelas de suas vidas com os detalhes que lhes fossem necessários. Ali existia a possibilidade e o espaço de se poder falar abertamente sobre suas dores e o narrar a violência vivida se dava na linguagem diária enquanto se falava do corpo, do sangue, da doença ou da morte. Era por meio de poder expressar suas experiências que os sujeitos teciam um ritmo de vida possível.

“Se eu não tivesse resiliência, já teria morrido de tanto coisa ruim que já aconteceu na minha vida”, desabafou Claudemir, motorista, em uma tarde de conversa comigo. No que tangia a vida dos antigos, as *coisas ruins* eram muitas e quase sempre narradas como relatos de superação: o desenvolvimento de um câncer, que voltou muitas vezes, e que quase causou a morte de um educador; múltiplos relatos sobre a drogadição de seus próprios filhos; as vivências de um educador que presenciou uma morte à queima roupa e conseguiu se salvar; problemas de fertilidade; violência intrafamiliar; e alguns relatos de falta de acesso a recursos básicos como saúde, moradia, educação e alimentação. Essas situações vinham carregadas de temáticas que também faziam parte das narrativas dos acolhidos: mortes, espancamentos, envolvimento com o tráfico de drogas, abusos sexuais, enfrentamentos com a polícia e, também, a falta de acesso a recursos básicos de sobrevivência.

Esse último me detenho um pouco mais. Como mencionei anteriormente, todo o tempo que passei em campo os funcionários tiveram seus salários atrasados. Chegaram a ficar 3 meses sem receber nada. Com isso, criaram uma rede de ajuda mútua para dar suporte a Rúbia, da limpeza. Ele teria ficado sem condições de pagar seu aluguel e comprar mantimentos para seus dois filhos e estava sem muita comida em casa. Rapidamente, os antigos se mobilizaram para pagarem uma cesta básica e arrecadarem o dinheiro do gás para o mês. Por mais que todos estivessem passando por inúmeras dificuldades de cunho financeiro, entendiam que ela estava em uma situação ainda mais grave.

Situações como essas são parte dos motivos determinantes para o acolhimento de alguns meninos do rancho. A falta de acesso a uma alimentação regular, assim como problemas de moradia, saúde e acesso à educação. Realidade por vezes vivida por muitos dos

funcionários antigos. Uso desse gancho para trazer alguns personagens também importantes para a melhor compreensão de como se dava a fluidez entre essas experiências: os ex-meninos.

Eles eram todos aqueles que já haviam vivido na instituição desde sua fundação no início dos anos 1990. Muitos dos funcionários antigos vieram trabalhar bem jovens no abrigo e fizeram parte de sua construção. Na roda de chimarrão, frequentemente alguns deles comentava sobre suas memórias sobre esses outros personagens. Por vezes, quando comentavam de situações que envolviam os adolescentes, falavam de forma a unir passado e presente. Seriam eles; teimosos; sofridos; com histórias difíceis; haviam coisas que não se podia dizer a eles; e que era necessário dá-los esperança. Narravam o tempo presente como cíclico, em que não existia uma real marcação de quem eram os meninos atuais e os antigos. Suas histórias de vida pareciam se perpetuar e se encontrarem no tempo, através da vida dos funcionários antigos.

Na roda de chimarrão, ao escutarem as experiências compartilhadas por Miguel, os funcionários pareciam estar acostumados com aqueles relatos e o sofrimento que vinha junto a elas. Escutei por inúmeras alguns dos antigos dizendo: “Esses meninos tem pouca idade, mas já viveram muita coisa. Mais do que muita gente aqui”. Se essa visão parecia imperar dentro os antigos, o mais interessante é notarmos que ela não se restringia a eles. Muitos deles, incluindo Miguel, também se referiam aos antigos como pessoas sofridas, necessitadas e que precisavam de ajuda. Para eles, e em vista da profundidade da troca que ocorria nas vivências do acolher e ser acolhido, os cuidadores antigos também tinham *histórias duras*. Mais que isso, essas tramas de vida pareciam conectá-los.

Para um desavisado, como os visitantes que apareciam de domingo para fazer doações ao abrigo, o foco era no quão difíceis eram a vida dos meninos acolhidos pela instituição. Era comum vê-los conversando com os antigos, em vista de melhor compreenderem as causas que levaram alguns adolescentes a morarem no lugar. Mal imaginavam que aquilo que tocava a vida de Miguel, e de muitos outros acolhidos, ressoava fortemente nas vidas dos próprios funcionários com os quais estavam papeando. Somente por meio do trabalho etnográfico é que me foi possível perceber haverem ali dificuldades e violências compartilhadas que acabavam por produzir a própria experiência de acolhimento.

Olhar para o acolhimento pela lente das experiências desses três meninos nos trouxe distintas qualidades distintas do *morar* na produção de múltiplas agências, gradações de seus

sentimentos, (des)encontros de tempos junto de seus enredamentos aos moveres dos sistemas, desejados ou não. De forma simultânea, vimos também diferentes tonalidades do tempo vivido no acolhimento que nos permitiu enxergar ressonâncias entre instituições e políticas públicas. Sobre os sentidos do acolhimento, vimos que o compartilhamento seja ele de histórias, memórias ou sofrimento se fez potente para a compreensão dos impactos dessa experiência na vida de meninos e *antigos*. E, por último, todas essas diferentes formas de habitar nos fizeram refletir sobre os múltiplos desafios que cada caso pode gerar para os serviços de acolhimento.

As tentativas de controle institucional, ou disciplinamentos dos cuidadores, aparecem de modo mais tímido nas linhas e entrelinhas desse capítulo. Contudo, seus desdobramentos, e não somente eles, fazem um entrelaçamento dos casos apresentados com os de Gustavinho e Douglas, os quais trarei a seguir. Neles, é Cristina, assistente social do rancho, quem me permite ver o sistema socioassistencial em andamento, e, assim, consigo olhar mais de perto para instituições e agentes. Ao partir desses arranjos relacionais que a envolvem, reencontramos muitas das temáticas que permearam o presente capítulo, porém, ao inverter-se o ponto de partida, alteram-se também as percepções e vivências daquilo pode ser a experiência, agora nessas próximas tramas, do acolher.

4 FUGIR

Neste capítulo reflito sobre como o movimento das fugas no rancho iluminam as práticas de cuidado dos técnicos e educadores relacionadas à experiência de acolher. Se anteriormente trabalhei a maneira com que os acolhidos compreendiam esses serviços, nesse capítulo volto meu olhar para situações que permitem vislumbrar como alguns dos funcionários, em suas relações com os acolhidos, produziam cuidado na instituição e como se articulavam com outros atores que compõem o sistema de acolhimento. Entrei em contato com cinco episódios de fugas no abrigo, mas foi a de Gustavinho que me levou a perceber que se eu comparasse duas situações de evasão, em específico, conseguiria enxergar, em um jogo de luz e sombra, o que envolvia a experiência do acolhimento.

Analiso os arranjos que compuseram a fuga de Gustavo e a de Douglas e como revelavam diversos entrecruzamentos entre normas jurídicas, instituições, noções de atendimento e a produção de sujeitos. Essas relações mostram também quando e como os casos dos meninos se tornam desafiantes para a possibilidade de articulação dos cuidadores, de acordo com a posição que ocupavam nesse cuidado.

Dessa forma, por meio da análise das circulações (Fonseca, 1995; Gregori, 2000) que eram parte da vida desses meninos, mostro como se sentiam esses movimentos no abrigo, ou seja, como por meio das fugas podemos notar circularidades que incidem no modo com que se vivia o acolhimento. Esses moveres faziam emergir uma multiplicidade de maneiras de cuidar, de se entender esse trabalho que iluminavam, também, a diferença entre os próprios cuidadores (Bustamente; Mccallum, 2014). Perseguir essas nuances nas vivências de acolhimento resvala numa discussão sobre cuidado e que nos ajuda a perceber esses diferentes agentes em relação.

Na primeira seção trago a fuga de Gustavinho para pensar como as suas *passagens* pelo abrigo, assim como os esforços por *resgatá-lo*, produziam distintos cuidados que se relacionavam com o acesso diferencial que certos cuidadores tinham aos outros lugares que *passava*, e também como esse cuidado se tornava possível nos mecanismos do sistema de acolhimento, mesmo que não morasse no rancho. Aponto também para como a presença do menino no abrigo fazia emergir práticas de gerenciamento de seu corpo.

Na segunda seção apresento como Douglas, acolhido e morador do abrigo, se relacionava com os funcionários e demais meninos e como suas atitudes eram compreendidas por eles. Com isso, aos poucos, vou compondo a trama de sua fuga e mostro como o acolhido se tornou um desafio para o abrigo. Ao final, e com o apoio de três relatórios institucionais,

discuto como o “uso de drogas” dos dois meninos eram entendidos pelos cuidadores e como essas noções complexificavam as práticas de internamento psiquiátrico e a própria noção de acolhimento.

4.1 GUSTAVO

Era começo do mês de fevereiro e havia pouco tempo que eu tinha conseguido um quarto no rancho para passar uns dias por semana convivendo com os meninos. Cristina, assistente social na época, me viu do lado da escada que dá para a cozinha e fez um movimento com a mão me chamando para sentar perto dela.

Cristina: Menina, você não conhece o Gustavinho, né? Ele fugiu antes de você chegar. É menino antigo do rancho. Ele tem 17 anos, mas desde os 8 anos de idade mora no rancho e na rua. Quando a gente consegue resgatar, ele foge de novo para rua.

Aline: Cris, por que que ele tá toda hora fugindo?

Cristina: Pois é, ele foge pro centro de Curitiba. É viciado em crack. Ele já tem várias passagens por aqui. Vem para cá, fica em abstinência e depois foge. Aqui é tudo aberto, não tem como a gente impedir!

Aline: Alguém do rancho tem ideia de onde ele tá?

Cristina: Então, da última vez que ele fugiu foi a pior, guria. Eu o levei pro centro de Curitiba para depor contra um policial [aqui ela se refere à Guarda Municipal que atua no centro de Curitiba] que tinha dado uma surra nele e jurado ele de morte. Depois do depoimento ele fugiu de mim [cabisbaixa e com um tom de voz triste me explicou]. Mesmo eu sendo nova aqui [havia sido contratada há pouco mais de 3 meses] todo mundo sabe que eu luto por ele. Todos os funcionários sabem que ele é meu queridinho. Tô travando uma briga aqui com o coordenador para a gente conseguir resgatar ele. Mandeí até o Claudemir [motorista] com a Kombi para ver se traz ele de volta. (Nota de Campo, março de 2019).

Essa foi uma das primeiras conversas que tive com Cristina e versava sobre um evento que movia muitos ânimos na instituição: as fugas dos meninos. Cristina, há pouco contratada²⁶, era a pessoa que demonstrava maior aflição com aquela fuga do abrigo. Antes, Gustavinho – um adolescente negro provindo de um bairro da periferia de Curitiba, menino antigo da instituição que há quase 10 anos passava por lá e que, segundo Cristina, devido à adicção ao crack sempre por voltar a morar na rua – já tinha fugido dela no centro de Curitiba, depois de prestar depoimento contra um policial que inúmeras vezes o violentou fisicamente. Apesar de Cristina dizer ter implorado ao menino para que não fosse depor, ele insistiu em

²⁶ Diante dos diálogos com Cristina, e do conteúdo do PIA de Gustavo, tracei uma linha temporal dos encontros entre Cris e Gustavinho. Eles se conheceram no final do ano de 2018 (pouco tempo antes de eu iniciar a minha pesquisa), quando ela foi contratada e ele fazia uma de suas passagens pelo abrigo. Logo aí, ela o convenceu a se internar porque a técnica valorizava o tratamento hospitalar para que se recuperasse do vício. Nesta primeira ocasião, não houve necessidade de envolver nem o SAMU e nem o Conselho Tutelar.

fazê-lo. Em seus inúmeros desabafos comigo sobre o adolescente, sempre ressaltava a agonia que sentia pelo medo que Gustavinho morresse subitamente.

Conheci Gustavo bem antes de vê-lo pessoalmente, através de comentários a seu respeito feitos por técnicos e funcionários antigos que conheciam o menino de longa data, mas também pelas perambulâncias registradas em seu PIA. Ao colocar minhas mãos nesses documentos que compunham sua pasta, percebi mais claramente aqueles movimentos mencionados por Jurandir, educador antigo, em uma tarde de conversa na qual descreveu o vai-e-vem do menino. Sua pasta era a maior do arquivo dos acolhidos localizado no escritório da Equipe. Um calhamaço de papéis de múltiplos tamanhos, formatos e cores, tão grande que chegava a ser quase dez vezes maior do que a de qualquer outro abrigado. Estava cheia de PIAs antigos, Boletins de Ocorrência (B.Os), exames médicos e laudos de hospitais psiquiátricos.

Gustavo tinha 17 anos e as relações com coordenadores, educadores e assistentes sociais seguiam uma linha temporal muito maior do que a de qualquer outro acolhido: os demais tinham, em média, 6 meses morando no lugar. Por mais que Gustavinho estivesse há muito tempo no sistema de acolhimento, o único abrigo pelo qual *passou* foi o rancho, segundo a documentação que consultei. Lá, definitivamente, era um ponto estável, que produzia uma espécie de congelamento, mesmo que provisório, de sua circulação. Eram inúmeras as evidências materiais de seu movimento dentro do sistema. Seus ires e vires eram tantos, assim como a multiplicidade de documentos, que me foi impossível traçar os tempos exatos em que ele passava em cada um dos lugares – o que também constatou Taniele Rui (2010; 2014) sobre as fichas institucionais de adolescentes nas ruas, o uso de crack e a inconstância das próprias políticas públicas voltadas a essa população.

Se o rancho era o único abrigo que fazia parte de suas passagens, não era ela a única instituição. Quando habitava os hospitais psiquiátricos, o tempo que passava nessas instituições de saúde também parecia ser central de produção de sua experiência de vida. Tão logo terminava sua estadia era trazido diretamente para o abrigo e, assim, variando entre dias a no máximo dois meses, voltava a fugir novamente para as ruas e, eventualmente, para a casa de sua mãe.

Gustavinho estava legalmente sob responsabilidade da organização, ou seja, era entendido como um acolhido que havia evadido. Sua circulação atrelava casa, rua e instituições, algo já descrito por Gregori (2000) ao dar qualidade à experiência de meninos denominados de rua no centro da cidade de São Paulo. Esse movimento consistiria em constantemente chegar e sair, não apenas de espaços, mas também, e sobretudo, de relações.

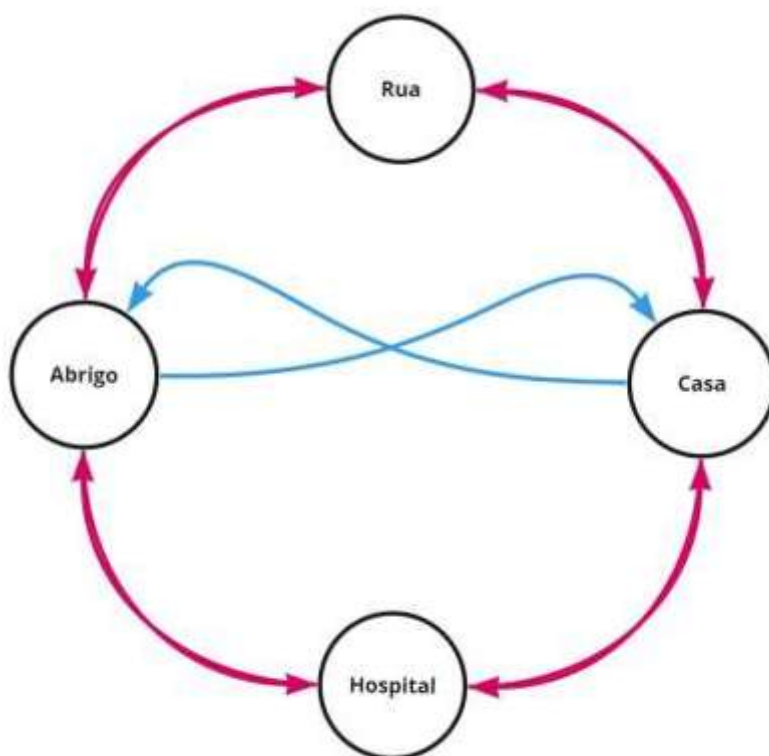
Os lugares onde esses meninos habitavam não se produziram de forma excludente, como também notou a autora:

Esse ir-e-vir, além de ser sinônimo de liberdade [como mostra a autora sobre as narrativas dos meninos sobre o viver na rua], não elimina de maneira definitiva nem a casa e nem a rua, nem as instituições onde os meninos procuram apoio e proteção. Faz parte do “estar na rua” ir para casa de vez em quando, seja para ajudar a família (levar dinheiro), seja para exibir melhora de vida [...], seja para “dar um tempo” ou para pedir ajuda. Por sua vez, a família procura a criança de rua para ter notícias, para pedir dinheiro ou outro tipo de ajuda [...]. Nesse sentido, tanto as famílias de origem, quanto os jovens de rua, contam com certo deslocamento mútuo, mas este não inviabiliza a permanência ou a realização de suas relações (Gregori, 2000, p.95).

Esse constante “ir-e-vir” estava também presente no modo com que Gustavo produzia o seu viver, movimento que, visto desde o abrigo, era denominado por Cristina de *continuar fugindo*. O menino vivia por entre fugas, *resgates* e internamentos. Seus moveres se aproximavam daquilo que narra Gregori, e se afastavam da forma com que se davam as circulações no caso abordado por Fonseca (1995). Para a autora, embora as fugas fossem uma possibilidade inscrita nas dinâmicas observadas em seu campo de pesquisa, geralmente não eram muito acionadas.

A Figura 6 ilustra como se davam os moveres do acolhido:

FIGURA 6: OS MOVERES DE GUSTAVINHO



FONTE: Cadernos de campo e PIAs de Gustavo (2019). Elaboração da autora.

Como vemos acima, o *continuar fugindo* do menino se dava em circuitos em que, independente do ponto onde começava, fazia o fluxo entre a rua, os hospitais psiquiátricos, o abrigo e a casa de sua mãe. Pelo que mostra sua pasta – e apontado também por Cristina – sua casa parecia não ser um destino tão frequente à época em que o conheci, porque no ano anterior foi ameaçado de morte em seu bairro.

Outro aspecto de seus caminhos de vida é que não havia espaço para estradas diretas entre a rua e o hospital. Como mostro no diagrama, as idas a esses lugares dependiam do intermédio da casa de sua mãe ou do abrigo. Haja vista que as passagens por sua residência se fizeram mais curtas nos últimos anos, o abrigo se tornava um ponto de articulação entre rua e hospital. O rancho, por sua vez, tornava-se um nó na produção de partidas em que fugas levavam às ruas e internamentos aos hospitais. Ele vivia um constante passar entre espaços e relações, e o abrigo era como um ponto no qual tomava impulso, ou era impulsionado, para a próxima partida. Essa era a forma com que Gustavo vivia o acolhimento. Suas fugas intermitentes geravam múltiplos efeitos no abrigo.

4.1.1 Ao resgate

A princípio, Cristina e Marcelo, coordenador do abrigo à época da referida fuga, manejaram a situação da evasão de Gustavo de forma a não *envolver* os órgãos do SGDCA. Essa era a maneira com que geriram a maioria das fugas, porém, com o passar dos dias do acontecido, resolveram acionar o Conselho Tutelar. Com respaldo legal (ECA, art.91, inciso I), a Equipe Técnica e o coordenador do abrigo têm o poder e dever de avaliar a complexidade da fuga e decidir por envolver, ou não, os órgãos responsáveis. As fugas que gerassem uma percepção de perigo iminente para os meninos deveriam ser relatadas ao Conselho Tutelar; do contrário, o coordenador e os técnicos do abrigo seriam os responsáveis por lidar com a situação localmente. Em vista disso, a Guarda Municipal do centro de Curitiba e o Conselho, assim como a madrinha afetiva²⁷ do acolhido, já estavam envolvidos na busca pelo menino.

No início desse capítulo mencionei que a assistente social se referiu à *luta* que travava pelo menino. Ela apontava para uma briga que teve com Marcelo, que era da opinião de que o abrigo já havia disponibilizado todos os recursos possíveis para trazer o acolhido de volta e que, após acionar o Conselho Tutelar, não havia mais muito mais o que se fazer. Para ele, enviar o motorista Claudemir com a Kombi atrás do menino no centro da cidade seria uma

²⁷ Existem programas municipais em que crianças e adolescentes acolhidos são “apadrinhados” por uma pessoa, ou casal, que deseja dar algum tipo de apoio para eles. Podem proporcioná-los desde bens materiais, passeios até passarem datas comemorativas com os acolhidos (Ministério Público do Paraná, 2019).

ação que, além de pouco efetiva para a solução da ocorrência, prejudicaria a locomoção cotidiana dos demais adolescentes sob a tutela do abrigo. Cristina não pensava da mesma forma e, em nossas conversas diárias, me mostrava que sua *luta* tinha relação com um constante enfrentamento sobre como a situação deveria ser conduzida, tendo em vista os próprios atores do sistema de acolhimento. A assistente social conseguiu que, por inúmeras vezes, o motorista fosse até o centro de Curitiba em busca de Gustavinho. Mais que isso: Claudemir o encontrou, efetivamente. Gustavinho, contudo, se negava a voltar e sempre que o motorista voltava ao lugar sem o menino, Cris se frustrava com essas tentativas que pareciam em vão e reiterava o seu medo de que o menino morresse.

Ocupando posições distintas dentro do arranjo de relações que sustentam as práticas de acolhimento no abrigo, a assistente social e o coordenador operavam com noções de acolhimento nem sempre convergentes. A experiência de Gustavo ilumina, assim, os diferentes pesos que cada qual deu ao acontecimento. Marcelo, como coordenador, tinha funções²⁸ que demandavam pouco contato direto com os acolhidos, sendo sua atribuição central intermediar as relações do abrigo com os outros órgãos que compõem o SGDCA. A partir de sua experiência, considerava que o melhor a fazer seria deixar a solução dessa situação a cargo das instituições responsáveis como o Conselho Tutelar e a Guarda Municipal. Já não havia muito o que fazer, já que aquilo que o ECA (1990) prevê havia sido feito: haviam *encaminhado o caso*.

No abrigo, Cristina e Marcelo demonstravam entender o encaminhamento de formas diferentes – mas não exatamente como percebiam os interlocutores de Munhoz (2013)²⁹. Os dois técnicos respondiam a normativas, e também trabalhavam com medidas judiciais no caso de Gustavinho, porém não se empenhavam em conseguir um encaminhamento. Pelo contrário, o problema já estava nas mãos de outros órgãos e disputavam, justamente, como essa ação deveria ser manejada nos serviços prestados pelo abrigo.

Seguir tentando *resgatar* o menino, nos termos de Cristina, estava diretamente ligado ao fato dela não acreditar que mobilizar os recursos disponíveis, nessa situação, a Kombi,

²⁸No documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009), estipula-se, em âmbito nacional, quais são as funções do coordenador de um abrigo institucional. São elas: Gestão da entidade; Elaboração, em conjunto com a Equipe Técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; Organização da seleção e contratação do pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Articulação com as redes de serviços; Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

²⁹ Em sua etnografia em um núcleo de atendimento a adolescentes autores de práticas infracionais em São Paulo, Sara Munhoz (2013) investiga como a definição de atendimento deve ser negociada a todo tempo com os outros atores socioassistenciais e que a escrita e interpretação de documentos são instrumentos para isso. Dessa maneira, demonstra como são feitos e o que produziram os “encaminhamentos” (p.70) nessa instituição. Essas ações se dariam em vista de demonstrarem à juíza que os adolescentes estavam com boas frequências na escola, em cursos profissionalizantes e compareciam às reuniões do CAPSI para o tratamento de drogadição.

fosse produzir a precarização dos serviços de acolhimento para os outros abrigados enquanto que, para Marcelo, a luta de Cristina punha a própria qualidade do acolhimento em xeque. Para ele, contanto que outras instituições estivessem envolvidas no resgate, o gerenciamento do risco da morte iminente do menino já não era mais responsabilidade da entidade. Ademais, a mobilidade dos acolhidos era um recurso coletivo que não poderia ser tocado em prol de um caso isolado.

O posicionamento de Cristina, como assistente social³⁰, lhe dava a possibilidade de agir de outra forma. Ela trafegava por entre diversas relações que compunham a vida de Gustavinho, às quais o coordenador não tinha acesso direto. O contato que a técnica mantinha com a madrinha afetiva do adolescente era parte de um serviço socioassistencial voluntário, o apadrinhamento afetivo, que também vinha no sentido de dar suporte à reintegração familiar, isto é, a madrinha era quem desempenhava o papel legal de dar suporte emocional ao acolhido enquanto a volta à sua casa ainda não era possível. O acesso diferencial que a assistente social tinha aos atores que compunham casa, rua e hospital era central para aquilo que compreendia como parte dos serviços de acolhimento.

Para a assistente social, o acionamento do C.T e da Guarda Municipal veio no sentido de incluir mais atores sociais que aparelhassem as suas tentativas de resgate do acolhido. O encaminhamento para ela viria como uma forma de agregar recursos à sua luta. Por entender que essas duas instituições não conseguiam obter informações sobre os trânsitos do menino, ela mesma se encarregava disso ao contactar a madrinha afetiva do acolhido, como mostrarei no tópico a seguir. Para a técnica, essa situação engendrava riscos diferentes daqueles que apontavam Marcelo. A técnica fazia um equacionamento distinto dessa situação.

A utilização do recurso do transporte em prol de Gustavinho não representava um problema para ela. O risco da falta temporária de mobilidade de alguns moradores não era

³⁰ No documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009), estipula-se, em âmbito nacional, quais são as funções da Equipe Técnica de um abrigo institucional. São elas: Elaboração, em conjunto com a/o coordenador e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com visitas a reintegração familiar; Apoio da seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes na forma de prontuário individual; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público sobre de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança apontando: i. possibilidade de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para a adoção; Preparação da criança/adolescente para o desligamento (em parceria com a/o cuidador/educador de referência); Mediação, em parceria com a/o cuidador/educador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva.

comparável ao risco da morte do menino na rua. Aparentemente, por ter uma relação de proximidade com aquele que chamava de “meu queridinho”, a assistente social se via no dever de sensibilizar os atores envolvidos em seu resgate. Por esse motivo, devido ao lugar que ocupava dentro do próprio sistema de acolhimento, seu encaminhar se ligava a mobilizar recursos desde o abrigo e fazer com que as informações certas chegassem ao Conselho Tutelar para que, finalmente, trouxessem o menino de volta ao abrigo. Para ela, o cuidado do acolhimento viria como um esforço de impulsionamento de outros atores para que, por meio dos recursos de transporte do abrigo ou das conselheiras tutelares, o acolhido fosse resgatado, mas não só isso.

4.1.2 Atenção aos moveres

Segundo Cristina, e também o que pude ler no PIA do menino, Gustavo tinha uma relação próxima com sua madrinha afetiva, a qual a técnica descrevia como um anjo, uma pessoa maravilhosa. Como mencionei, era justamente através dessa mulher que a assistente social se mantinha atualizada sobre o paradeiro do menino. Desde quando ele fugiu, a técnica sabia que estava no centro porque sua madrinha – que já o havia acolhido emergencialmente em sua casa devido à ameaça de morte que tinha sofrido de um policial da guarda municipal no fim de 2018 – a mantinha informada.

Em uma tarde de bate-papo, a assistente social me explicou quais eram os mecanismos que a madrinha do menino utilizava para munir-se de informações precisas e concretas sobre os moveres do acolhido. “Menina, ela foi lá e falou com o pessoal da rua, porque na polícia não dá para confiar, né? Então, aí um povo lá da rua que conhece o Gustavinho falou que ele tinha que ir embora de lá rápido, senão já era para ele (no sentido que iria morrer)”, me explicou ela. Assim, em nossas conversas, sempre me atualizava sobre aquilo que a madrinha dele transmitia de informação: teriam visto o menino com um adulto mais velho, ou que estava dormindo em algum beco ou mesmo que pedia comida em uma zona específica do centro da cidade.

A madrinha do acolhido mantinha uma intensa comunicação com a mãe e a irmã do acolhido, das quais não tenho muita informação. Estava, assim como a técnica, sempre em contato com os órgãos do SGDCA para garantir que quando o adolescente passasse pela rua, não sofresse nenhum dano. Aparentemente, sua mãe assegurava que sua madrinha estivesse informada sobre os deslocamentos do menino quando ele passava por sua casa e se munia de informações sobre as andanças do acolhido pelas ruas do centro.

A partir da interação entre essas três mulheres criou-se um sistema de trocas (Mauss, [1925] 2003) que produziram aliança e comunhão sob a forma de um cuidado compartilhado para com o acolhido. Uma aflição em especial parecia ser o motor dessas trocas. Sublinho que, ao acompanharem e agirem em relação aos moveres do menino acolhido, acabavam por serem parte da experiência de acolhimento que vivia ele. Integravam, portanto, o próprio serviço de acolhimento.

De dentro do abrigo, Cristina também mantinha contato com a mãe de Gustavo por telefone, assim como fazia visitas técnicas à sua casa. A assistente social era um dos elos entre a família do adolescente e instituições promotoras de políticas públicas de moradia, saúde, educação, entre outras. Eu não pude estar com ela em nenhuma dessas visitas, e tampouco tive acesso aos pareceres técnicos frutos de seus encontros com essa parentela, porém de um olhar desde o abrigo pude notar proximidades em sua relação com a família do menino e também pude observar a relação de aliança estabelecida entre a assistente social e a madrinha.

Cristina e a madrinha estavam estrategicamente posicionadas de forma a conseguirem observar os moveres do menino enquanto circulava: a primeira desde o abrigo e a segunda com acesso à rua. No abrigo, a técnica cuidava do acolhido através das tentativas de resgate e também de esforços em relação a sua higiene, como veremos adiante. Desde a rua, a madrinha seguia os cursos do menino. O falar com o pessoal da rua de sua madrinha era assertivo e aparelhava a assistente social para o próximo passo que esta deveria dar. Gerava, portanto, um cuidado que seguia, para depois poder informar.

Em vista de criarem uma solução viável para que Gustavinho voltasse ao abrigo, duas qualidades complementares de cuidado se uniam: a do resgate e o que angariava informações na rua. Como apontei, ele não ia ao hospital se não passasse pela rua ou casa. Por mais que, não era tão comum que passasse por sua casa, elas sabiam que o menino mantinha contato com sua família. O contato com sua mãe era importante para garantir que não perdessem nenhum de seus movimentos.

A mãe do acolhido entrava como uma fonte de observação e informação a que nenhuma das outras duas teriam acesso, pelo que comentou Cristina. O bairro em que Gustavo se criou seria muito afastado do centro de Curitiba e também do abrigo, pelo menos uma hora e meia de ônibus, o que impossibilitava que as duas estivessem mais próximas do menino quando estava em sua casa. Tendo a mãe biológica de Gustavinho como aliada, recebiam informações do que fazia enquanto passava e poderiam estar atentas à qual seria o seu próximo destino.

Aqui, o movimento de vida de Gustavo pode ser aproximado ao de Júlio, interlocutor de Gregori (2000) e também adolescente que passava pelas ruas e fazia um “ping-pong casa - rua – instituições” (p.88). Em sua pesquisa, o afastamento do núcleo familiar não ocorreria de imediato, nem de maneira definitiva, e os meninos levavam um bom tempo nesse movimento até que ficassem mais enlaçados às ruas e instituições. As vivências das quais trato aqui, nos mostram algo a mais: a mãe do acolhido como uma agente importante para a produção do acolhimento de seu filho.

As visitas técnicas à mãe do menino faziam parte das atribuições que tinha como assistente social: a checagem da condição de vida das famílias dos acolhidos³¹. Ao atuar nessa função, Cristina deveria viabilizar a reintegração familiar do menino. No escopo do desenvolvimento dessas obrigações legais por parte das duas mulheres, em que a técnica checava e a mãe do acolhido respondia a essas conferências legais, produziu-se uma relação de proximidade entre as duas mulheres. Essa peculiaridade na relação entre pais e a técnica parecia não ser tão usual, como exponho mais à frente ao tratar de Douglas, mesmo porque dependia também das possibilidades e do interesse que os responsáveis – em sua maioria mães e avós – tinham de manter esse engajamento.

Existia uma aflição que entrelaçava os cuidados de Cristina, os da madrinha afetiva do acolhido e, aparentemente, os da mãe do menino. Há pelo menos 5 anos ele fazia o mesmo movimento de circulação (Figura 6, p.95) e, nesse tempo, também se viciou em crack e passou a colocar-se em situações de risco em muitos dos lugares por que caminhava. Essa aflição por sua potencial morte fazia com que, desde suas respectivas posições, essas três mulheres observassem os cursos do acolhido e tomassem as atitudes que achassem necessárias para a continuação de sua(s) vida(s). As fugas constantes poderiam gerar a morte de Gustavinho e, paradoxalmente, tinham a potência e vitalidade de gerar a vida de todos envolvidos nesse cuidado. Era um cuidado que, ao mobilizar mulheres em constante troca – resgate, falar com o pessoal, visitar, observar seus cursos, entre outros – prezava pela existência do menino.

³¹ Eva Scheliga (2011), em uma etnografia sobre os agentes e práticas assistenciais de evangélicos brasileiros, faz o exercício de delinear as mudanças de sentido que sofreram as categorias “caridade”, “assistência social” e “ação social”, em vista de melhor compreender as práticas contemporâneas de assistência. Através de estudos socioantropológicos, traça o desencadeamento de eventos históricos – de início europeus e depois no contexto brasileiro –, ao demonstrar como essas categorias acabam por se produzirem mutuamente. A autora demonstra como os termos caridade e assistência trazem consigo práticas morais envolvendo a avaliação dos “verdadeiramente pobres” e a criminalização estatal da “vagabundagem”, indissociáveis de tecnologias que buscam “conferir in loco” as condições de vulnerabilidade social a fim de determinar se e como o direito ao auxílio social deve ser efetivado. Assim, a “visitação aos pobres” e o escrutínio da vida doméstica acabaram por se inscrever como práticas centrais da assistência social na modernidade. A este respeito ver também Laura Zapata (2004, 2005)

O cuidado que produziam juntas se tornava possível nos próprios mecanismos do sistema de acolhimento, haja vista que a família, a assistente social e a madrinha afetiva são atores previstos dentro das normativas dos serviços prestados pelo abrigo. Diante de tamanha eficácia desse tríptico cuidado³² é inevitável pensarmos as consequências da quebra desse sistema de obrigações por algumas das partes. É evidente que o risco de não mobilizar esforços em prol de Gustavo poderia acabar em uma situação extrema e, claramente, esses laços de cuidado demonstravam que as mulheres não estavam dispostas a correr esse risco.

Por mais que o movimento do acolhido fosse uma exceção diante da experiência dos outros meninos, como veremos no tópico 4.2, ele ainda cabia dentro das lógicas dos atores previstos por lei. Esse cuidado intrinsecamente feminino³³ era a forma com que Gustavinho vivia o acolhimento. Se múltiplos esforços de acolher são vistos e produzidos enquanto Gustavo estava fora do abrigo, é importante percebermos seus conteúdos para dentro.

4.1.3 Um corpo fugidio

Em uma tarde de fevereiro de 2019, Gustavinho voltou para o rancho acompanhado pelo Conselho Tutelar. No outro dia, já na hora do almoço, escutei funcionários e meninos comentando sobre a presença do menino alto, de pele negra, com os cabelos encaracolados bem rentes à cabeça e dono de um rosto tímido que raramente voltava seu olhar para o horizonte e parecia estar sempre agitado. Alguns funcionários demonstravam preocupação por sua abstinência. “Ele tá meio paranoico”, disse um educador para outro. Dois meninos falavam em tom de voz baixa que ele estava na *fissura* – falavam de uma vontade constante de Gustavo de usar crack – e que não iria aguentar ficar no abrigo.

Dois dias depois de sua chegada, Jandira, técnica pedagoga, e eu, estávamos na cozinha conversando com um educador. Escutamos o barulho das passadas dos meninos

³²Não entendo esse trio de relações como um engajamento voluntário, ou mesmo desinteressado, mas que ali existiam muitas outras expectativas, normas e compromissos em jogo. Devido a minha falta de proximidade com a madrinha afetiva e a mãe de Gustavo, escolhi me concentrar na compreensão dos efeitos dessa interação em termos de cuidado com o acolhido e detendo-me mais aos dados que tive acesso no abrigo.

³³ No limite, esse cuidado era um tipo de serviço estatal. São mulheres, pouco remuneradas ou em trabalhos voluntários, que trabalham com poucos recursos e se colocam em situações de risco para fazerem viáveis suas funções. Veem constantemente seus trabalhos precarizados em que o próprio estado é produtor de funções em que o gênero feminino é previsto – como a madrinha afetiva. São posições em que se prevê uma produção de laços considerada intrínseca ao ser mulher. Esse mesmo recorte de gênero também pode ser visto dentro do campo de estudos antropológicos sobre mulheres e o trabalho do cuidado. Eles descrevem a relação do gênero feminino com trabalhos assistenciais voltados ao papel de mãe e o essencialismo que se gera a partir da contratação de mulheres para ocuparem vagas de trabalho que envolvem a necessidade de criação de vínculos afetivos. Cria-se uma forma de gerenciamento estatal ou de Organizações Não Governamentais (ONGs) que contratam essa mão-de-obra e, ao mesmo tempo, reforçam desigualdades de gênero, classe e raça – Molinier (2012; 2014) e Sorj (2014; 2016).

correndo para o pátio para ver os policiais e a ambulância do SAMU que haviam chegado para fazer o internamento de Gustavinho. Perguntei para a pedagoga quais foram os motivos que levaram a Equipe Técnica a optar por essa decisão. Ela sublinhou que “nosso maior medo era outra fuga para a rua”, ao falar em nome dos técnicos.

Ele percebeu o movimento e fugiu para dentro da mata que contornava o local. Os policiais não demonstravam vontade de ir a procura do menino, mas com a insistência de Cris buscaram-no um pouco – munidos de uma arma de choque – pelos arredores do lugar. Sem demora, foram embora. Poucos minutos depois Gustavinho reapareceu. Imediatamente, Cristina, enfurecida, o chamou para uma conversa no seu escritório. Eu e Jurandir, educador antigo, o acompanhamos.

Cristina: Você viu o que você fez? De novo. Você fugiu da internação. De novo! Você fugiu de mim no centro. De novo! O que que você quer, que eu não tô entendendo? Você estava tão bem no internamento, Gustavo. Tão gordo, bonito. A gente faz tudo para você aqui, mas eu tô cansada. Me diz o que você quer!?

Gustavo: Eu quero ficar aqui no rancho. Eu vou melhorar Cris, eu quero melhorar.

Cristina: Quer saber? Vou levar você de volta para sua mãe.

Gustavo: Pode levar. Leva. Eu vou! [mexia suas pernas de um lado para o outro, com um olhar fixo no chão]

Cristina: Levar o que, Gustavinho? Você sabe que se você chegar lá, te matam. Você tá jurado de morte lá, você sabe. Na rua também, você só está vivo porque eu tento te proteger. E porque você tem uma madrinha que é um anjo. O Conselho Tutelar estava te procurando feito louco. Você vê? Eu luto por você. (...) Para ter você aqui com a gente. Se você quer ir embora pode ir, mas vai sozinho. Gustavo, falaram pra sua madrinha que você tinha 2 semanas para você sair da rua, senão – [Cristina abaixa a cabeça em sinal de que poderia morrer]! – Gustavinho se espanta.

Cristina: “Você não sabia né? Mas eu sei de muita coisa. Muito mais do que você. Você acha que eu fiquei como? Você na rua...eu tava desesperada. [Cristina se exalta e com um súbito aumento de voz diz] Você vai morrer, sabia? Você quer morrer? É isso que você quer? Fala pra mim!” - um silêncio se espalha por uns instantes e com a voz mais baixa e calma, continua - Eu sei que você não quer morrer, mas é o que vai acontecer se você continuar fugindo. Aqui a gente te ama, tem pessoas que te conhecem, que gostam de você.

A assistente social respirou fundo, como quem acaba de se desafogar. O acolhido calado saiu da sala e atrás dele saíram Jurandir e eu. No outro dia de manhã Gustavo foi internado de novo, dessa vez sem estardalhaços.

A proteção contra a possibilidade e a ameaça da morte que rondava Gustavinho também é potente para analisarmos a passagem do acolhido pelo Rancho dos Meninos. A partir de um ponto de vista que privilegia as relações mais circunscritas aos atores do cotidiano do abrigo, é possível enxergarmos outros efeitos para essa mesma angústia. Parece-

me que nesse diálogo esses medos se expressavam nas preocupações da técnica com os danos que o vício no crack poderia produzir no corpo do menino.

Cheia de fúria devido à fuga por ocasião de sua tentativa de mandá-lo ao hospital, Cristina trouxe inúmeros argumentos para convencer Gustavinho sobre a mortalidade implícita no ato de continuar fugindo. Suas ameaças se davam em forma de tentativas de convencimento de que sua vida estaria segura, e salva, se optasse por uma vida estável dentro de alguma instituição. Durante a conversa, ela gritava com muita força e demarcava tantas vezes a iminência de morte de Gustavinho como se, de algum modo, fosse produzir o efeito de mantê-lo vivo. O intuito da conversa era o de provocar uma mudança de atitude, uma total transformação da vida dele.

Esses esforços da assistente social me remeteram ao que discutem Vânia Bustamente e Cecília Mccallum (2014). As autoras propõem maneiras de tornarmos o cuidado como horizonte normativo para as práticas de saúde, isto é, que através do entendimento de práticas e conceitos que compõem o cuidado forjado em diferentes contextos de ação, podemos construir um parâmetro comum para os trabalhos na área. Ao partirem de Rabello (1999), argumentam que esse encontro de produções científicas poderia se ancorar no e por meio da análise de práticas em relação aos corpos das pessoas. Dessa forma, os corpos seriam palco de análise de práticas que constroem o cuidado cotidianamente. A partir disso, entendermos a noção de pessoa que está em jogo nessas relações seria uma ferramenta potente na reflexão sobre o cuidado.

Parto da proposição das autoras não somente para pensar as práticas de saúde que circunscrevem o abrigo, mas também na busca por compreender outros esforços de cuidado que podem ser vistos nos corpos dos acolhidos e na produção destes sujeitos. Neste tópico analiso os esforços de cuidado de Cristina para com o menino, em vista de iluminar as práticas que envolvem o gerenciamento das vidas dos acolhidos e o projeto de normalidade que se produz na instituição. Trago os múltiplos disciplinamentos da assistente social, para depois refletir sobre como as práticas de cuidado nos dão subsídio para pensarmos sobre as diferenças produzidas entre os próprios cuidadores (Mccallum; Bustamante, 2014, p.687).

Já de início, o tom de todo o diálogo da assistente social e o acolhido foi algo que me chamou atenção. Gustavinho pouco falava e limitava-se a mexer suas pernas de um lado para o outro, olhando para o chão. Ele respondia a essa interpelação com aparente deferência. Não esboçava nenhuma ira ou revolta contra Cris. Das poucas vezes que o acolhido se expressou, reafirmou sua vontade de melhorar. Enquanto Cristina gritava, o menino pouco contestava,

dando aparente legitimidade àquilo que era alegado pela técnica: a necessidade de mudança ou, melhor dizendo, uma noção de aperfeiçoamento do sujeito³⁴.

Parte da narrativa da assistente social fazia referência às visitas que fazia ao acolhido enquanto este estava internado no hospital. Se as visitas à mãe do menino eram parte do próprio trabalho da assistente social, as visitas aos meninos internados no Hospital San Julian eram de responsabilidade dos técnicos em geral. No rancho havia uma outra pessoa designada para esta ação específica, logo, aparentemente, não havia necessidade de a técnica ir pessoalmente ao hospital. Durante o tempo que Gustavinho estava internado, porém, a assistente social o visitava periodicamente. Levava roupas, comidas, produtos de higiene e mensagens sobre sua família e amigos no rancho. Ela escolhia visitá-lo.

Como vimos no caloroso diálogo com Gustavo, ela mencionou que “antes estava gordo e bonito”, referindo-se a como o via no hospital. A recuperação e a saúde de seu corpo estariam ligadas a uma estabilidade em alguma instituição, abrigo ou hospital, em que fosse cuidado ao ponto de seu corpo ganhar peso e volume. A equivalência estabelecida entre corpo gordo e corpo saudável é tema, aliás, de inúmeras etnografias, dentro as quais cito o de Epele (2010; 2012), no qual ela discute como as relações de cuidado entre famílias de um bairro do subúrbio de Buenos Aires (Argentina) também eram mediadas pela ideia de conterem a “extrema magreza” de seus filhos usuários de crack. A autora aponta que os familiares dos usuários entendiam que o engordar seria um sinal de recuperação daqueles corpos, em que a saúde viria por meio de se alimentar e mostrar-se mais gordo.

Se, por um lado, os familiares acompanhados por Epele associavam as vivências nas instituições de saúde à maus-tratos, recaídas frequentes, abuso de medicação e a continuação dos sintomas do consumo intensivo, ao mesmo tempo apontavam mudanças significativas nos corpos dos usuários. O ato de internar, além de “afastá-los dos perigos das ruas”, ainda os faziam “ganhar peso” e ficarem “mais gordos”. O “internamento” produziria uma espécie de saúde do corpo e o livramento de alguns males da rua. Algo semelhante parece ocorrer também em meu campo.

Cristina aponta para a forma com que desejava vê-lo – “tão bem” – enquanto esse novo corpo magro e sujo e que vivia na rua era algo que a deixava desesperada. Diante da própria construção do que deve ser um corpo saudável, a assistente social nos mostra um esforço na busca da normalização do corpo do abrigado. Dessa maneira, para a técnica,

³⁴ Como já aludido, o abrigo foi idealizado como um projeto missionário católico, carregando assim algumas marcas de um ambiente tangenciado por práticas religiosas. Contudo, não disponho de dados suficientes para discorrer sobre as repercussões da religiosidade nos modos de disciplina dos acolhidos, na construção de seus corpos, no vocabulário emocional, nos repertórios práticos e nas regras de convivência que eram mobilizadas.

proteger e melhorar eram parte daquilo que entendia como acolher. Na experiência de Gustavo, a busca por produzir um corpo saudável vinha por meio desses esforços de preservá-lo contra os males que o uso de drogas lhe causava, assim como com a marca de querer vê-lo engordar.

Ao admitir que “queria melhorar”, Gustavo já demonstrava a Cris que sabia que tinha dificuldades, mas que não estaria conseguindo lidar com elas. Melhor dizendo, respondeu positivamente às investidas de Cristina. Em contrapartida, a assistente social lhe trouxe informações sobre a possível volta para a casa de sua mãe e aquilo que a madrinha havia descoberto na rua – sua morte em potencial – de forma a fazê-lo entender que ele próprio desconheceria a sua realidade. Assim, depois de se acalmar e respirar um pouco, ela mesma admitiu saber que ele não queria morrer e dá a entender que a culpa de seu *continuar fugindo* era de seu vício no crack, uma adicção que seria a causa de suas fugas e que o impelia a prejudicar o seu próprio corpo e colocar-se em situações de perigo.

As percepções de Cristina sobre as necessidades de melhorias daquele corpo fugidio não se resumiam ao reafirmar a necessidade de vê-lo mais gordo, e consequentemente, mais saudável. Os controles sobre a higiene de seu corpo também se mostravam constantes³⁵ - como já apontei no tópico 3.1.3 quando Brian opta por “ficar fedido”. Em muitos dos momentos que interagiram, Cris cheirava o cabelo do menino e às vezes chegava perto de seu rosto para sentir seu hálito; com uma chamada de atenção mais calorosa dizia: “Gustavinho tá fedendo, hein?! Não, não, não. Vai lá em cima, toma banho e escova esses dentes”; ou “Ah! Vai tomar banho, ninguém gosta de menino fedido”. A primeira reação do menino era dizer “Quê? Quê? Que toma banho queeee”, mas logo olhava para baixo e, na maioria das vezes, lhe obedecia.

Checar e demonstrar insatisfação com os cheiros que exalavam do corpo do menino eram formas de Cristina produzir um corpo limpo³⁶. Nesse contexto, tais advertências eram

³⁵ Também notei os registros de um antigo psicólogo da Fundação sobre como Gustavinho se desenvolvia em 2018, quando transitou por lá. Na época, o acolhido passou quase um mês no rancho e tinha atitudes que demonstravam, na avaliação do técnico responsável pelo documento, um esforço que visava *morar* - como as de melhorar seus hábitos de higiene, por exemplo. Seus esforços se vinculavam às aprovações de Cris que o presenteou, na época, com um perfume.

³⁶ Como sugere Mary Douglas em *Pureza e Perigo* ([1966] 2012), a pureza e a impureza, ou a limpeza e a sujeira, são estruturas simbólicas díspares que se relacionam diretamente a um sistema de crenças que se propõe a organizar as relações sociais, a partir de um sistema de classificação ideal. “A impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio” (p.7). Desse modo, essas noções acabam por ordenar, em suas múltiplas nuances, aquilo que é socialmente aceitável e, consequentemente, o que é ou pode tornar-se um perigo social.

usadas não como justificativa para o abandono social³⁷ mas, pelo seu inverso, garantir seu bem-estar e, consequentemente, torná-lo passível de morar no rancho. Isso lhe possibilitava cumprir uma de suas funções como técnica em que, além de ter de evitar as fugas, deveria manter os acolhidos vivendo no abrigo.

Assim sendo, controlar os “fedôs” de Gustavinho e preocupar-se com a sua magreza eram parte central de seus esforços. Essas tentativas de disciplinamento de um corpo que cheirava mal eram produzidas em meio a lógicas de controle já existentes no abrigo. Era parte do trabalho dos educadores investir esforços para conter os odores de alguns “corpos fedidos” que moravam no abrigo. As percepções sobre os cheiros do menino mudaram, quando variavam também os cuidadores.

4.1.4 Acolher os cheiros

Se, para a assistente social, a contenção dos cheiros provindos do corpo de Gustavinho era algo crucial para a sua recuperação, e possível volta ao abrigo, os esforços dos educadores sociais em relação aos odores dos acolhidos mobilizavam um outro tipo de sensibilidade. Como propõem Bustamante e McCallum (2014), pensar no cuidado como construção de projetos de pessoa nos permite compreender e contextualizar diversas situações de cuidado, assim como nos abre espaço para uma reflexão sobre como são constituídas as diferenças entre cuidadores. Ao recuperarmos a dimensão corporal do cuidado, podemos analisá-lo teoricamente. Isso contribuiria para a compreensão sobre a diversidade de maneiras de cuidar, assim como os diversos fatores³⁸ que influenciam as práticas.

A diferença entre os cuidados de Cristina e o dos educadores podia ser vista através dos efeitos que provocavam no corpo de Gustavo. A importância de um corpo limpo tinha pesos diferentes, de acordo com as posições dos cuidadores na própria rede de relações institucionais que compõem o acolhimento.

O “fedô” do corpo do acolhido veio a compor um ambiente em que já se falava, reclamava, tirava sarro e agia contra diversos odores. Esse era um tema recorrente na relação entre meninos e educadores. O banheiro dos meninos era famoso pelos seus odores. Eu

³⁷ Biehl, em um asilo, demonstra que o definhamiento do corpo “desmembrado” de sua interlocutora Catarina era uma desculpa familiar para o abandono social mediado por psicotrópicos, fazendo com que as perdas de laços sociais fossem irreversíveis (Biehl, 2008, p.423 - 429)

³⁸ As autoras pontuam também a necessidade de olharmos para as relações de poder presentes nas diferentes configurações de pesquisa e utilizam-se da perspectiva de Bourdieu (1989). Ressaltam que a realidade se constrói a partir de relações dentro do espaço social, que por sua vez se organiza em campos sociais com características próprias.

mesma cheguei a ter ânsia de vômito algumas vezes que passei próximo do lugar. Para garantir que os meninos lavassem o rosto, escovassem os dentes, penteassem os cabelos, colocassem roupas limpas, cortassem as unhas e tomassem banho pelo menos uma vez por dia, os educadores criavam inúmeras situações para convencê-los: levavam a escova de dente na mão deles; presenteavam-nos com sabonetes cheirosos; levavam um copinho com flúor dizendo que os amigos da escola não gostavam de bafo; davam-lhes balas de menta; cheiravam suas cabeças e diziam estar suadas; avisavam estarem usando a mesma roupa há muitos dias e que deveriam levar suas roupas até a lavanderia.

Medeiros (2014), em seu trabalho no Instituto Médico Legal (IML) no Rio de Janeiro, observa como o cheiro se demonstrou como um elemento constitutivo das relações dos que circulam cotidianamente entre os corredores e salas da organização. O olfato era uma das ferramentas centrais no trabalho de lidar com os corpos sem vida, assim como produziam percepções sobre os diferentes espaços institucionais.

Ele é ativado pelos odores que ocupam os corredores e são indicativos das práticas e dos momentos da rotina de trabalho. O cheiro permite que se visualizem coisas onde essas não estão evidentes e que se identifiquem características nas pessoas, lugares e situações antecipadamente (p.85-86).

Saber diferenciar os cheiros, portanto, era ponto de referência nas relações de espaço e tempo, ditando os ritmos e dinâmicas institucionais. No rancho, os educadores comumente lutavam contra os odores ruins do corpo dos meninos; esse esforço fazia parte do cotidiano das atividades por que eram responsáveis. Perseguir os cheiros dos meninos era parte do acolher desses cuidadores, pois utilizavam do olfato para garantirem que a eficácia do próprio serviço que prestavam. Faziam também um reforço positivo em vista do comportamento daqueles que eram considerados cheirosos e limpos. Fausto era um menino reconhecido pelos educadores por sua extrema limpeza. Era frequentemente elogiado, porque tomava três banhos por dia e sempre usava perfume. Consequentemente, Joaquim, menino conhecido por sua *caatinga*, era elencado para descrever um cheiro extremamente ruim, sendo constantemente repreendido pelos educadores e pelos outros meninos.

De qualquer maneira, conter todos esses cheiros era impossível. Afinal, era inviável que dois educadores fizessem com que 20 meninos cumprissem plenamente todos os quesitos de higiene de que eram encarregados. A chegada de Gustavo não mobilizou grandes esforços dos educadores em relação à higiene de seu corpo, como vimos em seu contato com Cristina, porque estava diante de outro arranjo relacional. Como vimos, havia também esforços dos

educadores para conterem os odores dos corpos dos outros meninos moradores do abrigo, mas parece que guiados por, e não somente, outra razão.

As vivências de Gustavinho escancaram a porosidade entre instituições do sistema de acolhimento, permitindo analisar as ressonâncias que fazem com que elas rebatam umas nas outras e existam através de dinâmicas relacionais – em contraste com uma perspectiva clássica sobre instituições asilares³⁹. A forma com que os educadores lidaram com a passagem do menino pelo lugar nos mostra como os cheiros, que carregavam os corpos dos acolhidos, podem nos mostrar ressonâncias entre as instituições que compõem o sistema de acolhimento, isto é, os corpos devem estar apresentáveis para que possam trafegar e, conseqüentemente, produzirem o próprio serviço de acolhimento.

Esses funcionários pareciam querer que meninos com corpos limpos trafegassem entre instituições e lugares que percorriam como escolas, casas de parentes, casa de padrinhos afetivos, o CAPSI, os estágios dos meninos e mesmo os eventos do abrigo. Em relação a isso, Joana e Jurandir, educadores antigos, me explicaram que se os acolhidos chegassem com alguma aparência entendida como sujeira na escola, o abrigo chegava a receber reclamações da diretora escolar. Joana disse-me se sentir envergonhada quando algum menino saía sujo para a psicóloga ou para outros lugares, porque parecia que eles não faziam seu trabalho direito, ou ainda, inferiam que os educadores não estariam cumprindo as funções intrínsecas aos profissionais que trabalham com o cuidado do acolhimento.

A forma com que se dava o cotidiano dos acolhidos moradores e os educadores produziu efeito em como o corpo de Gustavinho foi recebido pelos educadores. Não demonstravam exagerada preocupação com sua limpeza, além daquela que já tinham com todos os outros meninos. Seu “fedô” não tinha o mesmo peso na relação com os educadores. Como ele era acolhido, mas não morava no rancho, o lidar com seus cheiros era simplesmente parte do cuidado que também tinham com os outros meninos. A administração de seu corpo, por viver o acolhimento entre passagens, ficava muito mais por conta dos técnicos do que dos próprios educadores.

³⁹ Ao fazer um estudo sobre como prisões, manicômios e conventos, Goffman (1987) argumenta que muitas delas têm por característica um fechamento, pressupondo adesão e compromisso dos indivíduos. Ao entendê-las como “instituições totais”, sustenta que se constituem de uma estrutura física fechada em que relações sociais são polarizadas através da imposição e da resistência. São locais dados e fixos no tempo, portanto não seriam penetráveis por dinâmicas que ultrapassam a vida que acontece para fora dos muros. Sem desconsiderar o notável esforço do autor em conectar a estrutura física, as relações institucionais e a intimidade das pessoas, sugiro que a noção de “instituição total” não fornece uma chave suficiente para ler os dados de meu campo.

4.2 DOUGLAS

A poucos metros da cena da tentativa de internamento de Gustavinho estava Douglas, 17 anos. Menino do rancho, negro, cabelo cortado baixo e sempre com um boné vermelho de aba reta. Estava entre os garotos sentados no banco do pátio assistindo às minúcias dos moveres de todos diante daquela situação. Ele, que no dia a dia era brincalhão e gostava de fazer piadas, dessa vez estava quieto, cabisbaixo e com o corpo todo encurvado para dentro.

Durante a rápida procura dos policiais por Gustavinho, Cristina chegou perto do banco em que o acolhido estava sentado, aproximou-se de seu rosto e disse em um tom mais grave que o normal: “Tá vendo o que que dá usar droga, Douglas? Tá vendo o que que dá desobedecer? É isso aí que dá.”. A fala da assistente social trazia, desta forma, o uso de drogas para um novo arranjo: se o termo, em vista de Gustavo, vinculava-se à tentativa de salvar o menino do vício que o impelia à fuga, quando se tratava de Douglas estava muito mais ligado a uma outra maneira de desobedecer, que demonstrarei no decorrer desse tópico.

Douglas morava na instituição há quase 5 meses e aquela era a primeira vez que tinha sido acolhido institucionalmente em sua vida. Também tive a oportunidade de consultar sua pasta, bem menor do que a de Gustavinho, e o que me chamou mais atenção foi a quantidade dos documentos denominados saídas sem autorização naquele amontoado de papéis. Quando algum acolhido desacatava às ordens dos técnicos e educadores era obrigado a assinar um papel que atestava sua saída, um visto que dava materialidade a seu desacato. Dentro dos últimos dois meses já havia saído mais de 15 vezes sem a autorização dos funcionários.

É certo que, por vezes, os outros acolhidos também saíam sem autorização. Para os técnicos e educadores essas saídas faziam referência tanto a fugas, quanto a infrações cotidianas. O primeiro termo implicava um tempo maior de ausência no lugar, assim como percorrer uma distância mais longa. Já as infrações diárias seriam saídas em que não se ia muito longe e voltava-se no mesmo dia. A diferença entre Douglas e dos outros abrigados era que, para evitarem problemas mais graves com a Equipe Técnica, os últimos moderavam esses movimentos e Douglas, menos. Pelo que indica a pasta do acolhido, desde que chegou na instituição o menino vivia em um ciclo de constantes descumprimentos das regras e desobediência aos funcionários.

Os problemas de Douglas com os funcionários eram latentes. Às vezes, Cristina comentava que ele não dava valor para o rancho e que não tinha respeito com ninguém. Os educadores demonstravam dificuldade ao tentarem convencê-lo de não sair do abrigo ou

mesmo a devolver alguma coisa que teria *batido rolo*⁴⁰ com outro acolhido. Segundo Joana, educadora antiga, por fazer parte dos grupos dos abrigados mais velhos, Douglas pensava que podia obrigar os mais novos a trocarem coisas com ele. Na época havia cinco meninos mais velhos –Miguel, Paulo, Douglas, Lucio e Alexandre – que tinham em torno de 16 e 18 anos. Os outros nove tinham em média 14 anos.

Antes de justificar o porquê da escolha da fuga de Douglas como contraponto à de Gustavo, trarei uma visão mais ampla das demais fugas que presenciei durante meu trabalho de campo. Busco organizar na Tabela 2 dados a partir dos seguintes critérios:

TABELA 2: AS FUGAS DOS MENINOS

Fugas	Idade	Status do acolhido	Destino da(s) Fuga(s)	Movimento que gerava a necessidade de uma resolução	Sentido dos moveres	Quais órgãos estatais estavam envolvidos ?	Resolução dos técnicos
Fuga de Gustavinho	17 anos	passava pelo abrigo	Para a rua	*fugas constantes	Circular: Abrigo - Rua- Casa- Hospital	*Conselho Tutelar responsável *Polícia Municipal e Civil *Serviço de Saúde (SAMU)	Um novo internamento no Hospital Psiquiátrico San Julian
Fuga de Douglas	17 anos	morador do abrigo	Para a casa de seu pai	*fugas constantes	Abrigo - Casa - Hospital	*Conselho Tutelar responsável *Polícia Civil *Serviço de Saúde (SAMU)	O internamento no Hospital Psiquiátrico San Julian
Fuga de Caio e Douglas	Caio: 14 anos Douglas: 17 anos	moradores do abrigo	Para a casa da vó de Caio	*Essa fuga aconteceu somente uma vez.	Abrigo- Casa- Abrigo	*Conselho Tutelar responsável	Foi uma única fuga juntos e depois de uma conversa com o psicólogo, Caio desistiu de continuar fugindo.

⁴⁰ O *bater rolo* era uma forma de troca que se dava entre os meninos. O dinheiro não era uma moeda de troca comum. Desse modo, os acolhidos acabavam trocando objetos e o bazar – galpão onde ficavam as doações ao abrigo - fazia um papel de fornecedor de muitos desses objetos.

Fuga de Lucio	16 anos	morador do abrigo	Para a casa de sua mãe	*fugas constantes	Abrigo - Casa	*Conselho Tutelar responsável	Não houve resolução por parte dos técnicos. Ele começou a fugir para a casa de sua mãe quando percebeu que ela poderia perder a sua guarda legal e fugiu para a sua casa em definitivo quando ela finalmente a perdeu. Houve diversas tentativas frustradas do Conselho Tutelar de trazê-lo de volta para o abrigo.
Fuga de Brian	13 anos	morador do abrigo	Para a casa de sua mãe	*fugas constantes	Abrigo- Casa- Abrigo	*Conselho Tutelar responsável *Vara da Infância e Juventude responsável	Os técnicos apelaram à juíza responsável para que Brian pudesse visitar sua família todos os finais de semana, o que anteriormente havia sido proibido pela justiça.

FONTE: Cadernos de campo e PIAs dos acolhidos (2020). Elaboração da autora.

Compreendo as fugas como parte indissociável do regime de acolhimento que meninos e funcionários experienciavam, elas eram partidas excepcionais, ou seja, funcionavam mais como eventos do que como parte intrínseca do dia a dia do abrigo. Assim, se havia aproximações naquilo que provocavam esses acontecimentos, existiam também diversas peculiaridades em cada caso e nas relações de cuidado que as acompanhavam. Por mais que haja singulares, ao analisar a Tabela 2 farei o esforço de mostrar como as outras quatro fugas foram muito mais similares entre si, tornando, assim, a de Gustavo um caso em especial.

De início, Gustavo era o único menino que passava pelo rancho, todos os outros eram moradores. As fugas constantes do acolhido eram o motor de uma vida que se produzia em um circuito ao sempre habitar diferentes lugares. O abrigo, portanto, era como um ponto de maior estabilidade onde se tomava impulso para um próximo mover.

As outras quatro fugas foram de meninos que moravam entre cinco meses até dois anos no local. Como mostram os dados, o *continuar fugindo* fez parte de 4 dentre as 5 fugas do abrigo que acompanhei de perto. Existia um certo padrão nessas experiências: quando essa constância do fugir era de algum morador a circularidade se restringia ao movimento abrigo – casa. Nesse sentido, esses meninos faziam esse circuito por um determinado tempo até que uma resolução fosse produzida pelos técnicos ou, como fez Lucio, fosse solucionada pelo próprio acolhido.

Em vista dessas diferenças, o único fugir que envolvia a rua era o de Gustavinho. Todos os outros tinham a casa de algum familiar como destino. Isso mostra uma similaridade entre a maioria das fugas em que seus deslocamentos produziam passagens por suas casas, enquanto moravam no rancho. Nessas vivências, o abrigo era não somente um ponto de estabilidade em suas vidas, mas um lugar de maior fixidez. A morada em que se habitava mais permanentemente.

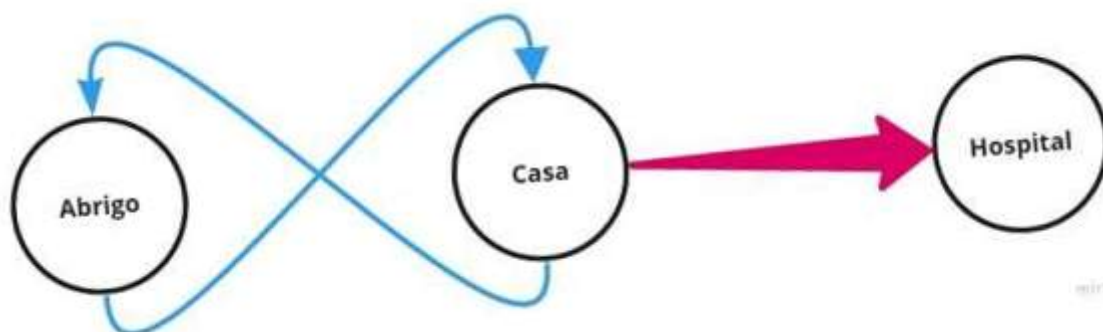
Na experiência de Douglas, o acolhido ficou no circuito abrigo – casa por um tempo até que os órgãos do SGDCA responsáveis – a pedido dos técnicos – o encaminharam da sua casa para o Hospital Saint Julian. Já a fuga de Douglas e Caio foi a única que não apresentou circularidades. Os dois fugiram para passar o dia na casa da avó de Caio e voltaram no outro dia, trazidos pelo Conselho Tutelar responsável.

Em seu artigo sobre o que podem ser as funções prestadas pelo Conselho Tutelar, Fernanda Ribeiro (2009) mostra existir uma trama de relações que contextualiza a procura pelo C.T, atribuindo-lhe diversos sentidos que revela a feitura do próprio serviço em vista da relação entre sujeitos de direitos e conselheiras. Dessa maneira, ao executar suas funções, as conselheiras disputam aquilo que deve ser o seu trabalho, assim como as crianças e suas famílias disputam o que deve ser o atendimento.

Lucio, por sua vez, não utilizou daquilo que pode proporcionar o C.T, mas apelou a outros órgãos legais. Apresentou um longo período no circuito abrigo – casa até que morar na instituição se tornou inviável para o acolhido. Sua tomada de decisão por quebrar o circuito e fugir permanentemente para a casa materna foi devido ao fato da juíza determinar que sua mãe não teria mais a sua guarda legal, o que Cruz (2014) denominou de “autocirculação” em sua pesquisa. Já as fugas de Brian para a casa materna, nos finais de semana, se deram como uma forma de reivindicar um contato mais frequente com a sua família, práticas inicialmente negadas pela juíza responsável – como evidenciei no Capítulo 2. Para os técnicos conterem o acolhido foi necessário o apelo à Justiça para que se fizessem viáveis essas visitas.

Na maioria das fugas o abrigo se mostrava como um ponto de maior estabilidade do que para Gustavo. Nos circuitos que faziam os outros abrigados, o rancho era para onde sempre voltavam. Dessa forma, como contraponto a de Gustavo escolhi a fuga de Douglas, de modo a fazer a justaposição da fuga de um menino que *passava* com a fuga de um menino que morava, demonstrando por meio desses dois casos singulares a emergência de distintas práticas de cuidado que apontavam para ramificações de uma mesma noção de acolhimento.

FIGURA 7: OS MOVERES DE DOUGLAS



FONTE: Cadernos de campo e PIA de Douglas (2019). Elaboração da autora.

Como mostro no quadro de fugas e ilustra a Figura 7, os dois meninos tinham a mesma idade e eram inclusive amigos. Suas fugas envolveram movimentos em que casa – abrigo – hospital fizeram parte. Ambos provocaram a necessidade do acionamento dos mesmos órgãos e tiveram o mesmo tipo de solução, o envio forçado ao Hospital Psiquiátrico San Julian. Ao mesmo tempo em que se notam estas semelhanças, há uma notável diferença: a circularidade do mover de Douglas não era contínua, e vista de forma eventual, produzida somente entre abrigo e casa. Dessa maneira, sua ida ao hospital veio a quebrar com o circuito anterior, diferente de Gustavo, cujo viver se dava em um constante passar. Na experiência de Douglas, os conflitos eram o que centralmente guiavam as relações dos meninos e funcionários para com ele.

4.2.1 Pressionando as regras

Quase no fim de minha pesquisa, entrei em contato com a pasta de Douglas. Nela, notei a existência de três relatórios referentes à tramitação de seu processo judicial de medida protetiva de acolhimento na cidade onde nasceu. Esses documentos foram escritos por Cristina, assistente social, em uma espécie de carta à juíza responsável, e me ajudaram a dar contornos mais fixos aos incessantes movimentos do menino que pude perceber desde o rancho.

O primeiro datava de janeiro de 2019 (14/01/2019), pouco antes de eu começar minha pesquisa. Era o único em formato de relatório informativo e procurava salientar à juíza os comportamentos do acolhido e sua adaptação ao abrigo. O segundo (14/02/2019), escrito um mês depois, datava do dia seguinte à fuga de Douglas e Caio. O terceiro (01/03/2019) é de quinze dias depois do segundo. Nesse subtópico me concentrarei na análise daquilo que foi relatado pela técnica em seu primeiro relatório, traçando ligações com aquilo que pude

observar nos convívios de Douglas no abrigo. Nas próximas seções, destacarei como os outros dois documentos mudaram de tom de acordo com rearranjos dentro do abrigo.

No primeiro relatório (14/01/2019) já era possível enxergar alguns descontentamentos por parte da assistente social. Somente o primeiro parágrafo versa sobre a situação do acolhido no abrigo; as duas páginas seguintes retratam as interações do menino com seu pai e suas possibilidades de reintegração familiar.

Cristina iniciou descrevendo algumas das atitudes do acolhido perante as pessoas que trabalhavam no lugar.

[...] Durante esse período [se refere aos 4 meses que o acolhido vivia no abrigo] o adolescente vem apresentando atitudes contrárias ao não admitir que a casa tenha regras e que elas precisam ser cumpridas. Por não ter este entendimento, Douglas muitas vezes se reporta aos colaboradores e Equipe Técnica, verbalizando ameaças de atitudes violentas diante de negativas, das quais algumas materializadas motivando Boletins de Ocorrência (B.Os). Tais como: desacato e depredação de patrimônio. Tem demonstrado constante ansiedade quando solicita algo a equipe, sendo repetitivo ocasionando conflitos e desordem. Anteriormente houve relatos por parte dos educadores, que registraram no livro dos educadores sociais a ocorrência de saídas não autorizadas do adolescente para o uso indevido de substâncias psicoativas, o que atualmente não vem se repetindo.

Nesse início, noto uma sequência de causas e efeitos. Parece-me que a assistente social mostra insatisfação com inúmeras circunstâncias em que Douglas desobedecia às regras do rancho. Revela que o acolhido se mostrava intolerante às tentativas de funcionários e técnicos de fazerem o cumprimento dessas normas, dando origem ao registro de B.Os. Ao tentar ter controle das situações, e persuadir os técnicos para fazer algo de seu interesse, o abrigado se tornava muito incisivo e essas respostas trariam conflitos e desordem. Aponta também que parte desses conflitos são em formato de saídas não autorizadas – nesse momento se referindo a saídas para o uso de substâncias psicoativas – e não fugas. Aqui, se faz claro que a técnica não tem a intenção de enviá-lo ao internamento, porque ao mesmo tempo em que relata seu uso de drogas, menciona que essas ações não vinham se repetindo.

Minhas observações das vivências de acolhimento do menino ilustram melhor como se davam os conflitos com Douglas, de que dizia a técnica, e de que maneira ressoavam também nas relações com os educadores. Em uma das situações que presenciei, por exemplo, estávamos todos almoçando e Douglas havia acabado de chegar da escola. Assim que viu Tereza, funcionária responsável pela lavanderia, o acolhido não parou de perguntar sobre a sua camiseta. Segundo ele, precisava urgentemente dela, porque não queria ir feio para a escola no dia seguinte. O menino parecia perturbá-la em seu horário de almoço por tentar

persuadi-la, repetitivamente, para que respondesse a sua demanda de imediato. Disse para que ela não ficasse brava com ele, porque ele fazia pressão, mesmo.

Tereza, que habitualmente tinha uma personalidade mais calma ao lidar com os acolhidos, se exaltou com aquele comportamento. Com uma entonação mais elevada de voz, respondeu às investidas de Douglas:

É o seguinte, Douglas. Não me pressiona, porque eu sei dos meus compromissos aqui no rancho e você não precisava me lembrar. Eu não vou te dar uma camiseta agora, porque eu estou comendo e porque ela ainda não está pronta. Se eu te falei que ela vai ficar pronta às 18h é porque vai ficar. Agora me deixa em paz e não me enche mais o saco (Cadernos de Campo, fev/2019)

No mesmo dia, Rúbia, funcionária da limpeza, também foi pressionada pelo menino. À tarde, entre 14 e 15 horas, Jô costumava chamar os acolhidos para acompanhá-la na organização e limpeza de seus próprios quartos. Se geralmente seus pedidos não tinham adesão, tampouco costumavam ser respondidos com ofensas. A funcionária solicitou que Douglas a ajudasse na arrumação e afirmou que ele nunca a auxiliava. Ele respondeu sua colocação de supetão: “Ru, você tem que entender uma coisa. Você cuida da [com ênfase] sua vida! Você tem que cuidar da sua vida que a gente cuida da nossa”. Ao contrário de Tereza, a funcionária ficou quieta e retraída, e continuou a fazer seu trabalho.

No dia seguinte, na típica roda diária de chimarrão dos funcionários, as duas comentaram sobre os acontecimentos. Tereza dizia que era o estilo dele “se achar acima das regras do rancho” e que, por isso, tinha se estressado com o abrigado. Enfatizou que ele tinha a impressão de que por ficar forçando os funcionários, eles fariam os gostos dele. Disse também que teve que colocá-lo em seu lugar para entender que cabia somente e ela o que deveria fazer em seu serviço. No meio de sua fala olhou para mim e disse: “Ai Aline, ele é muito folgado”.

Em vista dessas interações, e levando também em conta o que buscou demonstrar Cristina em seu primeiro relatório à juíza responsável, fica claro que existiam atitudes que eram rechaçadas pelos cuidadores do abrigo. Essa forma de entender o acolhido nos faz notar outra forma de gerenciamento daqueles que viviam no lugar, o qual também tinha em vista o aperfeiçoamento do sujeito. Um disciplinamento que era distinto das atenções voltadas a Gustavo, mas que integravam uma forma de gerenciamento de atitudes, mentes e corpos no abrigo.

As relações de Douglas e os funcionários eram permeadas pelas pressões repetitivas, ou como define Tereza, pelo “ficar forçando”, e que um de seus efeitos eram conflitos constantes. Ele era um desafio maior para os serviços de acolhimento oferecidos pela

entidade, porque não se adaptava⁴¹ a nenhuma das lógicas vigentes e possíveis no próprio sistema de acolhimento. Pensando ainda na justaposição das experiências de Gustavo e Douglas, o ser folgado do segundo, assim como seu pressionar, eram comportamentos desaprovados pelos cuidadores. Gustavinho parecia ser melhor compreendido em suas atitudes, enquanto que Douglas era aquele entendido como uma pessoa que intencionalmente planejava suas atitudes de modo a prejudicar a rotina do abrigo. Aquela forma de se relacionar parecia algo que deveria ser combatido, para que outros meninos não seguissem seus exemplos de afronta às regras da instituição.

Os educadores viviam chamando os meninos menores – normalmente tinham de 12 até 15 anos – para lhes dar conselhos sobre o envolvimento com Douglas. Tentavam alertá-los de que quando o adolescente trocava coisas, pedia favores e fazia convites para saídas não autorizadas, na verdade, ele os estava manipulando. Apontavam que o acolhido não era amigo deles, sem embargo usava do relacionamento com eles para obter alguma vantagem. Por meio de conselhos, os educadores acionavam a noção de amizade, tão cara aos meninos, pelo seu inverso. Buscavam demonstrar que a amizade de Douglas não era genuína⁴². Logo, mobilizavam os próprios valores que eram postos nas relações entre os meninos na tentativa de produzirem corpos e mentes passíveis de viverem na instituição. Consequentemente a isso, de viverem a experiência do acolhimento, de se adaptarem, e viabilizarem o tipo de cuidado que era oferecido por eles. Isso fazia emergir suas próprias técnicas como cuidadores, como também observam Bustamante e McCallum (2014).

No encontro diário do chimarrão, deparei-me certa vez com uma cena que parecia um interrogatório de alguns funcionários para Murilinho. Como eu estava sentada ao seu lado no banco, pude escutar que, no dia anterior, Douglas o teria chamado para “dar um rolê”. No total, dois acolhidos *maiores* e três *menores* foram para o centro de Curitiba, mas depois se separaram, deixando Murilo sozinho. Os educadores se mostravam muito revoltados com a atitude de Douglas, porque Murilo é portador de deficiência intelectual e não tomava ônibus sozinho. Segundo Joana, educadora antiga, o menor nunca tinha ido ao centro da cidade. Em meio às impressões e desabafos de todos, ela frisou que considerava Douglas uma pessoa que

⁴¹ Prestes (2010) também descreveu como crianças e adolescentes não adaptáveis a institucionalização. Das situações que investiga, destaca que as fugas viriam como forma de reatarm seus laços consanguíneos.

⁴² Sobre a dádiva, Bourdieu (1996) fala sobre a inexistência do “ato desinteressado”, quando levamos em conta a dimensão temporal. No contexto do rancho, as relações de amizade podem parecer, ou mobilizarem narrativas sobre sua essência altruísta, mas com passar do tempo espera-se reciprocidade nessa dinâmica de trocas. Presenciei muitas desses ires e vires de favores, afetos, compromissos e também desentendimentos dentre os acolhidos, quando essa reciprocidade era quebrada.

não se importava com ninguém. Ao fim da conversa, todos os cuidadores concordaram com as afirmações de Joana.

Existiam atitudes que não eram bem-vindas no abrigo e uma delas, certamente, era a de ser manipulador. Aqui existe o perigo iminente de produzirem uma pessoa que não apenas não se conforma com os padrões, mas que demonstra uma tendência a comportamentos considerados depreciativos e que, além disso, induziria outros a fazerem o mesmo. Essa característica demonstra como às atitudes de Douglas atribuíam-se intencionalidade e responsabilidade. Essa forma de compreender as atitudes de Douglas também se transpunha para os atritos que a assistente social Cristina tinha com o pai do menino.

4.2.2 Quando o cuidado não é compartilhado

No restante do primeiro relatório à juíza, a assistente social se dedicou à descrição das visitas monitoradas do pai ao rancho, aos finais de semana, e também de suas visitas técnicas à casa dele, como parte das responsabilidades intrínsecas à sua função.

Sr. José, pai de Douglas, foi legalmente autorizado a visitar o filho no abrigo aos finais de semana, com vistas a uma possível reintegração familiar do acolhido. Se a assistente social afirma que as visitas estavam sendo importantes para o “fortalecimento de vínculos”, logo começa a versar sobre todos os contras dessa relação. Conta que o genitor realizava doações de alimentos e produtos de higiene sem a solicitação, e tampouco a autorização, da Equipe Técnica. Ele foi orientado a não trazer vestuários de marca e acessórios, porque todos esses presentes, segundo ela, colaborariam para que seu filho manipulasse os outros acolhidos.

Logo após isso, e antes de entrar nos detalhes de sua visita técnica ao Sr. José, conclui seu pensamento:

Assim, a Equipe Técnica da Fundação entende que o adolescente Douglas tem dificuldades e falta de interesse em aderir às propostas do rancho, o que de certa forma coloca em risco o trabalho com os demais acolhidos, a partir do momento em que os meninos reproduzem as atitudes contrárias do adolescente.

Indiretamente, o pai estaria colaborando para que Douglas pudesse seguir desobedecendo às regras da instituição. Mais uma vez, a ideia de que tem “falta de interesse em aderir às propostas” do abrigo, ou melhor, que intencionalmente traz uma espécie de caos ao lugar em que o próprio acolhimento dos outros abrigados era prejudicado.

No dia 11 de janeiro de 2019, a assistente fez uma visita à casa de José. Ela afirma que ao abordar a possibilidade de Douglas retornar à sua casa, o pai não demonstrou interesse.

Duas semanas depois da elaboração desse relatório, estávamos Cristina, a vice-diretora do abrigo e eu conversando sobre Douglas nas escadas que dão para o pátio. Enfurecida, a assistente social nos contou que estava insatisfeita com as atitudes do pai de Douglas. Afirmou que José supunha que o abrigo tinha a “responsabilidade de criar o filho dele”; também comentou que ele tinha arranjado uma nova namorada e alegava querer ter tempo para sair com ela. A mãe de Douglas, por sua vez, nunca teria retornado as ligações do abrigo.

Com esse primeiro relatório em mãos pude compreender melhor o que apontava Cris. O pai de Douglas explicou à técnica que vinha buscando qualidade de vida – aqui deduzo que deve ter comentado sobre o novo relacionamento conjugal – e que esperava que seu filho morasse no abrigo até completar a maioridade. José não estaria disposto a receber o filho de volta enquanto este não mudasse suas condutas, em especial, o uso de drogas – o que teria provocado sua expulsão da escola e brigas em seu bairro. O abrigo seria, então, um lugar de disciplinamento e “recuperação” de seu filho; o trabalho assistencial e dos demais funcionários seria o de conter o uso de drogas de seu filho, bem como transformar suas condutas. Porém, ao negar a possível vinda do filho a sua casa, José punha em xeque o trabalho da organização, sugerindo o fracasso do processo de acolhimento.

Essa forma de se relacionar com o abrigo, e com o acolhido, não foi bem recebida pela assistente social, que o acusou de acreditar que técnicos e funcionários tinham a responsabilidade de criar seu filho. Havia a expectativa de um engajamento maior do pai no que tocava os problemas de Douglas, como vimos com a mãe de Gustavinho e sua madrinha afetiva. Para a técnica, criar seria também se esforçar para controlar Douglas e não atribuir essa responsabilidade somente aos funcionários. Enquanto os parentes e afins de Gustavinho eram claramente consideradas aliadas no processo de acolhimento, o mesmo notadamente não ocorria com Douglas. Desta forma, os conflitos marcavam não apenas a relação direta com o acolhido, mas também a relação com seus parentes, tornando mais frágeis os laços e as possibilidades de produção de um cuidado compartilhado – ao menos nos mesmos termos em que era desenvolvido com alguns dos meninos e suas famílias.

Em suma, técnicos e funcionários atribuíam menor capacidade de agência a Gustavinho, destituindo-o da capacidade de ter consciência de suas ações, ao mesmo tempo que se entendia que o acolhido tinha uma rede de sustentação mais sólida de familiares e afins. Já a Douglas se reconhece uma maior capacidade de escolha, e junto dela uma má intenção, concomitantemente a falta de uma rede de apoio mais densa.

A partir disso, a situação limite que culminou na fuga de Douglas, seguida de seu internamento psiquiátrico, foi sendo traçada. Por ser *morador*, em oposição a Gustavo que

passava, as relações com os outros meninos estavam muito mais presentes em sua vida cotidiana e, por consequência, mais suscetíveis a tensões com os outros. A meu ver, seus conflitos mais constantes e intensos com os abrigados teriam começado 10 dias antes de sua fuga, que foi o período em que fez o circuito abrigo e casa por inúmeras vezes. O acesso que tive a mais dois relatórios técnicos mostrou que essas brigas começaram, contudo, previamente, pelo menos um mês antes da sua fuga.

4.2.3 Perigosa influência

A vista dos dois últimos relatórios enviados à juíza, a assistente social foi traçando um outro argumento. Dessa vez era um parecer situacional⁴³ e não mais informativo. A intenção desse documento não era mais comunicar a juíza sobre a experiência de Douglas como acolhido, mas demonstrar que havia uma situação que necessitava de uma solução em formato de internamento.

No dia 14 de fevereiro de 2019 – um mês antes da fuga de Douglas – a assistente social enviou uma pequena solicitação à juíza em que evidenciava que o acolhido havia voltado a fazer uso de maconha em associação a medicação controlada. Além disso, também continuaria saindo sem autorização, levando consigo os meninos menores. Complementa ainda que tinha atitudes desrespeitosas com os funcionários do abrigo. A partir disso, destaca o fato de o menino ter fugido com Caio. Ela afirma que, segundo os acolhidos, ambos fugiram porque tinham sido agredidos fisicamente por outro acolhido e que já haviam registrado o B.O – o qual foi anexado ao pedido. Diante do exposto, pediu a avaliação do internamento compulsório para tratamento de desintoxicação de Douglas.

Quinze dias depois, em meio a uma ebulição de tensões entre os meninos, Cristina enviou o terceiro e último relatório (01/03/2019), outro pequeno documento reforçando seu pedido de internamento. Dessa vez, começou mencionando que, segundo o livro de registro dos educadores⁴⁴, o abrigado saiu alegando que ia à escola, mas não havia aula naquele dia.

⁴³ O relatório situacional é um mecanismo socioassistencial utilizado para notificar a juíza responsável sobre algum cenário considerado um pouco mais grave, mais delicado ou que exija uma solução rápida para algum adolescente. Diferente do informativo, que visa desmontar a adaptação ou os tons das vivências cotidianas no lugar.

⁴⁴ Este livro fica na sala dos educadores, que somente a Equipe Técnica e os educadores têm acesso. Os educadores usam esse livro de vários modos: 1) para fazer o que eles chamam de passar o turno para os próximos educadores. Eles anotavam, em tópicos curtos, algum problema no turno ou algum lembrete como dar algum remédio para algum menino, etc; 2) Se houvesse alguma situação mais grave, eles descreviam o acontecido e as medidas que tomaram para solucioná-lo. Tendo em vista que o livro seria lido pelos técnicos, era comum que os educadores fizessem os meninos que saíssem sem autorização assinar um termo e anexassem ao livro.

Mais tarde, voltou com o ônibus escolar apresentando “embriaguez e estar chapado” – se referindo ao consumo de álcool e maconha. Destacou também que outros meninos a haviam informado que ele estaria namorando Paulinha, reconhecida como alguém que seria envolvida com o tráfico de drogas na região. Ao fim, alegou que o acolhido se negava a participar do curso dos Jovens Promissores, em que conseguiria um estágio, porque se dizia indisposto. Para terminar, reafirmou a necessidade de envio do abrigado ao hospital.

Esses dois últimos relatórios abordam a continuidade das atitudes de conflito e desordem de Douglas relatadas pela técnica anteriormente. No primeiro (14/01/2019) a assistente social alegou que suas saídas não autorizadas para o uso de substâncias psicoativas não eram mais recorrentes; já nesses outros dois documentos, deu elementos para percebermos como seu “uso de drogas” era compreendido por ela.

Sua drogadição, trazendo novamente Gustavinho em paralelo, complexifica os motivos pelos quais os meninos acolhidos eram enviados ao internamento. Nos capítulos anteriores, mostrei que os hospitais psiquiátricos são parte da forma com que se produz acolhimento em Curitiba e região e como, na experiência de Brian, foi possível percebermos como as temporalidades intrínsecas a essas instituições de saúde também produziam seu acolhimento enquanto morava no abrigo. Aqui, evidencio que as razões pelas quais os acolhidos são internados não são homogêneas, pelo contrário, dependem também de como se relacionam dentro e fora do abrigo e de como suas atitudes são recebidas pelos cuidadores.

A adicção de Gustavinho parecia ser mais tolerada no abrigo porque, quando ele transgredia regras, supostamente o fazia por estar “fora de si”, em virtude do crack. Já Douglas era menos aceito, porque se supunha que ele agia com consciência orientado por uma má intenção. Havia um julgamento em relação a sua índole e, por consequência, menor tolerância a seus atos. Supõe-se uma pulsão deste último menino em manipular, em chantagear, mas não se entende isso como um problema clínico da mesma ordem que a de outros acolhidos, portanto, tampouco passível de solução – ao contrário do que ocorre em relação a Gustavinho, a quem não se imputa ter plena consciência ao cometer atos transgressores, o que leva a qualificar sua pulsão de outro modo.

O uso de drogas de Douglas se colocava, portanto, como um problema para os serviços de acolhimento, mas de ordem um tanto diversa daquela posta pela adicção de Gustavo. Ambos representavam um desafio para os serviços, Douglas mais que Gustavo e os demais meninos, pois ele não se encaixava nas formas de contenção já existentes no abrigo. Se os dois desobedeciam às regras do rancho, e eram acusados de terem vícios, era Douglas que ao se colocar em risco, colocava também a instituição e os demais acolhidos em perigo.

Seu corpo, assim como o de Gustavo, também era objeto de atenção. Era menos um corpo que precisava ser alimentado, nutrido e protegido de si mesmo, mas dono de um corpo percebido como manipulador e inteligente. Um corpo visto mais pela sua mente⁴⁵. O internamento viria também como tentativa de proteção, que obviamente não deixava de fazer parte de um processo de violência estatal. Ele precisava ser internado, não apenas para se livrar do vício das drogas, mas porque era moralmente condenável e potencialmente “perigoso”. Nesta trilha de raciocínio, pode-se sugerir que a desintoxicação, em cada um dos casos, envolvia expectativas um tanto distintas: Gustavinho deveria ser levado ao hospital para ser, por assim dizer, preenchido: se nutrir, engordar, ficar bonito e se fortalecer; já Douglas deveria ser encaminhado para a internação sobretudo para esvaziar-se, para livrar-se do mal que estava em sua cabeça e que o tornava um manipulador. Tudo isso, impedia Douglas de melhorar, de se transformar e de *ser resgatado* pelo abrigo.

Nessas duas situações limite apresenta-se uma mesma necessidade: a melhoria do sujeito. Como propõem Bustamante e Mccallum (2014), quando compreendemos as práticas de cuidado, as quais são construídas cotidianamente, podemos melhor entender o projeto de normalidade que envolve o corpo daqueles que são alvo desses investimentos. Sendo o esforço de esvaziar e também o preencher esses corpos, que nos sugere a assistente social, as práticas de cuidado buscam dar ao corpo do adolescente uma forma adequada e ampliam nosso entendimento sobre a existência de diversas práticas e conceitos sobre aquilo que pode ser o cuidado.

Olhando novamente para os relatórios, a assistente social construiu seu argumento em vista de definitivamente convencer a juíza da necessidade de enviá-lo à instituição de saúde, já que o segundo relatório não foi suficiente. No segundo relatório, ela mostra que a maconha era a droga que determinava o vício de Douglas. Para complementar a composição dos químicos que estaria consumindo, lembra a juíza de que o menino já tomava medicamento controlado⁴⁶. Nesse momento, já aponta aqui para um suposto perigo em estar misturando

⁴⁵ À luz de estudos sobre o sistema prisional, é possível inferir que na experiência de tipificação de comportamentos no rancho reessoam classificações operantes no sistema sociopunitivo. Essas categorias são mais potentes para compreendermos o cotidiano de instituições, e aquilo que se entende por seus espaços, do que aquelas prescritas na legislação para o tratamento daqueles que vivem no lugar, como supõe Coelho (1987). Essa temática demanda aprofundamento nos desdobramentos da pesquisa. A esse respeito ver também Ramalho (1979); Mallart (2011).

⁴⁶ Percebi que mais da metade dos meninos tomavam remédios controlados, porque em uma tarde no meio do mês de março, a funcionária responsável pela saúde me pediu uma ajuda: “Aline, leva esses potes lá para aquela salinha dos remédios, em frente ao refeitório. Você vai ver, é uma portinha azul, bem pequena”. Com ajuda de Vinícius, menino do rancho, pegamos esses dez potes de plástico que continham as doses de remédios semanais dos abrigados e levamos para a sala. Cada pote continha uma etiqueta escrito o nome de cada acolhido e do remédio que tomavam. Ao conversar com Vinícius durante o caminho, percebi que sabia exatamente como

essas duas substâncias, além de reforçar que já teria alguns problemas psiquiátricos anteriores, o que dá mais legitimidade ao propósito do documento: o internamento. Mallart (2019) também percebe que os corpos de seus interlocutores eram constantemente acionados, e medicalizados, para a viabilização desses serviços dentro de um sistema jurídico-institucional.

Depois disso, todos os argumentos são postos para demonstrar que aquilo que geraria os comportamentos de Douglas tinha relação intrínseca com o uso da maconha: saía sem autorização e levava os meninos menores; desrespeitava os funcionários do abrigo. Ao final, a assistente social cita a fuga de Douglas e Caio para reafirmar o ponto anterior, em que dizia que ele influenciava os menores. Ademais, justificou sua fuga ao fato de haver brigas entre os meninos e anexou o B.O desse conflito. Trazer essa briga para o documento veio para demonstrar como o próprio uso de drogas de Douglas estaria relacionado com sua fuga e levando-o a brigar dentro do abrigo. Ele não era construído como a vítima de uma briga, buscando de alguma maneira o reconhecimento social para algum tipo de sofrimento do acolhido (Sarti, 2011; 2014), mas como uma pessoa que deveria ser interditada devido ao modo com que lidava com sua adicção. Ele era desenhado como aquilo que não se esperava de um acolhido, a figura que se parecia se opor ao que deveria ser um “bom acolhido”.

Não tenho informações suficientes para afirmar se a juíza chegou a receber esse relatório, ou se o tempo dessa burocracia fez com que não respondesse prontamente, ou mesmo se teria negado esse primeiro pedido. O que sei é que a assistente social percebeu a necessidade de enviar outra petição. Ao avaliar o conteúdo do terceiro relatório, infiro que a juíza deve ter negado sua petição anterior e, por isso, viu a necessidade de dar mais detalhes sobre a sua necessidade de desintoxicação.

No terceiro documento, a técnica investiu em comprovar que os efeitos dos vícios de Douglas eram ainda maiores do que tinha afirmado anteriormente. Ele não somente estaria misturando maconha com remédios controlados, como havia chegado da escola “embriagado e chapado”. A partir disso, busca demonstrar novamente, e agora com argumentos mais potentes, o que causava o vício do menino. Pelo que entendo, ao associar o uso de substâncias psicoativas do menino ao tráfico de drogas local, aposta em demonstrar que seu vício poderia ser maior que aparentava e também influenciar fortemente outros acolhidos.

Cristina articula seu argumento de modo a fazer a associação do potencial envolvimento de acolhidos menores com o tráfico de drogas local, ficando ele no campo do

não dito (Vianna, 2014). Essa associação parece-me mais convincente, em vista das próprias normas de proteção do acolhido a partir das quais opera o próprio SGDCA. Seria inconcebível à juíza a possibilidade de outros acolhidos correrem riscos devido ao envolvimento de um deles com o tráfico local. No segundo relatório, Cristina se esforçou em demonstrar os desentendimentos múltiplos ocasionados por seu uso de drogas, mas os circunscreveu ao abrigo. Poderiam ser interpretados pela juíza como questões do próprio cotidiano do abrigo. Aqui, nesse último relatório, estava construindo um atendimento (Munhoz, 2013) em que buscava produzir esforços para convencer a juíza de que a única solução possível era o encaminhamento do acolhido ao hospital psiquiátrico.

Vinte dias depois desse pedido Douglas foi internado, mas o que determinou sua fuga definitiva não foram suas relações com os cuidadores. O B.O, referente a uma briga com algum menino, anexado ao relatório 2, me fez perceber que ele já vinha sofrendo represálias há pelo menos um mês antes de sua fuga.

4.2.4 Ter que fugir

Até um pouco antes da fuga de Douglas e Caio, ainda era possível ver o primeiro interagindo com os dois acolhidos mais velhos, Miguel e Paulo. Parece-me que uma briga mudou esse cenário. Não cheguei a entender qual foi o conteúdo gerador desse conflito, ou se de fato foram vários desentendimentos, mas pude ver de perto seus efeitos.

Entrei em contato com as narrativas desses dois mais velhos sobre essas tensões cotidianas e, com base nelas, chego a desconfiar que foram eles que se revoltaram contra Douglas e já não o queriam mais no abrigo. Tive conversas com os dois em separado, de forma esporádica, e ambos tinham discursos muito parecidos. Disseram que não gostavam de pessoas que se folgavam e que “diziam ser o que não eram”. Relataram ter sido bem amigos de Douglas, mas que ao se darem conta de suas “atitudes de rato”, perceberam que não valia a pena continuar com a amizade. Paulo parou por aí nas temáticas, mas Miguel me trouxe mais informações.

Ao descrever Douglas, me explicou: “Aqui rato não se cria, fia!”. Perguntei para ele o que seria essa expressão e ele me explicou que se referia a pessoas que roubavam os irmãos, algo inaceitável no abrigo. Em conclusão, assim como Cristina e muitos dos educadores, disse que não gostava da forma com que o acolhido manipulava os menores. Disse que na visão dele, ficar dando cigarro para o Murilinho, que não entendia direito as coisas – se referia a sua

deficiência intelectual – era “muito baixo” e que, também por isso, ele não queria Douglas mais no lugar.

A partir desses relatos, e também por presenciar tensões constantes entre diversos acolhidos e Douglas, entendo que sua presença havia se tornado um incômodo também para muitos dos meninos. Aqui, surge uma questão que parece central para a análise do acolhimento de qualquer adolescente: no limite, os acolhidos tinham a oportunidade de manterem-se no lugar se os meninos, geralmente os mais velhos, aceitassem a sua presença, ou seja, se conseguisse transitar dentre as relações dos próprios moradores.

A experiência de Douglas é a de um morador e, conseqüentemente, a estabilidade nas relações com os meninos tem um grande peso em como vivia o acolhimento. Noto que a vida de Gustavinho envolvia muito mais o acolhimento que se fazia para fora, do que as relações que se circunscreviam ao abrigo. Parece-me que ao estar sempre chegando e partindo, Gustavinho sabia trafegar bem entre as relações dos meninos e cuidadores. Já Douglas viveu cinco meses de acolhimento em constante conflito com os cuidadores e mais da metade de seu tempo recebendo represálias de muitos dos acolhidos.

Por fim, acontecimentos que compõem a ida de Douglas a uma audiência judicial nos mostram como sua estadia estava totalmente minada. Dez dias antes de sua fuga, ele foi a uma audiência referente a uma medida socioeducativa relacionada ao julgamento de uma infração, fruto de um conflito com um dos educadores. A assistente social compareceu como a responsável legal pelo abrigo e o pai do menino não compareceu à audiência.

Logo quando o menino chegou da audiência, perguntei como tinha sido e Douglas me disse que foi só para decidir que ele iria pagar serviço comunitário. O relato sobre a audiência ganhou, contudo, outros matizes, primeiramente através da versão da assistente social. Segundo a técnica, o menino teria falado mentiras sobre como ela e os demais funcionários o tratavam e que, por isso, havia “passado muito nervoso”. Afirmou também que o menino disse à juíza que iria fugir, pois queria voltar para a casa de seu pai, ao que a juíza respondeu: “Foge, pode fugir. A Cristina nem vai ter trabalho, porque ela vai me comunicar, eu vou comunicar ao Conselho Tutelar e a gente vai te pegar. Simples assim!”.

Nesse ínterim, o acolhido subiu ao seu quarto, mas rapidamente voltou ao pátio. Perguntava onde estavam as coisas do armário dele. Alguém teria arrombado seu cadeado e sumido com algumas de suas coisas. Eu me aproximei dele para entender melhor a situação. Inconformado, Douglas me confessou que não aguentava mais morar no rancho e que queria ir embora. Declarou que seu pai deveria ter ido nessa audiência, mas não compareceu.

Ele havia sofrido uma represália de um ou mais meninos, em vista de enxotá-lo do abrigo. Arrombamentos de armário não faziam parte da rotina do abrigo e se davam de forma eventual e rara. O acolhido já não se encaixava nas regras dos cuidadores e tampouco nas dos meninos. Havia uma tácita união de esforços para que ele fosse embora do abrigo. Em vista de toda essa circunstância, Douglas se viu sem muitas possibilidades.

Um mês antes, Cristina vinha se esforçando para enviá-lo ao hospital. Miguel e Paulo também queriam expulsá-lo do abrigo, porque não concordavam com suas atitudes. Seu pai não demonstrava intenção de recebê-lo de volta e aparentemente a própria juíza não tomou seu possível fugir como uma ameaça. Por mais que seu pai sinalizasse que não o queria em sua casa, essa foi a solução de mobilidade que o acolhido encontrou. Logo, pôs-se a fazer repetidamente o circuito abrigo – casa.

No dia anterior à sua fuga, presenciei o estopim das represálias contra ele. Na hora do jantar eu estava na cozinha e percebi que os meninos estavam me chamando para fora para conversar. Estava a caminho quando Douglas me parou e pediu para que eu ficasse com ele: “Tia, não sai não. O Caio quer me bater, tia. Os meninos estão esperando você sair para eles me baterem. Me ajuda, por favor”. Caio, que anteriormente era muito amigo de Douglas, também havia se virado contra ele. Aparentemente não tinha mais amigos no lugar.

No dia seguinte, de modo peculiar, avisou aos educadores que iria fugir. Em uma tarde, subiu ao seu quarto, tomou banho, colocou suas coisas em uma mochila e foi embora. Ninguém o tentou impedir. Quando Cris se inteirou do ocorrido, exatamente como a juíza havia descrito, ligou para o Conselho Tutelar responsável; em dois dias, Douglas foi retirado da casa de seu pai e, finalmente, enviado ao hospital psiquiátrico. A juíza havia aderido ao pedido da assistente social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim, como sabemos, Douglas foi encaminhado ao mesmo hospital psiquiátrico que Gustavinho. Um mês após sua fuga, Jandira, pedagoga, era quem foi visitá-los e levar-lhes os suprimentos necessários para o mês. Em uma tarde de almoço, ela contou aos outros acolhidos que foi ver os dois meninos no hospital e que pareciam muito amigos. Cristina também havia deixado de ser a principal responsável pelas visitas a Gustavinho. Depois de 4 meses que parei de frequentar regularmente o rancho, recebi a notícia de que Douglas voltou a viver com seu pai e que Gustavo saiu do hospital, fugindo novamente para a rua. Sofreu uma overdose que desencadeou em diversas paradas cardíacas e teve que passar alguns dias na U.T.I. Cristina acreditou, uma vez mais, que ele morreria, mas felizmente ele sobreviveu e, pela primeira vez em sua vida, foi transferido para outro abrigo.

Brian, no que lhe concerne, com o passar do tempo tornou-se ainda mais frustrado com a espera para viver com sua família. Começou a brigar frequentemente no abrigo, inclusive com seu melhor amigo Davi. Os dois se desentenderam e, não por esse motivo, Davi acabou sendo internado novamente em outro hospital psiquiátrico. Próximo a completar um ano de acolhimento, Brian fugiu do abrigo. Jean, seis meses após o meu trabalho de campo, descobri continuar morando no rancho e que Glauber, seu irmão, tinha voltado a viver com sua família em Cascavel. Por fim, de Miguel recebi a notícia de que sua mãe havia obtido da prefeitura uma casa nova para viver. Por mais que o acolhido tivesse feito um apelo ao juiz para ficar no abrigo, o magistrado determinou que o acolhido voltasse a morar com sua mãe. Com grande tristeza, e comoção por parte dos funcionários, ela acabou por partir.

As continuidades dos casos apresentados rebatem umas nas outras. Douglas e Gustavinho eram adolescentes acolhidos que estavam *passando* pelo hospital, ou seja, mantinha-se não somente o contato das visitas mensais dos técnicos, mas seus laços por serem também meninos do rancho. Aqui, não seriam as percepções sobre o internamento vivenciadas no acolhimento, mas o contrário e essa reviravolta carrega questões: trariam as experiências de internamento percepções sobre o tempo do acolhimento? Considerando aquilo que a pedagoga trouxe de notícias sobre sua visita ao hospital, parece-me que a amizade e os compartilhamentos de histórias/memórias poderiam tomar outras faces nessa instituição.

O internamento psiquiátrico tangencia não somente o final desse trabalho, como quase todos os casos que trouxe para serem analisados. Se, como tentei mostrar, são políticas estatais que usam de métodos violentos em vista de conter comportamentos indesejados nas

políticas de proteção à infância e juventude curitibanas, assim como em outros lugares, elas também apontam para a necessidade de serem melhor investigadas. No Rancho dos Meninos, já sabemos que o internamento se atrelava às inúmeras tentativas dos técnicos e educadores de produzirem o trabalho do acolher e as maneiras de responderem ao que legalmente eram cobrados pelos órgãos responsáveis, ao mesmo tempo em que fabricava os limites sobre aquilo que se deve ou não fazer no abrigo.

Concordo que esse tipo de política não deveria existir, e tampouco atuar como mecanismo dos serviços de acolhimento, mas, em tempos de avanço conservador e esforços federais em vista da redução da maioridade penal (Putti, 2020) – artigo 228 da Constituição Federal (1988) e 104 do ECA (1990) –, fugir a essas temáticas faz o apagamento dos métodos e experiências em hospitais para adolescentes (Anexo 3).

Os atravessamentos dos casos no decorrer do tempo não acabam por aí. As continuidades da vida dos acolhidos, que também são recortes no tempo, falam, novamente, sobre ter que lidar com frustrações de expectativas em relação ao tempo do acolhimento. Mesmo com a saída de seu irmão, Jean *queria* e conseguiu *ficar* no rancho, porém os outros meninos não tiveram a mesma sorte. Com grande tristeza e um apelo judicial, Miguel voltou a viver com a sua mãe e teve que tornar a “dar seus corres”, como me contou por *Facebook*, porque o tempo da oportunidade ficou para trás. Brian fugiu porque, pelo que me parece, essas esperas por viver com sua família tornaram-se insuportáveis. Douglas adequou-se à opção de viver mais uma vez com seu pai e Gustavinho, por sua vez, foi transferido a outro abrigo, em que, segundo os técnicos e o arteeducador do rancho, “raramente deixam os acolhidos saírem”.

Esses casos não somente têm aproximações em seus termos, assim dizendo, como têm mais ressonâncias que extrapolam aquelas que fui capaz de trazer nesse trabalho. Afinal, estão todos eles falando das agruras e das possibilidades que se têm enquanto se vive acolhido, bem como das normas e desafios que envolvem o acolher. Com isso, as diferentes modalidades de narrar o sofrimento trazem outras tonalidades às experiências do *morar* em um abrigo.

Não era somente Miguel (tópico 3.3.2) que narrava o sofrimento, e, assim, a instabilidade presente em sua vida, mas também os demais acolhidos. Desse modo, haviam ali maneiras distintas de relatar o sofrimento, as quais iam se estabilizando por meio de termos e categorias que, por consequência, faziam deles agentes de suas próprias vidas. Todas elas, vinham carregadas de *histórias duras*.

A longa circulação de Brian (tópico 3.1.1) nas entranhas do sistema de acolhimento revela um modo de gerenciar a precariedade que se relaciona com uma capacidade de codificar sua realidade e se comunicar com o circuito legal que o envolvia. Ele se esforçava para traduzir aquilo que são os caminhos de sua vida para a juíza responsável por seu processo judicial, colocando-se como agente em meio aos sofrimentos que acometiam sua vida. Parece-me existir uma tamanha incorporação desses modos de narrar, que mesmo em outras interações que tive com o acolhido, ele repetia os mesmos termos ao contar sobre sua vida.

Por sua vez, Miguel descrevia suas dores mediante um trabalho de memória por meio do qual fazia-se agente de sua vida, além de produzir cumplicidade entre meninos e *antigos* que escutavam e também compartilhavam suas *coisas difíceis*. A união e ressignificação dessas múltiplas narrativas fazia o efeito de diluir as diferenças no rancho ao mostrarem que, no limite, todos estão implicados em vidas muito densas. Ao dirigir-se a outro público, Jean (tópico 3.2) fala de seu sofrimento por meio de um vídeo sobre a vida de adolescentes acolhidos, que foi exibido em formato de peça em um teatro famoso de Curitiba. Nesse caso, narra suas vivências para potenciais apoiadores do abrigo, mas também em vista de desmistificar a imagem negativa que carregam os que moram nesses lugares. Por meio de uma linguagem que se aproxima a um testemunho de vida, explicita como os interstícios de sua vida, e de seus laços familiares, o fizeram escolher *ficar* no sistema de acolhimento e, em simultâneo, alimentaram seus sonhos de futuro.

Haviam também conexões importantes entre as experiências de acolher. O empenho de técnicos e educadores para produzirem margens em relação ao que os acolhidos podiam ou não fazer no rancho era visto, também, por meio da exemplaridade. *Proteger e melhorar* se fazia viável nas atividades cotidianas, ao acionarem os exemplos que deveriam ou não serem seguidos no abrigo. Portanto, abarcavam esforços de disciplinamento e faziam o trabalho do enraizamento das regras do lugar. A instituição vai forçando um certo disciplinamento dos corpos para produzir controles e, por outro lado, os acolhidos escolhiam como lidar com essas normas.

Ao fazerem uma leitura dessas dinâmicas relacionais, os meninos do rancho iam movendo-se por elas, sujeitam-se a um ou outro regulamento, esperando que esse comportamento exemplar lhes oferecesse *oportunidades* de diversos tipos. Brian buscava o engajamento em todas as atividades do abrigo, e ter boas notas na escola, procurando voltar a viver com sua família. Já Miguel, se em primeiro momento de seu acolhimento era feliz de ser

o “menino exemplo” do rancho, mais à frente se cansou e sentiu-se sufocado pela pressão que carregava esse título e soube adaptar-se de outra forma às relações com cuidadores.

As fugas de Gustavinho e Douglas deram forma a alguns dos controles institucionais, em que o exemplo também se fazia uma poderosa chave de análise. O exemplo de Gustavinho, que envolvia o *continuar fugindo* para a rua, não deveria ser seguido e, ao mesmo tempo, não o tirava o direito de ser um membro do rancho. Além de não ser culpabilizado pelos efeitos de sua drogadição, mostrava ter vontade de *melhorar*. Assim, flertava com o ideário de exemplos positivos que rondavam as narrativas no rancho – incluindo a necessidade de manter-se limpo – mesmo que, ao fim, fosse seguir nos mesmos circuitos de costume. Douglas, por outro lado, configurava o exemplo a não ser seguido e mobilizava conselhos dos educadores sobre seu caráter aos meninos mais novos. *Ser manipulador* era algo a ser evitado, assim como relacionar-se no abrigo por meio de pressões psicológicas nos funcionários e isso, assim como as interpretações em relação ao seu uso de drogas, lhe renderam uma espécie de expulsão do abrigo.

À primeira vista, os outros casos presentes nesse trabalho poderiam parecer mais complexos de se lidar do que os de Brian e Douglas, porém foram eles que se mostraram os maiores desafios para os próprios serviços prestados pelo abrigo. Nos dois casos os meninos não se adaptaram às regras do lugar e também tensionaram os limites do acolher. Isso nos fala da potência da pesquisa etnográfica, em que não se procura encaixar os acolhidos dentro das já concebidas categorias legais que ocupam como usuários desses serviços, mas consegue captar aquilo que, para além dos caminhos legais, podem abarcar as experiências de acolhimento.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. Nem trabalho nem lazer: a rua como ameaça e atração na vida das crianças e jovens de classes populares. In: WESTPHAL, M. F. *et al* (org.). **O compromisso da saúde no campo do trabalho infanto-juvenil: uma proposta de atuação**. São Paulo: USP/FSP, p. 87-97, 1999.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- BIEHL, João **Vita: Life in a Zone of Social Abandonment**. Berkeley, California: University of California Press, 2005.
- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n.2, p. 413-449, 2008.
- BUSTAMANTE, Vania; MCCALLUM, Cecília. Cuidado e Construção Social Da Pessoa: Contribuições Para Uma Teoria Geral. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.673–92, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000300002>
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2020.
- BRASIL. Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, de 13 de jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 10.216. **Lei da Reforma Psiquiátrica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 6 de abr. de 2001.
- BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 7 de dez. 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica**. 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em: 28 de outubro de 2020.
- BRASIL. **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

BRASIL. **Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília/DF, fev. 2008. Disponível em: <portal.mj.gov.br/sedh/.../orientações_acolhimento_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 25 de nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Marginalia.** Algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, n.2, v.2, p.7-20, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200001>

CARRIEL, Paola C. **“Aqui é cada um por si e todos por todos”: jovens e a experiência de privação de liberdade.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36189>. Acesso em: 30.mar.2021.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo: crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

CURITIBA (PR). **Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Curitiba – PR. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em: <<https://fas.curitiba.pr.gov.br/baixarMultimidia.aspx?id=10574>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

CURITIBA (PR). **Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: Volume II.** D-Volume II. O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Acolhimento e Adoção. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, 2017a. Disponível em: <<https://www.diagnosticossociais.com.br/curitiba/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

CURITIBA (PR). **Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: Volume III.** D-Volume III. O Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, 2017b. Disponível em: <<https://www.diagnosticossociais.com.br/curitiba/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

CURITIBA (PR). **Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba: Volume IV.** D-Volume IV. O Direito à Vida e à Saúde. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, 2017c. Disponível em: <<https://www.diagnosticossociais.com.br/curitiba/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

CURITIBA (PR). **Núcleo estadual de políticas sobre drogas.** 2019. Disponível:<<http://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CRUZ, Fernanda. **Jovens em devir**: invenção de novas possibilidades de vida para além da institucionalização. Florianópolis. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200003>

DAS, Veena. **Life and Words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2007.

DEBERT, Guita Grim. “As classificações etárias e a juventude como estilo de vida”. In: **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo, Edusp, Fapesp, 1999. p. 39-69.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, [1966] 2012.

EPELE, María. **Sujetar por la herida**. Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

EPELE, María. Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 247-268, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000200001>

EILBAUM, Lucía. **O corpo do acusado**: escrita, oralidade e direitos na justiça federal Argentina na cidade de Buenos Aires. In: GROSSI, Miriam Pillar, HEILBORN, Maria Luiza, MACHADO, Lia Zanotta (orgs.). **Antropologia e direitos humanos 4**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

FASSIN, Didier. L’asile et la prison. **Esprit**, n.3, p.82-95, 2015. <https://doi.org/10.3917/espri.1503.0082>

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED, n.10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p.11-43, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100002>

FONSECA, Cláudia. SCHUCH, Patrice. **Políticas de Proteção à Infância**: Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, Claudia; ALLEBRANDT, Débora; AHLERT, Martina. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” dos sistemas de abrigos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Org). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.41-63, 2009.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas. Direitos dos mais e menos humanos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (org). **Políticas de Proteção à Infância**: Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 219-251.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no College de France (1974-1975)**. São Paulo: VMF Martins Fontes, 2010.

FRANGELLA, S. M. **Capitães do asfalto**: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

GOFFMAN, E. (1987). **Manicômios, prisões e conventos**. (D.M. Leite, Trad.) 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALLART, Fábio M. **Cadeias Dominadas: Dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

MALLART, Fábio M. **Findas linhas**: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In.: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, [1925] 2003.

MARTINS, Pablo; XAMÃ, Mz, KNUST, MILFLOWS, Pelé; SADAN, Rafael. **Cypher Reza Sincera**. You Tube. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/O4R0IfgoSOE?list=RDO4R0IfgoSOE>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

MEDEIROS, Flávia. Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v23i23p77-89>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ministério Público do Paraná (MPPR) aciona Município de Curitiba e Fundação de Ação Social para que regularizem situação de três casas de acolhimento de adolescentes**. 27 jul. 2018. Disponível em: <https://mppr.mp.br/2018/07/20695,11/MPPR-aciona-Municipio-de-Curitiba-e-Fundacao-de-Acao-Social-para-que-regularizem-situacao-de-tres-casas-de-acolhimento-de-adolescentes.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **BOAS PRÁTICAS – Programa incentiva famílias a apadrinharem crianças e adolescentes**. 07 mai. 2019. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/2019/05/110/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In: Hirata, H; Guimarães, N. A. (orgs). **Cuidado e Cuidadoras**. São Paulo: Editora Atlas, 2012. p. 29-43.

MOLINIER, Pascale. “Cuidado, interseccionalidade e feminismo”. **Tempo Social**, v. 26, n.1, p. 17-33, junho de 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84975/87737> .Acesso em: 28 out. 2020.

MUNHOZ, Sara. **A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2013.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. A Juventude como Questão: alteridades e autoridades em escolas da periferia de São Paulo. **Revista Antropológicas**, São Paulo, v. 20, n.1, p.102-131, 2016.

PRESTES, Andréa Baia. **Ao Abrigo da Família: Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PUTTI, Alexandre. Gestores de Juventude do Nordeste se posicionam contra a redução da maioria penal. **Carta Capital**, São Paulo, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/gestores-de-juventude-do-nordeste-se-posicionam-contr-a-reducao-da-maioridade-penal/>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

RABELLO, Miriam M.C. A experiência de indivíduos com problema mental: entendendo projetos e sua realização. In: RABELO, M.C.; ALVEZ, P.C.; SOUZA, I.A. (org.). **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 205-227.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

RIBEIRO, Fernanda B. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. In: FONSECA, C; SCHUCH, P. (Org). **Políticas de Proteção à Infância: Um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 93-114.

RIBEIRO, Fernanda B. Lealdades, silêncios e conflitos. Ser um dos “grandes” num abrigo para famílias. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 40-55, jan.-abr. 2011. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.1.9192>

RIBEIRO, Fernanda B. Acolhimento de famílias e modos de apoio à (pluri) parentalidade. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 16, n. 395, mar. 2012.

RIBEIRO, Fernanda B. Os cabelos de Jennifer: Notas sobre participação e etnografia em contextos da 'proteção à infância'. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n.43, p. 49-64, 2015.

RIZZINI, Irene; Pilotti, Francisco (Orgs). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Amais: Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene. "Crianças e Menores – Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da legislação para a Infância no Brasil". In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene.; BAPTISTA, Raquel (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RUI, Taniele Cristina. (2010). Relato de um impasse de pesquisa: Introdução a trajetória de Nando. R@u - **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS- UFSCar**, São Carlos, v.3, n.1, p.353-373, jan-jun 2010.

RUI, Taniele Cristina. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo, Terceiro Nome, Unicamp, 2014.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, n. 24, v.61, p.51-61, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100004>

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, nº 42, p.77-105, jul./dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000200004>

SCHELIGA, Eva Lenita. **Educando sentidos, orientando uma práxis - etnografia das práticas de assistência entre evangélicos brasileiros**. Tese (Doutorado em Antropologia Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. 1ª.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUCH, Patrice; FONSECA, Cláudia. Diversidade, desigualdade: os "direitos da criança" na prática: o sistema de abrigo de crianças e adolescentes em Porto Alegre. In: FONSECA, C; SCHUCH, P. **Políticas de Proteção à Infância: Um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p 115-145.

SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social? **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 309-325, 2013. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15483>

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

SILVA, Marcela Guedes Carsten. **Como nasceram os direitos dos/as adolescentes LGBT em conflito com a lei no estado do Paraná: uma etnografia da elaboração de uma política pública**. Monografia (Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SNIZEK, Bárbara. **Chegadas e Partidas: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2008.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos. (org.) **Gestar e Gerir: Estudos para Uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 11-21.

SORJ, Bila. Socialização do Cuidado e Desigualdades Sociais. **Tempo Social**, v.26, n.1, p. 123-128, 2014.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 107-128, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460107>

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, M. **O Efeito Etnográfico**. São Paulo: Cosac & Naify, p.345-406, 2014.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.) **Antropologias das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, FAPERJ. pp. 43-70, 2014.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

ZAPATA, Laura. Una Antropología de la Gratuidad: prácticas caritativas y políticas de asistencia social en la Argentina. **Campos - Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 5, n.2, 107-125, 2004. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/cam.v5i2.1623>

ZAPATA, Laura. **La mano que acaricia la pobreza – etnografía del voluntariado católico**. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

GLOSSÁRIO

Acolhimento Institucional: categoria legal definida como o oferecimento de serviços de proteção especial para crianças e adolescentes em “situação de risco pessoal, social e abandono”.

Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSI): instituição integrante do SUS que oferece atendimento a crianças e adolescentes diagnosticados com problemas psiquiátricos, visando a recuperação da saúde mental e a reintegração com suas famílias e comunidades. Para isso, contam com uma equipe multiprofissional, promovem atividades individuais e coletivas, além de disponibilizarem o tratamento médico.

Central de Vagas: linha telefônica municipal que encaminha adolescentes sob medida protetiva para unidades de acolhimento e hospitais psiquiátricos.

Conselho Tutelar: órgão responsável pelo trâmite jurídico de encaminhamento ao acolhimento; acompanhamento do caso dos meninos; e por levar novos acolhidos para o rancho.

Equipe Técnica (técnicos): trio de funcionários que respondem legalmente pelos meninos – um psicólogo, uma assistente social e uma pedagoga.

Juiz da Infância e da Juventude (JIJ): tem a competência de processar e julgar causas previstas pelo ECA (1990) e na legislação complementar.

Medidas Protetivas: são aplicáveis quando os direitos de crianças e adolescentes forem “ameaçados” ou “violados”.

Medidas Socioeducativas: são respostas que o Estado dá ao adolescente que pratica ato infracional.

Oficial de Justiça: é um servidor público que aplica a lei no caso concreto. No caso do rancho, quando os JIJ decidem retirar os meninos do convívio com suas famílias, esse profissional – junto com o Conselho Tutelar – é responsável por trazer os meninos novos até o abrigo.

Plano Individual de Acolhimento (PIA): é um relatório, o qual pode ser solicitado pelo JIJ periodicamente, em que os técnicos colocam seus pareceres sobre a situação psicológica, social e educacional do menino acolhido. Além disso, nele consta um histórico resumido da situação que o levou aos serviços.

Procuradores de Justiça: são membros do Ministério Público Estadual que atuam em defesa dos interesses da sociedade tais como meio ambiente, direito do consumidor, criminal, educação, criança e adolescente, eleitoral, entre outros.

Rede de Acolhimento (Rede): é um conjunto de unidades de acolhimento que prestam serviços para a cidade de Curitiba.

Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA): constitui-se na articulação e integração dos governos e da sociedade civil na aplicação de instrumentos

normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente.

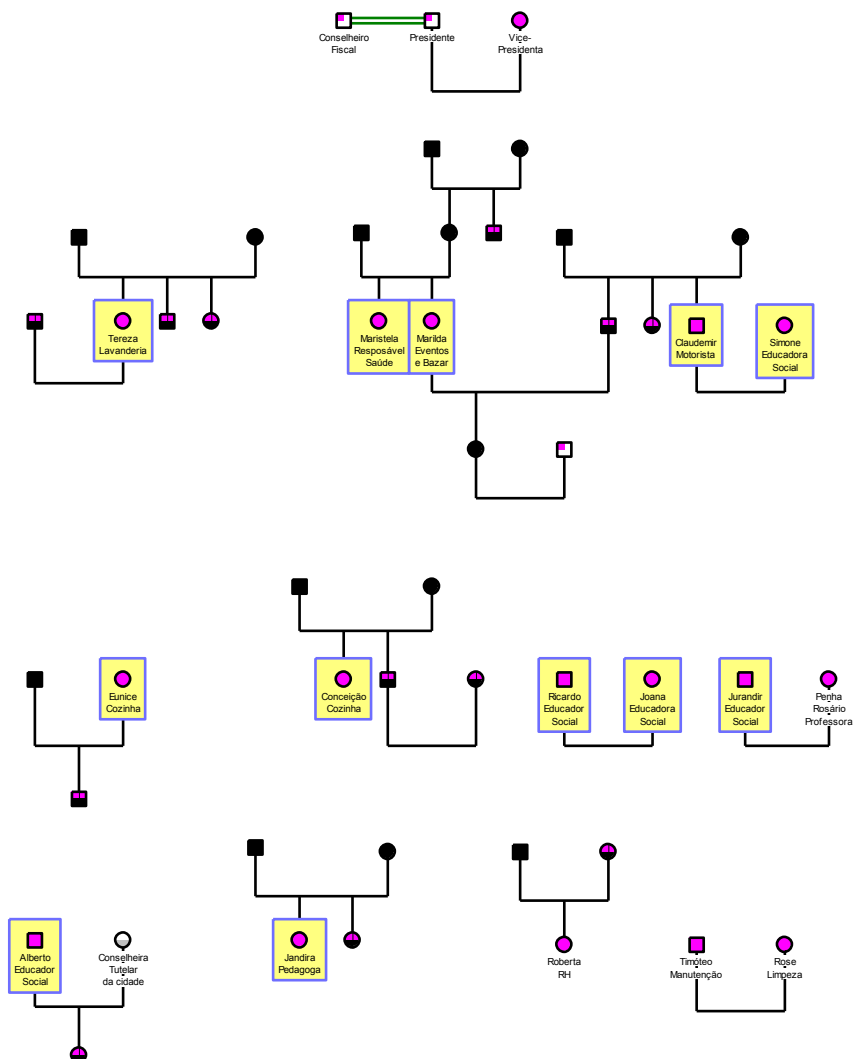
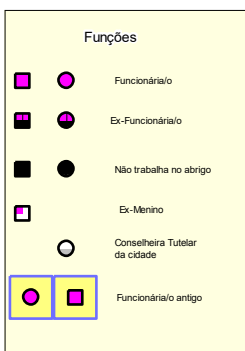
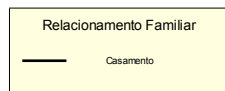
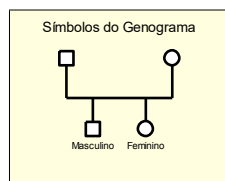
Sistema de Acolhimento: é utilizado no mesmo sentido de Rede de Acolhimento e faz referência a todas as instituições de acolhimento, e as de apoio a elas, que integram os serviços de acolhimento em âmbito local.

Substâncias Psicoativas (SPA): é um termo legal que faz referência ao uso de substâncias como ansiolíticos, álcool, inalantes e narcóticos.

Vara da Infância e Juventude: órgão público que julga causas de interesse das crianças e adolescentes em “situação de risco” e os procedimentos de apuração de atos infracionais.

ANEXO 1 – GENOGRAMA FUNCIONÁRIOS 2019

Genograma funcionários do Rancho dos Meninos - 2019



ANEXO 2 – PIA RANCHO DOS MENINOS 2019

Plano Individual de Atendimento – PIA

1. Identificação do adolescente

Nome:

Data de nascimento:

Endereço residencial de referência:

SUGESTÃO

FOTO DO ADOLESCENTE

2. Documentação do adolescente

- () Certidão de Nascimento
 () Carteira de Vacinação
 () Carteira de Identidade, RG Nº
 () CPF nº
 () Carteira de Trabalho e Previdência Social Nº
 () Outro documento
 () Não possui documentos

3. Dados do acolhimento

Entidade de acolhimento: Fundação

Data do acolhimento:

Autos nº : Fórum Regional de.....

Técnicos responsáveis:.....

SUGESTÕES:

SOBRE A PROIBIÇÃO:

- Há proibição de ida para casa?
- Há proibição de visita na Fundação? Se há proibição quem é proibido (pai, mãe, ...)

APADRINHAMENTO

- Criança já tem padrinho;
- Caso tenha, dados do(a) mesmo (a)

Condições da criança/adolescente no momento do acolhimento:

Proibição judicial de visitas:

() Sim, definitiva () Sim, temporária () não () Sem informação

Órgão responsável pelo acolhimento:

() Conselho Tutelar do Município de

() Transferência entre acolhimento

Motivo do acolhimento:

- | | |
|---|------------------------------------|
| () Abandono | () Violência física |
| () Risco Social ou Pessoal | () Exploração sexual |
| () Negligencia | () Óbito dos genitores |
| () Determinação judicial | () Violência Psicológica |
| () Conflito familiar | () Suspeita ou abuso sexual |
| () Genitores cumprindo penal | () Genitores dependentes químicos |
| () Situação de rua | () Outros |
| () Devolução por colocação em família mal sucedida | |

Documentação apresentada durante o acolhimento:

- () Guia de acolhimento conforme Lei. 12.010/2009.
 () Estudo diagnóstico e relatórios
 () Certidão de Nascimento
 () Carteira de Identidade (RG)
 () Carteira de vacinação
 () CPF
 () Histórico Escolar/Transferência escolar
 () Outros

4. Situação familiar

- () Possui família natural, com vinculação afetiva positiva
 () Possui família natural, mas não apresenta vinculação afetiva positiva
 () Não se dispõe de dados sobre a família natural
 () Há impedimento judicial para contato com a família natural
 () Está em situação de orfandade
 () Outra situação (especificar):

Dados cadastrais da família:

Nome da mãe:

Endereço da mãe:

Nome do pai:

Endereço do pai:

Nome do responsável legal:

Endereço do responsável legal:

Nome e idade dos irmãos:

Situação do poder familiar:

- () Destituição do poder familiar concluído
 () Suspensão do poder familiar
 () Poder familiar mantido para os pais ou responsáveis
 () Não é possível informar

Condições desfavoráveis dos pais e/ou responsáveis para cuidar do(s) dos filhos(s) :

- () Dependência química
 () Alcoolismo
 () Problemas de saúde física
 () Problemas psiquiátricos
 () Problemas psicológicos: (ansiedade, stress, apatia, etc.)
 () Falta de apoio da rede parental ou relacional
 () Mãe/Pai adolescentes
 () Conflitos familiares/relacionamentos violentos
 () Pessoas com deficiência(s)
 () Incapacidade dos pais em lidar com a conduta do(s) filho(s)
 () Impossibilidade de manter a guarda/adoção da criança/adolescente
 () Outros

Encaminhamentos realizados com a família:

5. Educação

Escola anterior ao acolhimento:

Ano escolar atual: _____

() Ensino fundamental () Ensino médio () Ceebja

Frequência:

() Satisfatória () Insatisfatória () Sem informação

Rendimento escolar:

() Satisfatório () Insatisfatório () Sem informação

Profissionalização

Inserção do adolescente no mercado de trabalho:

Cursos profissionalizantes no mercado de trabalho:

Atividades de Lazer, esporte e convivência social:

6. Saúde

Faz uso de medicação?

() Sim () Não

Realiza acompanhamento com médico especializado?

Fez ou faz uso de substância psicoativa?

() Sim () Não

Se sim. Quais _____

Exames realizados dentro da Fundação:

Condição geral de saúde:

() Não informado () Pessoa com deficiência
() Infectocontagiosa () Saúde normal

Pedagogia

Considerações técnicas – Pedagógicas

Psicologia

Considerações técnicas – Psicologia

Serviço Social

Considerações técnicas – Serviço Social

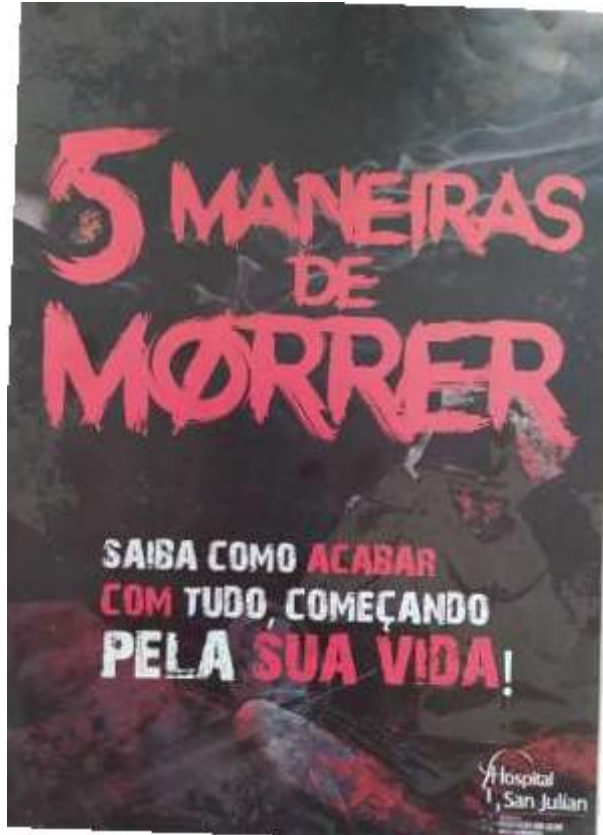
Observações:

Data de preenchimento do pia ____/____/____

Profissionais responsáveis _____

ANEXO 3 – CARTILHA HOSPITAL SAN JULIAN

Frente:



Verso:

